

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES  
IBÉRICAS E AMERICANAS**

**André Luís Borges Lopes**

**A modernização do espaço urbano em Pelotas e a Companhia Telefônica  
Melhoramento e Resistência (1947-1957)**

**Porto Alegre**

**2007**

**André Luís Borges Lopes**

**A modernização do espaço urbano em Pelotas e a Companhia Telefônica  
Melhoramento e Resistência (1947-1957)**

**Dissertação apresentada como  
requisito parcial à obtenção de grau  
de Mestre, pelo Programa de Pós  
Graduação em História das  
Sociedades Ibéricas e Americanas  
da Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul.**

**Orientador: Prof. Dr. Charles  
Monteiro**

**Porto Alegre**

**2007**

**André Luís Borges Lopes**

**A modernização do espaço urbano em Pelotas e a Companhia Telefônica  
Melhoramento e Resistência (1947-1957)**

**Dissertação apresentada como  
requisito parcial à obtenção de grau  
de Mestre, pelo Programa de Pós  
Graduação em História das  
Sociedades Ibéricas e Americanas  
da Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul.**

**Orientador: Prof. Dr. Charles  
Monteiro**

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007, pela Banca Examinadora.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Charles Monteiro – PUCRS

---

Prof. Dra. Cláudia Musa Fay – PUCRS

---

Prof. Dra. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira – UFPel

***A Ruy e Nilza, meus pais, com  
toda a minha admiração e  
carinho.***

***“De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas”.***

***Ítalo Calvino***

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a CAPES, pela concessão da bolsa de Mestrado, sem a qual não seria possível a realização do curso e tão pouco da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Charles Monteiro, pela orientação, apoio constante e pela oportunidade dessa experiência conjunta.

Aos demais professores do Curso de Pós-Graduação em História da PUCRS, que em muito contribuíram para o aprofundamento dos meus conhecimentos sobre a História do Brasil.

Aos funcionários da Secretaria do Pós, pelo auxílio e agilidade na solução das questões burocráticas.

Aos colegas e amigos que fiz durante a realização do Curso de Mestrado. Em especial aos amigos Caiuá, Cláudia, Fabrício e Karine.

Aos amigos e colegas da Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (CEUACA), onde morei grande parte do período em que estive em Porto Alegre.

Ao professor, amigo e colega Fábio Vergara Cerqueira, que muito me ajudou no início desta caminhada.

A professora Maria Letícia Mazzuchi Ferreira, pela amizade e apoio constantes. Por acreditar em meus projetos e sonhos, e por me mostrar que o papel do educador não se restringe apenas a sala de aula.

A minha família, em especial aos meus pais, que sempre me incentivaram a lutar pelos meus sonhos.

Agradeço ainda, a todos aqueles que cruzaram esta jornada e que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

## RESUMO

A presente dissertação pretende abordar e problematizar a modernização do espaço urbano na cidade de Pelotas, no período compreendido entre 1947 e 1957, tendo como fio condutor a Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência (CTMR). Relacionando categorias como cidade, modernidade e memória, esta pesquisa tentará traçar um amplo e provisório painel do processo de urbanização da cidade. Demonstrando a forma e os mecanismos pelos quais essas mudanças se processaram.

**Palavras chave: Pelotas – cidade – modernidade - telefonia.**

## **ABSTRACT**

Hereby this essay intends to focus and to question Pelotas' urban setting modernization from 1947 to 1957, having as capital master the Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência – CTMR - . Relating classes as city, modernity and memory, this search will try to trace a large and temporary panel from the city's urbanization process. Showing the ways and the mechanisms in which these changes happen.

Key words: Pelotas – City – modernity - memory – telephone.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da cidade de Pelotas (1947).....	35
Figura 2 – Construção do Palácio do Comércio (1939).....	37
Figura 3 – Mapa do Pano de Saneamento de Pelotas (rede de esgotos).....	43
Figura 4 – Construção do R4T no bairro da Luz (1950).....	46
Figura 5 – Extensão das redes de água na Avenida Daltro Filho (1951).....	46
Figura 6 – Praça 1º de maio (Três - Vendas).....	47
Figura 7 – Pavimentação da Avenida Saldanha Marinho.....	49
Figura 8 – Antiga sede da CTMR na Rua General Neto, 304.....	57
Figura 9 – Linhas aéreas urbanas da CTMR.....	58
Figura 10 – Anúncio publicitário com as duas companhias telefônicas (1939).....	59
Figura 11 – Inauguração da Central Automática da CTMR.....	65
Figura 12 – Anúncio publicitário.....	66
Figura 13 – Anúncio publicitário.....	66
Figura 14 – Localização das centrais rurais da CTMR.....	72
Figura 15 – Enchente na vila Castilhos (1956).....	84
Figura 16 – Enchente na vila Castilhos (1956).....	84
Figura 17 – Inundação do Prédio da Light & Power (1956).....	85
Figura 18 – Bonde elétrico Safety-cars (1955).....	94
Figura 19 – Abertura de valetas para colocação de cabos subterrâneos.....	114
Figura 20 – Sala das telefonistas da CTMR.....	116

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Construção de edifícios em Pelotas (1952-1957).....	36
Tabela 2 – Os principais sócios da CTMR, da Associação Comercial e suas atividades econômicas (1950-1955).....	69
Tabela 3 – Tipos de uso do telefone nos bairros Fragata e Três - Vendas.....	70
Tabela 4 – Uso do telefone no Capão do Leão.....	71
Tabela 5 – Tarifas mensais propostas pela CTMR para a automatização do serviço telefônico em Pelotas (1949).....	100
Tabela 6 – Conta Rede telefônica: percentagens cumulativas .....	101
Tabela 7 – Balanços anuais da CTMR (1940-1956).....	102

## **ABREVIATURAS**

**A G P M P:** Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Pelotas

**B P P:** Biblioteca Pública Pelotense

**CRT:** Companhia Rio Grandense de Telecomunicações

**C T M R:** Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência

**C T N:** Companhia Telefônica Nacional

**M T:** Museu das Telecomunicações

**P S D:** Partido Social Democrático

**P T B:** Partido Trabalhista Brasileiro

# SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	6
<b>RESUMO</b> .....	7
<b>ABSTRATC</b> .....	8
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	9
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	10
<b>ABREVIATURAS</b> .....	11
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>A modernidade brasileira dos anos 50</b> .....	26
1.1 A Pelotas dos anos 50: o cenário e os atores das mudanças.....	33
1.2 O planejamento urbano e as mudanças necessárias.....	41
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>A modernização do serviço telefônico da CTMR</b> .....	55
2.1 Os atores da modernização.....	67
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>Os diferentes discursos sobre a modernização urbana em Pelotas</b> .....	73
3.1 Os diferentes olhares sobre a modernização da CTMR.....	95
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>O perfil dos sócios da CTMR e os custos do investimento capitalista</b> .....	99
4.1 Percepções individuais do processo de modernização do serviço telefônico da CTMR.....	104
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	119
<b>BIBLIOGRAFIA GERAL</b> .....	122

<b>FONTES DOCUMENTAIS ESCRITAS.....</b>	<b>128</b>
<b>FONTES ORAIS.....</b>	<b>129</b>
<b>LOCAIS DE PESQUISA CONSULTADOS.....</b>	<b>130</b>

## Introdução

Essa dissertação tem como objetivo principal a análise da modernização do espaço urbano na cidade de Pelotas, tendo como fio condutor a Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência (CTMR), no período compreendido entre 1947 e 1957.

O trabalho aqui apresentado é a continuação de uma pesquisa empreendida durante a graduação e que resultou em uma monografia de final de curso<sup>1</sup>. O trabalho monográfico foi o registro e a síntese de uma experiência que começou em março de 2003, quando toda uma mobilização, liderada pelo Centro de Diretores Lojistas, traz a cena nos diários pelotenses, a perda que se via acontecer naquele momento, com o deslocamento do acervo do antigo Museu da CTMR para fora da cidade<sup>2</sup>.

Nessa reação de alguns setores da sociedade civil, um dos argumentos utilizados era de que parte da história da cidade havia sido levada junto com as peças, tendo em vista a importância que havia tido a CTMR no âmbito local. Essa mobilização, pautada sob a idéia da memória subtraída, merece por si só uma análise mais profunda, pois se percebe que, de fato, outros significados eram atribuídos ao deslocamento do acervo para outro lugar. O esvaziamento de uma empresa que representou, durante muitas décadas, um avanço da cidade no setor das telecomunicações, trazia consigo um sentimento de impotência, enfatizando um presente empobrecido face a um passado imaginado como rico e próspero, passado este do qual a CTMR passou a ser emblemática.

Assim, o antigo Museu da CTMR passou a simbolizar essa memória, ou, na expressão de Nora, passou a ser um lugar de memória, logo investido de significados emocionais, de memórias que buscam se tornar coletivas<sup>3</sup>. As ações públicas levadas a termo nesses começos de 2003 refletiam, em sua

---

<sup>1</sup> LOPES, André Luis Borges. **CTMR: História e memória (1950-1980)**. Monografia de Conclusão do Curso de História da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2004.

<sup>2</sup> A CTMR foi adquirida pela Brasil-TELECOM em 1999. Integrando o patrimônio adquirido estava o acervo do chamado "Museu da CTMR", uma exposição permanente que funcionava desde os anos 80, no subsolo do prédio central da companhia, à rua XV de novembro. Esse acervo, sobre o qual nos referimos, foi removido do prédio em questão, tendo em vista o mesmo estar sendo desativado para ser posto à venda.

<sup>3</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Vol. 10, Dez. 1993, p. 7-28.

essência, essa ambigüidade de preservar o que já não existe; ou, parafraseando Nora, falamos muito da memória porque é só isso que fica, na ausente do referente<sup>4</sup>.

Como resultado da campanha desenvolvida na comunidade e de diálogos com a direção da BRASIL-TELECOM, o acervo da CTMR voltou para Pelotas e é nesse momento que se constitui um Comitê Gestor do futuro “Museu Gaúcho do Telefone”<sup>5</sup>, composto por diversas entidades locais e por representantes da Secretária do Estado e da Cultura (SEDAC). A fundação deste Comitê Gestor, que simbolicamente passou a representar uma interlocução entre acervo-passado e museu-futuro, foi um passo importante para a UFPel, que passou a garantir sua presença e participação, primeiramente na organização de uma exposição anunciando o projeto futuro, e posteriormente, requerendo para si as atribuições de propor ações museológicas, disponibilizar um imóvel para sediar o museu, envolver docentes e discentes num projeto que, muito precocemente, se revelou de fundamental importância.

A montagem da exposição, que ocorreu durante o mês de junho, nas dependências da Biblioteca Pública Pelotense, foi revelando, nos seus diversos momentos, que mais do que um acervo composto por telefones antigos, centrais telefônicas, objetos técnicos, mobiliário da empresa, quadros e etc., estávamos diante de diversas possibilidades de recriar o passado, a história de uma empresa, as memórias que cada objeto parecia reter. Essa exposição foi reveladora de um imenso potencial de pesquisa que se alojava no acervo. Os anúncios de sua abertura, feitos pela imprensa local, começaram a suscitar um grande número de telefonemas, em sua maioria feita por ex-funcionários da empresa, buscando informações de onde e quando poderiam ver o “museu”. Dentre esses tantos apelos, um especialmente foi de grande importância, pois se tratava do ex-funcionário do Almojarifado e um dos mentores do antigo Museu da CTMR, o Sr. Geraldo Lamas. Através dele, o acervo passou a

---

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>5</sup> Devido a necessidade de ampliar as pesquisas para além do telefone e da CTMR, alterou-se a denominação do acervo para Museu das Telecomunicações. Esse outro nome, veio em decorrência tanto do trabalho de pesquisa que se havia iniciado, quanto da necessidade de ampliar as propostas museológicas em questão. O surgimento de representantes de outros setores da comunicação, como os telegrafistas, nos ajudou a pensar que no museu, outros agentes e outras tecnologias deveriam ser representados.

adquirir voz e traduzir experiências, momentos marcantes da vida da empresa, bem como inventividade e técnica produzidas no local. A figura desse ex-funcionário nos fez pensar que, para que a exposição tivesse um sentido maior do que apenas objetos dispostos ao olhar, era necessário buscar as inúmeras vozes que dela poderiam surgir. Foi nesse contexto que se originou o projeto de pesquisa denominado *Museu de Vozes*, que tinha por função constituir um banco de depoimentos orais sobre a CTMR<sup>6</sup>.

Do projeto inicial, que era a reconstrução a história da companhia através dos relatos orais, ampliou-se a pesquisa para o estudo da modernização do espaço urbano da cidade, tendo como fio condutor o processo de automatização do serviço telefônico da CTMR. Relacionando categorias como cidade e modernidade, esta nova pesquisa pretende traçar um amplo e provisório painel do processo de urbanização da cidade. Demonstrando a forma e os mecanismos pelos quais essas mudanças se processaram. Para construir este amplo painel, utilizou-se um corpus documental composto por dois dos principais jornais da cidade na época, o *Diário Popular* e o semanário *A Alvorada*<sup>7</sup>. Os relatórios da Prefeitura Municipal (1947-1957), do Escritório Saturnino de Brito (1947 e 1952) e o acervo de Leis e Decretos da cidade (1947-1957)<sup>8</sup>

Para reconstruir a trajetória da CTMR, utilizaremos como aporte teórico a história empresarial. Esta modalidade historiográfica surgiu nos Estados Unidos, durante a década de 1920, com a formação na Universidade de Harvard, da *Business History Society* (1926) e o lançamento do *Journal of Economic Business History* (1928) ambos em torno da figura de N.S.B. Gras<sup>9</sup>. Este grupo caracterizava-se pelo estudo isolado das empresas, sem integrá-las

---

<sup>6</sup> FERREIRA, Maria Letícia M. & LOPES, André Luís Borges. História, Memória e Tecnologia: Museu de Telecomunicações de Pelotas. **Cadernos do LEPAARQ**. Vol. I, 2005, p. 29. O grupo de trabalho inicial era composto por dois professores, Maria Letícia Ferreira e Fábio Vergara Cerqueira, e por alunos da graduação em História: André Luís Borges Lopes, Clara Machado, Cláudia Vieira de Souza, Cristiano Gastal Sória, Taiane Mendes Taborda, Vanessa Volcão, Vinícius Goulart. Além disso, um grande número de alunos passou a colaborar no monitoramento da exposição que, contrariando os prazos iniciais, se estendeu por quase dois meses.

<sup>7</sup> O Acervo com ambos os jornais encontra-se na Sala de Pesquisa da B. P. P.

<sup>8</sup> Este acervo documental encontra-se no A. G. P. M. P.

<sup>9</sup> LOBO, Eulália L. História Empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 217. Ver também: ERRO, Carmem. **História Empresarial: pasado, presente y retos de futuro**. Barcelona: Ariel, 2003.



num contexto sócio econômico. Na Europa, história empresarial desenvolveu-se a partir da década de 1950, sobretudo na França e na Inglaterra. Nestes países a história das empresas era colocada numa perspectiva mais social. Na França, havia uma maior influência do marxismo, da visão macroeconômica, onde o empresário era visto na dependência de fatores estruturais e conjunturais. Nas últimas décadas, os trabalhos empíricos sobre as empresas isoladas, preocupados com sua administração interna, declinaram. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, desenvolveu-se a história comparada de empresas e na França, a história empresarial adquiriu uma perspectiva mais globalizante<sup>10</sup>.

No Brasil, os estudos sobre empresas e empresários surgem a partir da década de 50. No entanto somente a partir dos anos 60 e 70 eles começam a se desenvolver, principalmente a partir dos inúmeros trabalhos de história econômica desenvolvidos por Caio Prado Junior<sup>11</sup>. Há ainda os trabalhos feitos sobre forte influência de Celso Furtado e da escola Cepalina, como o de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto<sup>12</sup>, e a coletânea organizada por Carlos Estevam Martins<sup>13</sup>. Vale destacar, ainda, que nesse período a história de empresa sofreu uma ampliação nos seus estudos, sobre tudo em grandes centros universitários, como a USP, a UNICAMP, a UFF e a UFRJ.

A partir dos anos 80 crescem progressivamente as publicações a respeito da história empresarial, oriundas das mais diversas formas de estudo. A maioria destas publicações é decorrente de dissertações defendidas em cursos de pós-graduação de universidades, outras surgem a partir de pesquisas provenientes de outras instituições, ou até mesmo de iniciativas individuais<sup>14</sup>. Na historiografia brasileira existem ainda, as edições oriundas de pesquisas de âmbito regional, como a de Oswaldo Truzzi, sobre o desenvolvimento da região de São Carlos<sup>15</sup>, de Maria Luiza Renaux Hering,

---

<sup>10</sup> Idem, ibidem, p. 218.

<sup>11</sup> JUNIOR, Caio Prado. **História e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

<sup>12</sup> CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. **Dependencia y desarrollo en América Latina**. México: Siglo Veinteuno, Editores, S. A., 1971.

<sup>13</sup> MARTINS, Carlos Estevam (Org.) **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1977.

<sup>14</sup> LOBO, Eulália L. Op. Cit; p. 224-232.

<sup>15</sup> TRUZZI, Oswaldo M. S. **Café e Indústria: São Carlos (1850-1950)**. São Carlos: UFSCAR, 2000, 2ª. Ed.

sobre a colonização e indústria no vale do Itajaí<sup>16</sup>, de Carlos José Espíndola, sobre as agroindústrias de carne no oeste catarinense<sup>17</sup> e a edição organizada por Achyles Costa e Maria Cristina Passos, sobre a indústria calçadista do Rio Grande do sul<sup>18</sup>. Cabe destacar ainda, o importante papel que tem realizado a Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), criada em 1993 e que realiza a cada dois anos, junto com o Congresso Brasileiro de História Econômica, a Conferência Internacional de História de Empresas. Nos anais da conferência são publicados trabalhos sobre o tema, tendo inclusive, originado o livro organizado por Tamás Szmrecsányi e Ricardo Maranhão<sup>19</sup>.

Segundo Freitas Filho, a tarefa principal da história empresarial é procurar desvendar os mecanismos de funcionamento interno de certas unidades de produção (suas técnicas, administração e mão-de-obra) e suas relações com o meio ambiente, econômico e institucional no qual elas se inserem<sup>20</sup>. Conforme este autor, além de sua própria evolução, *“a história de empresa revela o concreto, o palpável, num nível microscópico, desvendando os homens em atividade e os seus processos produtivos”*<sup>21</sup>.

Para reconstruir a história empresarial da CTMR procuramos nos apoiar na vasta documentação institucional da companhia, constituída pelos inúmeros relatórios, fotografias e livros de atas do Conselho Fiscal, da Diretoria e das Assembléias dos Acionistas. Buscamos nos apoiar ainda, em alguns depoimentos de ex-funcionários que trabalharam na companhia durante o período de estudo, estes relatos fazem parte do *Museu de vozes* da CTMR<sup>22</sup>.

Assim sendo, esta história recomposta terá como um de seus eixos norteadores a memória produzida, esta memória é aqui definida como memória coletiva, conforme ensina Halbwachs; as lembranças dos indivíduos estão

---

<sup>16</sup> HERING, Maria Luiza R. **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: O modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

<sup>17</sup> ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias de carne do sul do Brasil**. Tese de Doutorado em Geografia – FFLCH-USP, São Paulo. 2002.

<sup>18</sup> COSTA, Achyles Barcelos da & PASSOS, Maria Cristina Araújo (Orgs.). **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

<sup>19</sup> SZMRECSÁNYI, Tamás & MARANHÃO, Ricardo (Orgs.). **História de empresas e desenvolvimento econômico**. São Paulo: EDUSP, 2002.

<sup>20</sup> FREITAS FILHO, Almir Pita. História Econômica e História de Empresa: algumas reflexões metodológicas. In: **Ensaio FEE**. Nº 1, ano 10. Porto Alegre: FEE, 1989, p. 171.

<sup>21</sup> Idem, ibidem.

<sup>22</sup> O acervo documental e oral da CTMR, encontra-se no M. T. sob a guarda da UFPel.

intimamente relacionadas com os grupos sociais do qual fazem parte. Segundo este autor a atualização da memória através das lembranças, só pode ocorrer a partir das solidariedades múltiplas, as quais estamos engajados, como família, religião e trabalho<sup>23</sup>. Mas ao recuperar este passado, não significa que iremos trazê-lo a luz do presente, intacto, inerte, como um objeto morto retirado das profundezas abissais do esquecimento. É mais do que tudo, conferir novas significações, buscar nele novas formas de enfrentamento com a realidade e com as adversidades do presente<sup>24</sup>.

Com relação às fontes orais, cabe aqui algumas considerações. As fontes orais são narrações individuais, não formalizadas, dialógicas, ainda que possam englobar elementos das formas tradicionais, como formas verbais formalizadas e condividas. Porém seu grande diferencial, com relação a maior parte dos documentos dos quais se vale a pesquisa histórica, é que as fontes orais são construídas pelo historiador em sua presença, com sua participação. Conforme Ferreira trata-se, portanto, de uma fonte relacional na qual a comunicação acontece sob a forma de trocas<sup>25</sup>, o trabalho com a fonte oral é construído sobre a escuta e resulta disso que a história oral é sempre produto de uma situação relacional estabelecida entre sujeitos: a relação entre entrevistados e entrevistadores (diálogo), a relação entre o presente no qual se fala e o passado do qual se fala (memória), a relação entre público e privado, a autobiografia e a história, a relação entre a oralidade (da fonte) e a escrita (do historiador)<sup>26</sup>.

O trabalho de construção desta pesquisa seguirá os princípios da micro-história em sua dimensão mais ampla, conferida por Ginzburg, utilizando-se do paradigma indiciário, que preconiza o mapeamento dos traços e vestígios, buscando chegar por meio de inferências mais amplas à totalidade. Conforme afirma Ginzburg, essa totalidade deve ser sempre buscada, argumentando o autor que, se as conexões entre os fenômenos por vezes não são possíveis de

---

<sup>23</sup> HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

<sup>24</sup> FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Teares, tamancos, apitos. **Estudos Leopoldenses – Série História**. Vol. 4, n. 1, 2000, p. 132.

<sup>25</sup> FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. “Quando o apito da fábrica de tecidos...” **Memória pública e memória coletiva, fábrica Rheingantz, 1950-1970. Rio Grande, RS**. Porto Alegre: PUCRS, Tese de doutorado, 2002, p. 16.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 18-19.

serem reconhecidas, existem sinais e indícios, que permitirão decifrá-la<sup>27</sup>. Nesse sentido, conforme Ginzburg, o trabalho do historiador se assemelha ao do médico e ao do detetive, pois tal como Freud ou Sherlock Holmes, o historiador recolherá sintomas, indícios e pistas que, combinados ou cruzados, permitirão a elaboração de inferências e deduções, desvelando assim significados.

Essa é compreensão da história como uma “ciência do particular”, como afirma Vainfas<sup>28</sup>, e, de acordo com Constantino<sup>29</sup>, o paradigma proposto por Ginzburg rompe com a idéia da história como ciência abstrata e dedutiva, recuperando a capacidade humana de correlacionar vestígios que se transformam, portanto em sinais. Nesse sentido, o trabalho do historiador que se detém sobre um universo empírico bastante delimitado, será o de buscar e individualizar os nexos entre os semelhantes, ressaltar aspectos coincidentes e estabelecer uma trama convergente de dados sobre o qual fundar sua hipótese.

As possibilidades de interpretação sobre a questão urbana são múltiplas<sup>30</sup>. Um dos pioneiros no estudo do espaço urbano foi o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920). Em um de seus textos clássicos “*Conceitos e Categorias de Cidade*”, trabalho de 1921, este autor define a cidade como um local de natureza econômica e política. Seu surgimento estaria relacionado a trocas comerciais regulares, capazes de prover o sustento de seus habitantes

---

<sup>27</sup> GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 177.

<sup>28</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 448-9.

<sup>29</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Sobre a atualidade de Vico. Porto Alegre: **Histórica**, nº4, 2000, p. 13-15.

<sup>30</sup> No que diz respeito a análise das dinâmicas e da emergência da cidade industrial moderna, recomendamos a leitura de duas importantes coleções de história urbana: uma de vertente inglesa; **The Cambridge Urban History of Britain**, organizada por Martin Daunton (Cambridge University Press, 2000), especialmente o volume III que abarca o período de 1840-1950; e a outra de vertente francesa; **Historie de la France urbaine**, dirigida Maurice Agulhom (Paris, Éditions du Seuil, 1998), especialmente o volume 4 (La Ville de l'âge industriel – Le Cicle Haussmannien) escrito por Maurice Agulhom, Françoise Choay, Marcel Roncayolo entre outros. Sobre a diversidade de abordagens sobre a cidade na historiografia brasileira ver: BRESCIANI, Maria Stella. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos César de. (Org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 237-258.

(mercado) e a um conglomerado de instituições político-administrativas com uma relativa autonomia (administração pública)<sup>31</sup>.

Ana Fani Alessandri Carlos em “*A cidade*”, caracteriza o espaço urbano como um produto das relações entre a sociedade e a natureza<sup>32</sup>. Segundo esta autora, a cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo de um processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas. Ela seria assim, em cada época, o produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho, bem como do poder nela centralizado<sup>33</sup>.

Raquel Rolnik em “*O que é Cidade*”, nos diz que o espaço da cidade é fruto da imaginação e do trabalho articulado de muitos homens. Uma obra coletiva que desafia a natureza, a sede do poder e da administração, um lugar de produção de mitos e símbolos<sup>34</sup>. Segundo esta autora, o próprio espaço urbano se encarrega de contar parte de sua história. A arquitetura, esta natureza fabricada, na perenidade de seus materiais tem esse dom de durar, permanecer, legar ao tempo os vestígios de sua existência. Assim sendo a cidade também é uma forma de registro, a materialização de sua própria história<sup>35</sup>.

Para fins desta investigação a cidade é uma realidade física e histórica, ligada a experiências espaciais e temporais (fluxos populacionais e econômicos; demandas e disputas políticas; conflitos, tensões, consensos, entre os grupos humanos; formas de sociabilidade; relações e produções culturais e imaginárias) percebidas e representadas pelos grupos humanos<sup>36</sup>. Nesse sentido a cidade é uma realidade plural e polifônica, construída e experienciada pelos diferentes grupos sociais que dela fazem parte e que nela atuam.

---

<sup>31</sup> WEBER, Max. Conceitos e Categorias da Cidade. In: VELHO, Gilberto. (Org.) **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 72-82.

<sup>32</sup> CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 1992, p. 56-66.

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*, p. 57.

<sup>34</sup> ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, p. 7- 8. Ver também: BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. FGV / CNPq, 2002. P. 16-35; RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) **Dominios da História – ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, P. 185-202, e LEPETIT, Bernard. **Por uma nova História urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

<sup>35</sup> ROLNIK, Raquel. *Op. Cit.*, p. 9.

<sup>36</sup> MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas: histórias e memórias (1940-1972)**. São Paulo: Tese de Doutorado / PUCSP, 2001, p. 22.

A cidade com seus altos edifícios, suas largas avenidas e seu ritmo frenético, é o laboratório e o palco da modernidade. Aliás, para se compreender o que é a cidade é preciso entender o fenômeno da modernidade. Historicamente, a expressão “modernidade”, como precisou Touraine, está diretamente vinculada a um modo de civilização fundado no racionalismo, na organização da produção visando a otimização dos resultados, numa consciência burguesa e secularizada, assim como em manifestações psicológicas ou espirituais que dela decorrem, a modernidade também se caracteriza pela fé inabalável na razão e pela crença indestrutível na idéia de progresso e pela oposição resoluta à tradição<sup>37</sup>.

Vários pesquisadores dedicaram-se ao estudo das relações existentes entre a cidade e a modernidade, Walter Benjamin (1892-1940) buscou no mundo das letras, indícios para refletir sobre a modernidade e as metrópoles do século XIX. O filósofo alemão escolheu Baudelaire e Paris, como o centro de seus estudos, recorrendo à literatura para traçar um quadro das transformações ocorridas na Paris da segunda metade do século XIX.

Por intermédio dos poemas de Baudelaire, Walter Benjamin reconstruiu a Paris do Barão Haussmann (1859), uma cidade agitada por reformas que destruíram bairros inteiros, removendo inúmeras pessoas para a construção de avenidas mais largas e retilíneas, uma cidade violenta, selva habitada por homens-feras, frutos da destruição e reconstrução próprias do capitalismo<sup>38</sup>. Na obra benjaminiana, a grande cidade é entendida como um paradigma de reflexão sobre o fenômeno contraditório da modernidade. Observa-se, nos séculos XIX e XX, o choque entre, de um lado, os ideais da “modernização” e do “progresso” e, do outro, o atraso e a barbárie reais<sup>39</sup>.

Os escritos de Walter Benjamim inspiraram inúmeros pesquisadores dedicados ao estudo da cidade como espaço da modernidade. Marshall

---

<sup>37</sup>TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 11-19. Ver também: HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990; BAUMER, Franklin L. **O Pensamento Europeu Moderno**. Lisboa: Edições 70, 1990, Vols. I e II. e KERN, Maria Lúcia B. Modernidade: Significações na História. In: BRITES, Blanca, CATTANI, Icléia B., KERN, Maria Lúcia B. (Orgs.) **IV Congresso Brasileiro de História da Arte**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

<sup>38</sup> BENJAMIN, Walter. “Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo” Em: **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1989, vol.III, p. 37-55.

<sup>39</sup> BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 18. Ver Também: PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 29-89.

Berman, cientista político e escritor da obra “*tudo que é sólido desmancha no ar*”, recebeu forte inspiração do filósofo alemão, quando escreveu a história da “aventura da Modernidade” analisando desde Fausto de Goethe aos projetos urbanísticos de Robert Moses <sup>40</sup>. Segundo a definição de Marshall Berman, a modernidade configura-se como um conjunto de processos sociais que conduz a uma série de experiências vitais, que é compartilhada entre homens e mulheres em todo o mundo. Segundo ele, ser moderno:

*“É encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo que temos, tudo que sabemos, tudo que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e de nacionalidade, de religião e de ideologia: nesse sentido, podemos dizer que a humanidade une a espécie humana, porém, a unidade é paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudanças, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo, no qual, como disse Marx, ‘tudo que é sólido desmancha no ar’<sup>41</sup> .*

Berman apresenta a modernidade em três fases históricas distintas: a primeira, do início século XVI ao fim do XVIII, onde as pessoas estão se apercebendo em uma nova realidade, começando a experimentar a vida moderna, mas sem ter uma exata idéia do que ela seja. A segunda fase começa com a grande onda revolucionária de 1790 e vai até o século XIX. Onde as convulsões sociais desencadeadas a partir da Revolução Francesa transformam os modos de vida e as percepções das pessoas, com mudanças radicais nos níveis pessoal, político e social. Porém, essas convulsões não eliminam do público moderno as lembranças do modo de vida tradicional, criando assim uma dicotomia importante e que será a marca registrada da modernidade: a sensação de viver em dois mundos simultaneamente<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

<sup>41</sup> BERMAN, Marshall, Op. Cit., p. 15.

<sup>42</sup> BERMAN, Marshall, Op. Cit., p. 16.

A terceira e última fase diz respeito ao século XX, onde o processo de modernização se expande de tal modo que abarca virtualmente o mundo todo, atingindo espetaculares triunfos na arte e no pensamento<sup>43</sup>. Pode ser caracterizada como um período de grandes mudanças, com a adoção de novas experiências tecnológicas, de novas formas de organização social, de explosão demográfica e de crescimento urbano. Assim sendo, a cidade é o palco máximo da experiência moderna, pois ela propícia aos homens, novas percepções de espaço e de tempo; onde os automóveis, os bondes, os edifícios e os telefones são as condições materiais para que os homens da cidade vivenciem estes novos tempos.

Em Pelotas, os anos finais da década de 40 e início dos anos 50, são um período de grandes transformações urbanas. A cidade está em processo de verticalização, com a construção de grandes edifícios e a remodelação das antigas construções no perímetro central. Amplas e largas avenidas estão sendo construídas e outras ampliadas, para facilitar a circulação dos automóveis e das pessoas, instaurando assim um novo ritmo na cidade. Obras de embelezamento urbanístico, como a construção praças e jardins, estão sendo realizadas<sup>44</sup>.

Em 1947 um ambicioso plano de saneamento elaborado pelo escritório Saturnino de Brito, objetivando a ampliação dos serviços de água e esgotos para os bairros Fragata (Vila Hilda, Barros, Silva e Canela), Três - Vendas (Avenida Fernando Osório e Vila Rotschild), Areal (Avenida Domingos de Almeida), Centro (Vila Castilhos e Várzea) e bairro da Luz, foi executado<sup>45</sup>. Paralelamente as obras de ampliação das redes de água e esgoto, paulatinamente novos espaços da cidade foram sendo ocupados, ampliando assim, os seus limites urbanos. As áreas onde a cidade mais crescia, eram ao norte em direção ao bairro das Três – Vendas, ao leste em direção ao bairro Areal e a Oeste em direção ao bairro Fragata e Simões Lopes.

Concomitantemente a este processo de modernização do espaço urbano, vários outros setores da cidade também se modernizaram

---

<sup>43</sup> BERMAN, Marshall, Op. Cit., p. 17.

<sup>44</sup> MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório da Prefeitura Municipal**. Pelotas: Editora Globo, 1947, p. 76-95.

<sup>45</sup> ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO. **Saneamento de Pelotas (novos estudos): relatório de projetos**. Rio de Janeiro: setembro de 1947.



automatizando seus serviços. Um destes casos foi o da Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, que em 1953 inaugurou na cidade o serviço de telefones automáticos, tornando-se assim mais um dos ícones da chegada da modernidade urbana na cidade. É esta Pelotas, imersa em um grande processo de transformação, que o presente trabalho pretende abordar.

No primeiro capítulo, abordaremos o processo de modernização urbana no Brasil da década de 50, conheceremos o cenário das mudanças e os principais atores envolvidos neste processo de modernização. Conheceremos um pouco da Pelotas dos anos 50, as mudanças efetuadas no perímetro central, seus dados demográficos, econômicos, políticos e sociais.

No segundo capítulo conheceremos a história da CTMR, seu surgimento e expansão. Veremos como se constituiu o processo de modernização de seu serviço telefônico e como eram estendidas suas redes físicas pela cidade. Na tentativa de compreender quais eram os interesses que orientavam a construção destas redes, conheceremos um pouco do perfil sócio-econômico dos principais membros da companhia.

O terceiro capítulo trata dos diferentes discursos sobre este processo de modernização da cidade e da companhia. Veremos que dentro de uma mesma cidade, podem existir duas outras. Uma cidade formal, com um perímetro central moderno e aristocrático, cujo desfrute cabe as elites e as camadas médias. E uma cidade informal, com precárias condições de infra-estrutura, carente de atenção do poder público e que cujos moradores são a classe trabalhadora.

O quarto capítulo analisa os custos econômicos da automatização do serviço telefônico da CTMR e as diferentes percepções individuais sobre este processo de modernização. Veremos através dos depoimentos dos ex-funcionários da companhia, como através da memória são elaboradas e resignificadas as lembranças deste período.

## CAPITULO 1 - A modernidade brasileira nos anos 50

Os anos de 1950 foram anos de grandes e importantes mudanças no Brasil, pois é durante esse período que pela primeira vez na história do país o mundo urbano sobrepuja o rural em termos de imaginário da sociedade brasileira; e também é nesta época em que consagrado o discurso no qual o mundo rural era identificado como atrasado, velho, passado, enquanto o mundo urbano seria visto como adiantado, novo e moderno. Durante este período os rumos da modernidade brasileira pautaram-se por dois modelos de desenvolvimento econômico: o Nacional Desenvolvimentista, de Getúlio Vargas (PTB), e o modelo de Capitalismo Associado, de Juscelino Kubitschek (PSD).

Com a eleição de Getúlio Vargas para presidência da República, em 3 de outubro de 1950, o desenvolvimento econômico brasileiro veio encaminhar-se em direção do nacionalismo e da industrialização. Segundo nos relata Skidmore, a estratégia do Nacional Desenvolvimentismo de Vargas visava criar um Estado de economia mista, na qual o setor privado recebia novos incentivos, na proporção de um determinado número de prioridades de investimento. Ao mesmo tempo, este Estado interviria mais diretamente, através das empresas estatais e das empresas de economia mista, no sentido de romper os pontos de estrangulamento e assegurar o investimento em áreas nas quais faltasse ao setor privado, quer a vontade, quer os recursos para se aventurar<sup>46</sup>. Embora o tom nitidamente nacionalista, os defensores desta fórmula reconheciam que o capital privado estrangeiro poderia desempenhar um papel importante na economia nacional. Mas insistiam em que este só poderia ser aceito, quando fosse objeto de cuidadosa regulamentação pelas autoridades brasileiras<sup>47</sup>.

Este modelo político e econômico buscava reformular as condições de dependência da economia brasileira e estimular a industrialização no país. No que diz respeito ao capital internacional, sua posição era cautelosa e visava direcioná-lo as áreas de interesse governamental. A intervenção do estado deveria ser na construção de uma indústria de base e nas áreas consideradas

---

<sup>46</sup> SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 6ª. Edição, p. 119.

<sup>47</sup> Idem, *Ibidem*.

de maior estrangulamento da economia. Sob este impulso nacionalista e industrializante foram criados inúmeros órgãos, institutos e comissões que apontavam não só para o intervencionismo estatal, mas também para os compromissos com os interesses desenvolvimentistas. No ano de 1952, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e ao longo do segundo governo de Vargas, foram criadas ainda: a Comissão Nacional de Política Agrária, a Comissão de Desenvolvimento Industrial, a Comissão de Coordenação e de Desenvolvimento dos Transportes, a Comissão Nacional de Bem-estar, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o Serviço Social Rural, a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), o Banco do Nordeste e o Banco de Crédito da Amazônia<sup>48</sup>. Empreendeu-se a campanha “O petróleo é nosso”, que mobilizou grande parte da sociedade brasileira e que defendia o monopólio estatal do petróleo, esta campanha culminou na criação da Petrobrás em 1953<sup>49</sup>. Foi traçado ainda o plano inicial de criação da Eletrobrás, para suprir as deficiências de energia elétrica no país. O resultado de tais medidas foi que, entre 1951 e 1954, as taxas de crescimento do produto real foram respectivamente 5,9%, 8,7%, 2,5% e 10,1%. E especificamente, no setor industrial foram 6,4%, 5,0%, 8,7% e 8,7%<sup>50</sup>.

Com o suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954, assumiu o vice-presidente Café Filho do PSD. A ascensão de Café Filho foi marcada por uma medida de amplas repercussões sobre a economia brasileira: a instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) que estabelecia que as empresas associadas ao capital estrangeiro poderiam realizar suas exportações no exterior sem cobertura cambial, não tendo que recorrer ao licitamento de dólares. A medida, como se vê, trazia vantagens inegáveis para as empresas que se associassem, constituindo-se também num chamariz para o capital internacional.

---

<sup>48</sup> FONSECA, Pedro Dutra. Nacionalismo e economia: o Segundo governo Vargas. In: SZMRECSÁNYI, Tamas & Suzigan, Wilson (Orgs.) **História econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 23.

<sup>49</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas (1951-1954)**. São Paulo: Atica, 1992, 2ª edição, p. 165.

<sup>50</sup> FONSECA, Pedro Dutra. Op. Cit; p. 24.

Ao término das eleições de 1955, foi eleito presidente Juscelino Kubitscheck (PSD), tendo como vice João Goulart (PTB). Na oposição, concorreram Juarez Távora, pela União Democrática Nacional (UDN), Ademar de Barros, pelo Partido Social Progressista (PSP), e o ex-integralista Plínio Salgado, pelo Partido de Representação Popular (PRP). Juscelino Kubitscheck assumiu a presidência em 1956. A partir de seu governo, que prometia que o país avançaria “50 anos em 5”, optou-se pelo desenvolvimento da modernidade brasileira de forma associada ao capital estrangeiro. Teve início no país, uma fase de industrialização acelerada e de abertura da economia brasileira ao capital internacional. A reformulação no modelo de desenvolvimento econômico, deveu-se a um conjunto de coordenadas: a necessidade da indústria brasileira de evoluir para um maior nível técnico; a dinâmica da reprodução do capital em escala internacional, foi impondo a penetração do capital monopolista estrangeiro e algumas medidas tomadas no governo anterior, como a instrução 113 da SUMOC, que privilegiavam a burguesia empresarial associada, ao ter acesso a uma tecnologia mais avançada<sup>51</sup>.

Sob o influxo de tais questões, Juscelino Kubitscheck organizou seu Programa de Metas, baseado na industrialização acelerada de bens duráveis e semiduráveis, no estímulo ao capital privado, nacional e estrangeiro, na expansão das obras públicas, materializada na construção da nova capital, Brasília, e no investimento nos setores de energia e transportes. Com relação ao capital privado internacional, no novo modelo de desenvolvimento econômico, ele era visto como um elemento renovador, e era aceito como participante do desenvolvimento da economia brasileira, ao lado do capital nacional.

A base do progresso da economia brasileira no período, foi sem dúvida da expansão industrial. No governo de Juscelino Kubitscheck, a produção industrial brasileira cresceu 80%, com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%). A taxa de crescimento real foi de 7% ao ano, e aproximadamente 4% per capita. Para a década de 1950, o crescimento per

---

<sup>51</sup> MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitscheck**. São Paulo: Brasiliense, 1984, 3ª. Edição, p. 54.

capita efetivo do Brasil foi aproximadamente três vezes maior que o resto da América latina<sup>52</sup>. Para financiar esta industrialização acelerada, JK lançava mão de vários recursos: o confisco cambial, que dava ao setor agro-exportador um retorno menor que a taxa do dólar equivalente, canalizando a diferença para o setor secundário; o confisco salarial, que conduzia os aumentos sempre abaixo da inflação; e a emissão renovada, para garantir o crédito aos empresários.

Neste período quase tudo era fabricado no país; como o aço, o petróleo e seus derivados: o asfalto, o plástico, os materiais de limpeza e etc. Hidrelétricas gigantescas foram erguidas e equipadas com geradores e turbinas nacionais. Os mais variados tipos de indústrias cresceram e se modernizaram (alumínio, alimentos, têxtil, bebidas, farmacêuticas). Estradas de padrão internacional foram desenhadas, arranha-céus foram construídos, automóveis e utilitários eram produzidos<sup>53</sup>. De fato, podemos dizer que os anos JK foram marcados pela idéia da incorporação do que era novo e moderno: o desenvolvimento, as novas estradas, as hidrelétricas, a arquitetura moderna da nova capital, a música (bossa nova), e pela idéia de que era possível recuperar o tempo perdido, daí o slogan “50 anos em 5”. Um clima de otimismo e euforia tomava conta do país, e os anos do governo de JK ficaram conhecidos como “anos dourados”, anos de modernidade e de esperança, onde o futuro parecia ter chegado<sup>54</sup>.

No Rio Grande do Sul, a década de 50 também foi um período de grandes mudanças. Do ponto de vista Rio-grandense, os principais problemas enfrentados poderiam ser sintetizado em três questões fundamentais: industrialização, êxodo rural, e transportes e energia. Tais questões envolviam diretrizes político-partidárias, que por sua vez se revelavam associadas aos programas de modernização e desenvolvimento econômico existentes a nível nacional. Ao longo da chamada Democracia Populista, o Rio grande do Sul

---

<sup>52</sup> SKIDMORE, op. cit; p. 204.

<sup>53</sup> MELLO, João Manuel Cardoso de & NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. IN: SCHWARTCZ, Lilia (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 4, 1998, p. 563.

<sup>54</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Tempos de JK: a construção do futuro e a preservação do passado. IN: MIRANDA, Wander Melo (org.). **Anos JK: margens da modernidade**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 32.

apresentou uma alternância partidária no que diz respeito aos governadores do estado, ora ascendendo o PSD, ora o PTB.

Entre 1947 e 1950, o governador do estado é Walter Jobim do PSD. No que tange a industrialização, a estratégia do PSD gaúcho era incentivar e proteger as indústrias que beneficiassem os produtos oriundos da agropecuária. Tal identificação, segundo Pesavento, era um indicativo da forte ligação entre o PSD com o ruralismo gaúcho<sup>55</sup>. Entre 1951 e 1955, o Rio Grande do Sul era governado pelo General Ernesto Dornelles (PTB), que adotava como forma de desenvolvimento econômico e industrial o modelo Nacional Desenvolvimentista de Vargas. Com relação à industrialização, conforme indica Pesavento, a intenção do PTB gaúcho; era assegurar o primado da sociedade urbano-industrial sobre a agrária tradicional. Dentro da visão petebista, era necessário que o Rio Grande do Sul passasse para etapas mais avançadas do processo de industrialização, atingindo a produção de produtos intermediários, e que se criasse um pólo industrial no estado<sup>56</sup>. Na segunda metade da década de 1950, o governador do estado era novamente do PSD, Ildo Meneghetti.

No que diz respeito ao segundo problema crucial do estado – o êxodo rural – a posição do PSD era de conter a população no campo. A permanência do trabalhador no campo era segundo a ótica do PSD, tanto um fator de progresso para o setor primário e, por extensão, para o secundário, quanto era um fator de estabilização social<sup>57</sup>. Em contrapartida, a evasão para as cidades era conhecida como um elemento que contribuía para a perturbação da ordem. O PTB tinha clara intenção de incorporar as massas à sociedade industrial, principalmente as urbanas, que eram sua base de sustentação política. Neste sentido, defendia a elevação de seu nível de vida e a criação de oportunidades de trabalho para todos.

A eletrificação do estado foi uma meta perseguida tanto por Walter Jobim (PSD) quanto por Ernesto Dornelles (PTB). Em 1947, foi criada a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE) para corrigir as falhas do ineficiente serviço prestado pelas companhias estrangeiras que operavam no

---

<sup>55</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, 4<sup>a</sup>. Edição, p. 126.

<sup>56</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>57</sup> Idem, *ibidem*, p. 127

estado. A criação da CEEE elevou a capacidade de fornecimento de energia elétrica do Rio Grande do Sul e reduziu a ação das companhias estrangeiras. No que diz respeito aos transportes, toda produção gaúcha se fazia pela navegação de cabotagem. Ao longo da década de 50, foi impulsionado no estado o sistema rodoviário. Foram construídas inúmeras estradas de rodagem, assim como foi inaugurada a BR-116. Igualmente, a criação, em 1947, do Departamento Autônomo de Carvão Mineral possibilitou a sua extração em maior escala no estado, objetivando a obtenção de combustível para a Viação Férrea. O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), criado em 1938, em colaboração com a Secretaria de Obras Públicas, construiu no governo de Meneghetti a ponte sobre o Rio Guaíba e aos poucos, o esquema rodoviário suplantou a navegação de cabotagem no estado<sup>58</sup>.

Tanto o PTB, quanto o PSD, na sua perspectiva de promover a modernização e o desenvolvimento do estado, defrontaram-se com a questão dos investimentos estrangeiros. Fora o tradicional setor da carne frigorificada, o capital estrangeiro estava presente também na indústria do fumo (Cia. Souza Cruz, de capital inglês), na moagem do trigo e do arroz (Bunge and Born, capital americano, presente nos Moinhos Rio-Grandenses e na Brasilarroz), na indústria de energia elétrica (The Riograndense Light and Power Syndicate e Cia. de Energia Elétrica Rio-Grandense, subsidiária da Electric Bond and Share, americana) e de telefones (International Telephone and Telegraph, de capital americano)<sup>59</sup>. O PTB gaúcho alinhado ao Nacional Desenvolvimentismo, aceitava o capital estrangeiro de forma criteriosa e desde que controlado pelo estado. A posição do PSD era de total aceitação do capital internacional, entendendo-o como um elemento renovador e que associado ao capital privado nacional, levaria ao desenvolvimento do estado. Sendo assim alinhava-se a nível nacional, guardadas as respectivas especificidades locais, ao modelo de capitalismo associado.

Em Pelotas, o Revezamento político entre PSD E PTB também esteve presente. O PSD foi representado na cidade pelos prefeitos Joaquim Duval (1947-1951) e Adolfo Fetter (1956-1959). O PTB teve como representante Mário Meneghetti (1951-1955). Joaquim Duval era advogado, foi professor de

---

<sup>58</sup> Idem, ibidem, p. 129.

<sup>59</sup> Idem, ibidem; p. 127.

Direito Administrativo na Faculdade de Direito de Pelotas, foi Deputado Estadual e Federal. Sua gestão como prefeito foi marcada pelo Plano de Saneamento de Pelotas, cujas obras de ampliação do abastecimento de água e das redes de esgotos, foram executadas pelo Escritório Saturnino de Brito. Foram executadas obras de pavimentação urbana, como o calçamento de inúmeras avenidas da cidade com paralelepípedos, atingindo uma área total de 30 mil metros quadrados<sup>60</sup>. Foram realizadas inúmeras obras de modernização e embelezamento urbanístico, como a construção da praça da Praça das Carretas, na Avenida Daltro Filho<sup>61</sup>. Tiveram início as obras de canalização e saneamento do arroio Pepino; foram concluídos os calçamentos finais da Rua Marques de Caxias e da Avenida Domingos de Almeida, uma *“moderna avenida que ligaria a cidade ao bairro Areal”*<sup>62</sup>.

Em 1951 assumiu a prefeitura de Pelotas, o médico Mario David Meneghetti do PTB. Em sua gestão tiveram continuidade as obras de ampliação do abastecimento de água e das redes de esgoto, constantes no plano de saneamento elaborado pelo Escritório Saturnino de Brito (1947), e foi realizada ainda a construção da represa do arroio Micaela. O projeto de construção da represa era de autoria do Escritório Saturnino de Brito e estava sendo executado pelo próprio Departamento Municipal Autônomo de Água e esgotos. Segundo a imprensa local, com a construção da represa ficaria solucionado de forma satisfatória o problema do abastecimento de água ao bairro Fragata<sup>63</sup>. Para atender a demanda por moradias populares, foi criado em 1953, o Loteamento Municipal da Várzea, também chamado de Vila Municipal e posteriormente denominado bairro Nossa Senhora de Fátima. Coube a Prefeitura Municipal realizar o loteamento dos terrenos, *“afim de poder vende-los a longo prazo, por um preço acessível aos funcionários e aos trabalhadores em geral, para que possam com o pagamento de um aluguel mensal, possuir sua casa própria”*<sup>64</sup>.

Para Forçar o barateamento dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, foi criado em 1952, o Departamento Municipal do

---

<sup>60</sup> Diário Popular. Pelotas: 05 de agosto de 1949.

<sup>61</sup> Idem, ibidem; 07 de agosto de 1949.

<sup>62</sup> Idem, ibidem; 23 de julho de 1949.

<sup>63</sup> A Alvorada. Pelotas: 05 de maio de 1955.

<sup>64</sup> Diário Popular. Pelotas: 28 de Agosto de 1952.



Abastecimento. Foram realizadas melhorias na iluminação de inúmeras vilas do bairro Areal, do Fragata, da Santa Teresinha e da várzea<sup>65</sup>. Foram realizadas obras de pavimentação na Avenida Argentina e de reorganização do tráfego no centro da cidade<sup>66</sup>. Em 1956, com Adolfo Fetter, o PSD assumiu novamente a Prefeitura Municipal de Pelotas. O novo prefeito era industrial, presidente da Gráfica Diário Popular Ltda., comerciante e agricultor. Havia sido também o vice Prefeito na administração de Joaquim Duval.

### **A Pelotas dos anos 50: o cenário e os atores das mudanças**

Os anos cinqüenta em Pelotas, e no Brasil como um todo, foram anos de profundas e intensas mudanças. A industrialização, a modernização urbana e a migração do campo para as cidades, foram fatores que alteraram as formas de percepção da cidade e suas dinâmicas sociais.

Em 1950, a cidade de Pelotas possuía uma área física de 2.992 Km<sup>2</sup> e 127.641 habitantes, sendo 78.014 na zona urbana e 49.627 na zona rural<sup>67</sup>. Estes números a situavam como a vigésima cidade brasileira em termos populacionais e a segunda maior cidade do Rio grande do sul. Neste período a cidade era dividida em três distritos: Pelotas, Dunas e Capão do Leão. No distrito de Pelotas, ficava a sede municipal. O distrito do Dunas era subdividido em três sub-distritos: a Vila do Dunas (sede do sub-distrito), Cerrito Alegre (2º sub-distrito), Santa Silvana (3º sub-distrito). O distrito do Capão do Leão se subdividia em: Vila do Capão do Leão (sede do sub-distrito), Santa Eulália (2º sub-distrito), Santo Antônio do Quilombo (3º sub-distrito)<sup>68</sup>.

Por possuir uma concentração maior de estabelecimentos comerciais, e por dirigir o comércio das regiões ao seu entorno, Pelotas era considerada uma “capital regional”<sup>69</sup>. Além do mais, sua zona de influência se estendia por todo o sul do estado, ao exercer também a função de centro cultural, por suas

---

<sup>65</sup> Diário Popular. Pelotas: 01 de janeiro de 1953.

<sup>66</sup> Diário Popular. Pelotas: 19 de Setembro de 1953.

<sup>67</sup> FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De província de São Pedro à Estado do Rio Grande do Sul**. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE-RS, 1981, p. 256 e 258.

<sup>68</sup> Diário Popular. Pelotas: 27 de Agosto de 1953.

<sup>69</sup> VIEIRA, Sidney Gonçalves. **A cidade fragmentada: o planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas**. Pelotas: Ed. UFPel, 2005, p. 122.

faculdades e instituições de ensino superior<sup>70</sup>. Igualmente há que se fazer referência a posição da cidade, como um centro de serviços especializados (médicos, advogados, arquitetos, engenheiros agrônomos e veterinários) e sede de diversos órgãos federais e estaduais para toda a região sul do estado.

Os dados do comércio nas décadas de 1940 e 1950 indicam a importância do setor na economia da cidade: em 1940, existiam na cidade 729 pequenos estabelecimentos comerciais, com um total de 1.884 funcionários, e mais 145 grandes estabelecimentos comerciais, com 1.430 funcionários. No ano de 1950, havia 861 estabelecimentos de comércio menor (2.284 funcionários) e 151 estabelecimentos de comércio maior (1.735 funcionários)<sup>71</sup>.

O desenvolvimento do comércio local impulsionou o processo de modernização econômica da cidade e possibilitou inúmeras mudanças na paisagem urbana. Por ser um grande centro econômico regional, Pelotas atraía para o município inúmeras populações migrantes, principalmente dos municípios vizinhos: Canguçu, Bagé, Jaguarão, Pedro Osório e Arroio Grande. Estas novas populações que chegavam, faziam com que os limites da cidade se estendessem e conseqüentemente novos espaços foram sendo ocupados. As áreas onde a cidade mais crescia eram ao norte, em direção ao bairro das Três – Vendas, ao leste em direção ao bairro Areal e a Oeste em direção ao bairro Fragata e Simões Lopes (figura 1).

Em 1947, o engenheiro Saturnino de Brito em seu relatório de estudo sobre o Plano de Saneamento de Pelotas já constatava este fato, revelava ele que a partir de 1930 com o aumento da rede de esgotos, *“começou a cidade a se expandir com intensidade pela zona norte e pela zona da margem direita do arroio Santa Bárbara, tornando maior o perímetro urbano”*<sup>72</sup>. Segundo este mesmo relatório, em 1947 havia na cidade um total de 11.087 residências, destas 10.532 localizavam-se na zona urbana da cidade e 555 na zona suburbana. Entre as áreas urbanas o bairro que mais crescia era o Fragata, nele estavam localizadas 1.289 residências, distribuídas entre as inúmeras vilas que compunham o bairro. Em seguida vinham os bairros, Areal com 501

---

<sup>70</sup> GEIGER, Pedro. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/ MEC, 1963, p. 306-308.

<sup>71</sup> FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De província de São Pedro à Estado do Rio Grande do Sul**. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE-RS, 1981, p. 318-320.

<sup>72</sup> ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO. **Saneamento de Pelotas (novos estudos): relatório de projetos**. Rio de Janeiro: setembro de 1947, p. 40.

residências e o Simões Lopes, com 401 domicílios. O bairro das Três – Vendas, localizado na zona norte da cidade, possui um total de 218 casas<sup>73</sup>.



Fonte: Saneamento de Pelotas (novos estudos): relatório de projetos. Rio de Janeiro: setembro de 1947.

**Figura 1 – Mapa da cidade de Pelotas (1947)**

No perímetro central, a fisionomia da cidade também se transformava com a construção dos primeiros “arranha-céus”, entre estes o edifício Palácio do comércio (1942), sede da Associação Comercial, com dez andares (figura 2), e o edifício da associação dos proprietários de imóveis (APIP, 1947), com quatorze andares, um dos mais altos do estado, na época. Neste mesmo ano foi aprovado ainda, o projeto de construção do Edifício Del Grande, com quinze andares, localizado na Praça Coronel Pedro Osório, o primeiro edifício residencial da cidade<sup>74</sup>. Com o intuito de estimular o processo de verticalização do centro da cidade, em dezembro de 1948, é promulgada pela Prefeitura Municipal a lei nº. 76, que previa dentro da área central da cidade, “os locais

<sup>73</sup> ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO. Op. Cit, p. 39.

<sup>74</sup> MOURA, Rosa Maria Garcia de. **Protomodernismo em Pelotas**. Pelotas: Editora Universitária / UFPel, 2005, p. 100 – 101. Da mesma autora, ver também: **Habitação Popular em Pelotas (1888-1950) entre políticas públicas e investimentos privados**. Porto Alegre: PUCRS, Tese de Doutorado, 2006.

onde só poderiam ser construídos prédios com no mínimo três pavimentos<sup>75</sup>. Esta medida apesar de parecer tímida foi o primeiro passo para início da verticalização do perímetro central da cidade. Vejamos mais detalhes na tabela abaixo:

**Tabela I - A construção de edifícios em Pelotas (1952-1957)**

<b>Ano</b>	<b>Edifício</b>	<b>Localização</b>	<b>Finalidade</b>
1952	Hotel Rex	Praça Cel. Pedro Osório	Hotel
1954	Presidente. Vargas	Alberto Rosa	Residencial
1955	Ferraz Vianna	Andrade Neves	Comercial e residencial
1955	Tuiuty	Gel. Osório	Comercial e residencial
1955	Princesa do Sul	Anchieta	Comercial
1956	Sulbanco	Praça Cel. Pedro Osório	Banco e residencial
1956	Itatiaia	XV de Novembro	Comercial
1956	Mirim	Barão de Santa Tecla	Residencial
1957	Assumpção Rheingantz	Praça Cel. Pedro Osório	Residencial
1957	Ferreira Diniz	General Netto	Residencial

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de Pelotas.

Como se pode perceber pelos dados da tabela I, a verticalização do centro da cidade intensificou-se a partir dos anos 50. Em 1952, fora construído o prédio do Hotel Rex, com sete andares, na Praça coronel Pedro Osório. Em 1954, construiu-se o edifício Presidente Vargas, com nove andares, na Rua Alberto Rosa. Este prédio residencial situava-se fora do perímetro central, no bairro da Várzea, onde os terrenos eram menos valorizados. Em 1955, construiu-se na Rua Anchieta, o edifício Princesa do Sul. Este prédio possuía 14 andares e era totalmente destinado ao setor de serviços (despachos e consultórios). Neste mesmo ano foram construídos ainda, o Edifício Ferraz Vianna e o Tuiuty. O edifício Ferraz Viana, situava-se na Rua Andrade Neves e possuía 15 andares, destinados uma parte a residências e outra a atividades comerciais. O Edifício Tuiuty, localizava-se na Rua General Osório e possuía oito andares. Em 1956 foram construídos mais três prédios: o Sulbanco (oito andares e localizado na Praça Coronel Pedro Osório), o Edifício Itatiaia (treze

<sup>75</sup> Prefeitura Municipal de Pelotas. Leis e decretos: exercício de 1948. Pelotas: Globo, 1949, p. 163. O perímetro estabelecido por esta lei limitava-se: ao norte, a Rua General Neto; ao sul, a Rua Tiradentes; o leste a Rua Félix da Cunha; e a oeste, a Rua General Osório. Fora deste perímetro, foram definidas as ruas XV de novembro até a Rua D. Pedro II e a Rua Mal. Floriano até a ponte de pedra.

andares e localizado na Rua XV de Novembro) e o Edifício Mirim (sete andares e localizado na Rua Barão de Santa Tecla). No ano de 1957 foram construídos: o Edifício Ferreira Diniz, 16 andares, na Rua General Netto e o Edifício Assunção Rheingantz, com 14 andares e localizado na Praça Coronel Pedro Osório<sup>76</sup>.

Conforme noticiava o jornal Diário Popular, Pelotas ganhava a cada dia, posição maior de “destaque no conceito das cidades gaúchas e brasileiras”. Por causa de seu desenvolvimento econômico, a cidade crescia e se embelezava, adquirindo os aspectos característicos das grandes metrópoles. O número de construções aumentava ano a ano e *“majestosos edifícios se erguiam no coração da cidade; como que desejando mostrar, bem alto, aquilo que a cidade era e aquilo que ela poderia ser realmente”*<sup>77</sup>.



Fonte: Projeto Pelotas Memória, Ano 10, nº. 5, 1999.

**Figura 2 – Construção do Palácio do comércio (1939)**

<sup>76</sup> SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfología urbana da cidade de Pelotas, Brasil, 1812-2000**. Barcelona: Universidade de Barcelona. Tese de Doutorado, 2002, p. 335-347.

<sup>77</sup> Diário Popular: Pelotas: 27 de agosto de 1952.

De fato, a cidade crescia e se modernizava. A construção de edifícios comerciais nas principais ruas do centro, revela a dimensão do desenvolvimento econômico e urbano da cidade, já que os mesmos eram construídos para abrigar atividades tipicamente urbanas, como escritórios médicos, de advocacia, contábeis, de engenharia e de representações comerciais. A valorização das ruas comerciais se efetivava com a construção dos altos edifícios, alguns com finalidade residencial; o que implantou também uma nova forma de viver e morar na cidade.

Deste modo, se produzia uma diferenciação entre o espaço central, monumental e moderno, e um espaço periférico, onde se mesclavam as incipientes marcas da paisagem urbana em transformação e um ambiente ainda rural. O espaço central, dotado de novas infra-estruturas e de intenso movimento comercial, é também um espaço onde diversos agentes passam a se movimentar de acordo com seus interesses imediatos e futuros. Todas estas mudanças na paisagem da cidade; revelam também uma nova ideologia urbana, na qual os altos edifícios se impõem no cenário da urbe, como os ícones máximos do processo de modernização e indicativos de prosperidade.

A expansão comercial de Pelotas se produziu simultaneamente ao desenvolvimento da indústria na cidade. O censo econômico de 1940 apontava a existência de 259 estabelecimentos industriais na cidade, que possuíam mais de 4.000 trabalhadores. Em 1950, o total de fabricas era de 413 estabelecimentos, que empregavam 6.271 funcionários<sup>78</sup>. Entre 1950 e 1952, elevou-se consideravelmente o número de estabelecimentos industriais na cidade, chegando a um total de 505 indústrias. O aumento da produção industrial colocou o município em posição de destaque no cenário nacional e em segundo lugar entre as comunas rio-grandenses<sup>79</sup>. Convém salientar que o desenvolvimento da indústria pelotense, foi prejudicado pelas constantes faltas de energia elétrica em 1951, bem como também pela lei da “faixa de fronteira”<sup>80</sup>, que impedia a instalação de inúmeras indústrias na cidade.

Criada pela constituição de 1937 e regulamentada em pleno período da Segunda Guerra Mundial, a lei da “faixa de Fronteira” estabelecia obstáculos a

---

<sup>78</sup> FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De província de São Pedro à Estado do Rio Grande do Sul**. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE-RS, 1981, p. 250 e 315.

<sup>79</sup> Diário Popular. Pelotas: 27 de agosto de 1953.

<sup>80</sup> Artigo 165, da Constituição Federal de 1937.

instalação de quaisquer empreendimentos industriais de maior envergadura; nos quais se fizessem necessários conhecimentos técnicos ou o capital estrangeiro, ao redor de uma faixa de 150 km de largura, próxima as fronteiras do país.

Quanto a localização da indústria pelotense no tecido urbano, poderiam ser definidos dois padrões: o primeiro se refere a localização intra-urbana, no qual as indústrias se distribuíam entre a zona portuária e a estação da ferrovia, ao longo do ramal ferroviário que conectava o porto a estação. Esta zona industrial incluía, além do mais, o entorno da estação ferroviária, a Avenida Saldanha Marinho, as margens do arroio Santa Bárbara e a Avenida 20 de setembro, no entorno da usina elétrica da companhia Light & Power.

O segundo, se situava na zona norte da cidade, no bairro da Luz, onde também haviam se instalado indústrias. No lado oeste se situaram os engenhos de arroz, e no lado leste, nas margens do arroio Pepino, se instalou a Fábrica Lang<sup>81</sup>. Estas localizações foram escolhidas pela proximidade de acesso as fontes de matérias-primas das fábricas: os engenhos de arroz; se localizavam nas ruas que tinham conexão com a “Estrada do Arrozal”, cujo nome indicava justamente os arredores de onde se cultivava o cereal. A fábrica Lang; se situava no entorno da Avenida Domingos de Almeida, que se dirigia a costa do Arroio Pelotas, zona de concentração das charqueadas, cujos resíduos a fábrica transformava.

De acordo com a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, em 1955 a cidade contava com 572 estabelecimentos industriais, que empregavam 6.519 funcionários. O valor da produção industrial estava concentrado no setor da indústria de alimentos (63,1%), seguido pela indústria Química e farmacêutica (11,9%), e os setores de produção de papel, os curtumes, a indústria têxtil e a indústria de materiais de construção (todos com menos de cinco por cento do valor da produção industrial)<sup>82</sup>.

A estrutura industrial da cidade de Pelotas se caracterizava pelo predomínio de pequenas unidades de produção; com características que

---

<sup>81</sup> F. C. LANG & CIA – Fabrica de velas e sabão, fundada em 1864, pelo alemão Frederico Carlos lang. Situava-se na Rua Gonçalves Chaves, 1158.

<sup>82</sup> IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, Vol.18, p. 44.

identificavam, de fato, “estabelecimentos tipicamente artesanais”, do que pela presença das grandes indústrias, com alto nível de tecnificação de produção<sup>83</sup>.

O setor industrial da cidade dividia-se entre as indústrias que produziam artigos para exportação (mercado externo) e as que se dedicavam a artigos de consumo imediato da população (mercado interno). As indústrias dedicadas ao mercado externo estavam concentradas em três ramos de atividades: industrialização de carnes, arroz e conservas. Conforme dados do boletim informativo da Associação Comercial de Pelotas, publicados no Diário Popular: em 1950, foram exportados por este setor da indústria, através do Porto da cidade, 115.803 toneladas, somando um total de Cr\$ 664.100.155.000 e em 1951, esse número passou para 123.097 toneladas, resultando no valor de Cr\$ 861.189.956.30<sup>84</sup>, esses números nos dão uma idéia da importância deste setor industrial da cidade.

As indústrias que se dedicavam ao mercado interno estavam vinculadas ao processo de urbanização, ao consumo da cidade e de seus habitantes. Faziam parte delas: as indústrias de materiais de construção, pequenas indústrias alimentícias, metalúrgicas e gráficas. A maioria destas indústrias não exigia um grau muito elevado de especialização da força de trabalho e por este motivo não se consolidou na cidade, a formação de um “proletariado especializado”.

Com base em tais dados percebe-se que no período analisado, a cidade se integrou à economia nacional, como um núcleo industrial e exportador de produtos alimentícios. Sua importância como centro comercial e industrial, ultrapassava os limites do Rio grande do sul e o município se incluía entre os mais importantes do Brasil em termos industriais<sup>85</sup>. Este dinamismo econômico atraía as pessoas para a cidade, cujo crescimento demográfico também era acelerado. Se em 1950, Pelotas contava com 127. 641 habitantes, sendo que 78.014 moravam na zona urbana e 49.627 moravam na zona rural. Em 1951, este número aumentou para 133.245 habitantes, com 82.170 na zona urbana e 51.075 na zona rural. Já em 1952, o número de habitantes foi de 134.020, com

---

<sup>83</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Plano Diretor de Pelotas**. 1967, p. 35.

<sup>84</sup> Diário Popular. “Elementos estatísticos que atestam o desenvolvimento progressivo de Pelotas”. Pelotas: 27 de agosto de 1952.

<sup>85</sup> Idem, *ibidem*.



82.750 moradores na zona urbana e 51.270 na zona rural<sup>86</sup>. Estes dados confirmam que o desenvolvimento urbano da cidade, se fazia em conjunto com o aumento da população, da industrialização e das atividades comerciais.

O Crescimento urbano e da escala das atividades produtivas geraram novos problemas, derivados da concentração das pessoas e dos meios de produção em determinados setores valorizados da cidade. As mudanças na morfologia urbana não acompanharam a velocidade do ritmo da modernização econômica, e foram necessárias ações de planificação urbana para adaptar o espaço da cidade às necessidades da economia local e dos grupos sociais dominantes.

### **O planejamento urbano e as mudanças necessárias**

Ainda que pese a modernização econômica e o processo de acumulação industrial, alguns problemas de infra-estrutura urbana, como o abastecimento de água, de esgotos, tráfego urbano e energia elétrica, ainda não tinham sido solucionados. Em 1947, foi solicitado pelo prefeito municipal Procópio Duval Gomes de Freitas, um projeto de saneamento para Pelotas. Ficou encarregado da elaboração do projeto, o Escritório Técnico Saturnino de Brito, com sede no Rio de Janeiro e que já havia prestado serviços desta natureza, à cidade anteriormente<sup>87</sup>. O novo plano de saneamento, pretendia fundamentalmente solucionar o problema da falta de água nas diversas vilas que margeiam a cidade<sup>88</sup>. No entanto, também deveria atuar em função das demandas locais e das *“constantes reclamações dos moradores de ruas, vilas e bairros que não eram servidos pela rede de distribuição de água, e que exigiam providências”*<sup>89</sup>.

---

<sup>86</sup> FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De província de São Pedro à Estado do Rio Grande do Sul**. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE-RS, 1981, p. 256-258 e Diário Popular. “Pelotas através dos dados estatísticos: os algarismos revelam índices animadores de labor e de progresso”. Pelotas: 27 de agosto de 1953.

<sup>87</sup> O Escritório Saturnino de Brito já havia projetado e realizado obras de rede de esgoto pluvial, cloacal e de água entre os anos de 1927 e 1929. Ver SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. **História em revista**. Pelotas. V. 07, p. 65-91 Dezembro de 2001.

<sup>88</sup> A ALVORADA. “As vilas e a água” Pelotas: 24 de dezembro de 1948.

<sup>89</sup> MUNICIPIO DE PELOTAS. Relatório da Prefeitura Municipal. 1947, p.134.

De fato, havia na cidade pouco mais de 7.000 casas conectadas a rede de água, de um total de 11.000 residências existentes<sup>90</sup>, o que nos mostra que as conexões da rede de água e esgoto, possuíam um ritmo de crescimento muito mais lento do que o de construções. Além do mais, o poder público procurava aplicar medidas paliativas para solucionar o problema; instalando fontes publicas de água nas vilas, como foi o caso das vilas Gotuzzo, Santa Teresinha, Idalina e Eloá<sup>91</sup>.

A prefeitura municipal foi quem indicou as áreas para as quais as redes de água e esgotos deveriam ser estendidas. No bairro Fragata, seriam contempladas as “vilas operárias” Hilda, Barros, Silva e Canela. Em uma área vizinha ao centro, a Vila Castilhos. Nas três vendas, a Avenida Fernando Osório (antiga Estrada do Retiro) e a Vila Rotschild. No bairro Areal, seriam beneficiadas a Estrada Domingos de Almeida e a ampla área situada entre esta, o Corredor das tropas e o Arroio Pepino, incorporando a vila proletária Trápaga.

Como muitas dessas áreas ainda não eram ocupadas, e muitas ainda não tinham sido vendidas, pode-se inferir que elas incorporaram um valor adicional, resultado da valorização que se produziu a partir do momento em que estas áreas foram dotadas da infra-estrutura de água e esgotos. O que é facilmente verificável analisando-se a publicidade da época, onde os jornais trazem anúncios de terrenos para venda, onde constantemente são feitas referências as redes de água e esgotos.

O plano de saneamento estabeleceu uma divisão da cidade em dois setores tributários dos canais coletores principais da rede de esgotos. Para cada setor foram realizados diagnósticos da situação demográfica e sanitária, e foram definidos distritos (figura 3). Segundo o plano de saneamento, o setor I englobaria a maior parte da cidade e estaria dividido em duas áreas: a primeira, era formada pela área central e os bairros servidos pela rede de esgotos existente (bairros da Luz, Várzea e Porto), era limitada ao sul pelo Canal de São Gonçalo, a leste, pelo arroio Pepino, a oeste, pela estação ferroviária e pelo canal Santa Bárbara, e a norte, pela Rua Pinto Martins. A segunda, incluía

---

<sup>90</sup> ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO. **Saneamento de Pelotas (novos estudos): relatório de projetos**. Rio de Janeiro: setembro de 1947, p. 39.

<sup>91</sup> A ALVORADA. Op. Cit.;

as vilas que estavam fora da atual rede de esgotos, respectivamente nas Três Vendas e Areal. Somando o número de moradias do antigo perímetro servido pelos serviços de saneamento, mais as casas construídas nos bairros Areal e Três - vendas, o setor somava um total de 8.842 residências. O setor II compreenderia todo o bairro Fragata e o bairro Simões Lopes, se localizaria a oeste da estação ferroviária e do Canal Santa Bárbara, possuindo um total de 1.690 domicílios.



Fonte: **Saneamento de Pelotas (novos estudos): relatório de projetos**. Rio de Janeiro: setembro de 1947.

**Figura 3 – Mapa do Plano de saneamento de Pelotas (rede de esgotos)**

Os coletores gerais (C.G.) que foram instalados nos subterrâneos das principais avenidas se converteram nos novos elementos estruturantes do espaço urbano. Um exemplo concreto desta afirmação é o coletor geral número um do setor II (Fragata), localizado na Vila Gotuzzo, na estrada do Salso, ele atravessava a Avenida General Daltro Filho e seguia pela Avenida do Contorno Sul acompanhando a ferrovia. Posteriormente, ele cruzava os terrenos do bairro Simões Lopes, a Rua Nossa Senhora Aparecida e a Avenida Brasil, até

seu ponto de descarga no canal São Gonçalo<sup>92</sup>. O canal cruzava as principais vias da zona oeste da cidade, permitindo que nas mesmas, se produzi-se uma maior ocupação e densificação da urbanização. Tal fato gerou inclusive, uma incipiente verticalização das construções em determinados pontos da Avenida General Daltro Filho.

Dois meses depois de promulgada a nova lei orgânica do Município, em 7 de maio de 1948, a lei nº. 18, aprovou o anteprojeto de saneamento da cidade de Pelotas, elaborado pelo Escritório Saturnino de Brito para as obras de saneamento, constando de água, esgoto, ramificações do esgoto e plano de terraplanagem de uma área de 460.000 m<sup>2</sup> as margens do arroio Pepino. A mesma lei autorizou a desapropriação de duas áreas da cidade: a primeira, um amplo terreno situado na área central, entre as ruas Almirante Barroso, Princesa Isabel, a Avenida Bento Gonçalves e arroio Pepino, para o qual estavam previstas obras de recuperação (terraplanagem e elevação do terreno) e posterior ocupação com moradias populares; e a segunda, na Rua Pinto Martins, no bairro da Luz, para a construção de um reservatório de água que serviria a zona norte da cidade<sup>93</sup>.

Em 28 de setembro de 1949, foi assinado o contrato entre a Prefeitura Municipal e o Escritório Saturnino de Brito, para a administração das obras destinadas a ampliar o serviço de abastecimento de água e esgotos da cidade de Pelotas e outras complementares dos mesmos<sup>94</sup>. Em 21 de outubro de 1949, o então prefeito Joaquim Duval (1948-1951), assinou um empréstimo de 20 milhões de cruzeiros junto ao Banco do Brasil para dar início as obras<sup>95</sup>.

Somente no dia 13 de junho de 1950, através do decreto municipal nº. 205, foi criada a Comissão de Saneamento de Pelotas e a partir daí tiveram início as obras. Após 18 meses de trabalho, no dia 19 de dezembro de 1951, foram concluídas as seguintes obras: no que se refere aos serviços da rede de esgotos, executaram-se 1.117 m de coletores destinados a completar os distritos da rede sanitária existente, assentou-se o 3º. Grupo motor-bomba da

---

<sup>92</sup> ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO. **Saneamento de Pelotas (novos estudos): relatório de projetos**. Rio de Janeiro: setembro de 1947, p. 86.

<sup>93</sup> MUNICÍPIO DE PELOTAS. Artigos 1º. e 2º. Da lei nº. 18 de 7 de maio de 1948, publicada no jornal Diário Popular de 11 de maio de 1948.

<sup>94</sup> ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO. **Saneamento de Pelotas (quinta etapa-1950-1951): relatório da construção**. Pelotas: 1952, p. 8.

<sup>95</sup> Idem, ibidem, p. 6.

estação elevatória do 5º. Distrito. No que se refere ao abastecimento de água, as obras constavam de captação de água no arroio Pelotas, a colocação de duas bombas elevatórias dando 190 litros por segundo cada uma, ligando-as a motores a diesel de 125 cavalos, construção de linha de recalque com 450 mm de diâmetro e 3.193 m de extensão até a estação de tratamento de água do arroio Sinoti. Melhoramentos nos decantadores, Saturadores de água e cal, a colocação de dois novos filtros do sistema Reisert, estação de cloração, prédio para escritório e três casas do tipo popular no Reservatório Sinoti, nova ligação adutora do reservatório desse local até as Três - Vendas, no comprimento de 7.956 m. Construção do Reservatório R4T no bairro da Luz (figura 4), com capacidade de 20.000 m<sup>3</sup> de água, em concreto armado, destinado a receber a adutora vinda do Sinoti e 16 km de canalização distribuidora<sup>96</sup>.

A execução das obras possibilitou um acréscimo de disponibilidade de água para a cidade, passando de 14.000 m<sup>3</sup> diários, para 21.700 m<sup>3</sup>, totalizando um acréscimo de mais de 50% do total preexistente<sup>97</sup>, assim se referiu aos trabalhos, o prefeito Joaquim Duval, em discurso no ato de inauguração do Reservatório R4T: *“muitas são as necessidades de nossa cidade, mas a mais urgente é a água. Com estas obras (do projeto saneamento de Pelotas), o problema da água fica solucionado por muitos anos”*<sup>98</sup>.

Entre 1952 e 1955, se construiu outros 53.244 metros de redes de água e 1.118 metros de redes de esgotos. O total de casas conectadas as redes no período, foram de 2.396 ligações para a rede de água e 595, para a rede de esgotos (figura 5). O bairro Fragata com uma população de cerca de 15.000 habitantes, foi o mais beneficiado com as novas conexões<sup>99</sup>.

Devido ao crescimento do perímetro urbano da cidade, paralelamente a execução das obras de ampliação das redes de água e esgotos, foram realizadas obras de caráter complementar: como a construção de novas praças e jardins, a pavimentação das principais ruas e avenidas da cidade, melhorias nas condições do tráfego urbano e a ampliação das redes de iluminação pública.

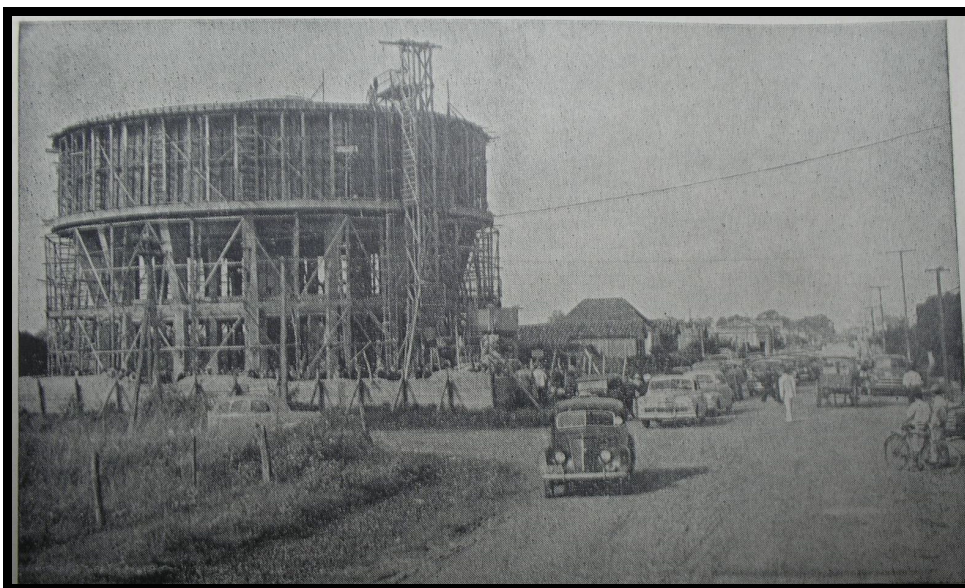
---

<sup>96</sup> Discurso do engenheiro Saturnino de Brito Filho, na inauguração da obras de ampliação das redes de água e esgotos. Publicado no Diário Popular de 19 de dezembro de 1951.

<sup>97</sup> Idem, ibidem.

<sup>98</sup> Discurso do Prefeito Joaquim Duval, na inauguração da obras de ampliação das redes de água e esgotos. Publicado no Diário Popular de 19 de dezembro de 1951.

<sup>99</sup> A ALVORADA, Pelotas: 5 de maio de 1955.



Fonte: Saneamento de Pelotas (quinta etapa-1950-1951): relatório da construção. Pelotas: 1952.

**Figura 4 – Construção do R4T no bairro da Luz (1950)**



Fonte: Saneamento de Pelotas (quinta etapa-1950-1951): relatório da construção. Pelotas: 1952

**Figura 5 – Extensão das redes de água na Avenida Daltro Filho (1951)**

A partir de 1947, tiveram início as primeiras obras de embelezamento urbanístico da cidade. A prefeitura municipal, através da criação da Seção de Praças e Jardins promoveu a remodelação e arborização das principais ruas da cidade e a construção de inúmeras praças. Em 1951, foram construídas praças na Vila Santa Teresinha, na Vila Gastão Duarte, na Avenida General Daltro

Filho e na Rua Anchieta. A arborização e a construção de praças e jardins, além do embelezamento urbanístico da cidade, serviriam de espaço de sociabilidade aos moradores da urbe. Cumpriam também uma finalidade sanitária, pois, as mesmas, funcionariam como “verdadeiros pulmões acessórios”, para a cidade respirar melhor e viver mais feliz. Segundo o Diário Popular, “era uma tonelada de saúde que se estava dando, em cada ponto, as gentes que moram e que trabalham no setor urbano”<sup>100</sup>.

Tratava-se também de medidas tomadas do poder público municipal, para ordenar os espaços “verdes” e de lazer (figura 6). De ocupar as áreas onde as condições naturais dos terrenos, com terras baixas e mananciais, tornavam a urbanização de alto custo, desaconselhável e insalubre. Desta forma o poder público municipal atuava como um agente; conjugado com a iniciativa privada, promotor do processo de urbanização.



Fonte: Relatório da Prefeitura Municipal de Pelotas. 1947.

**Figura 6 – Praça 1ª de maio (Três - Vendas)**

Outra forma de atuação do poder público era a construção de novas avenidas e a pavimentação das ruas centrais existentes. O principal traço característico da morfologia urbana de Pelotas é o desenho de suas largas ruas, formando um extenso “tabuleiro de Xadrez”. Mas apesar de ser uma cidade plana, com poucas rampas em seu perímetro urbano, Pelotas era carente de serviços de pavimentação, com apenas algumas faixas cimentadas

---

<sup>100</sup> Diário Popular. “Praças e jardins de Pelotas: construir praças é abrir claros, para a cidade respirar e viver mais feliz”. Pelotas: 26 de agosto de 1951.

de Paralelepípedos e com uma área reduzida de asfalto, que não atingia a 10.000 m<sup>2</sup>. Todas as suas ruas centrais eram calçadas com pedra irregular, o que dava um mau aspecto á cidade e prejudicava o trânsito dos veículos.

Diante deste quadro, o governo municipal tomou uma série de providências no sentido de dotar a cidade de melhorias na pavimentação. Tanto na zona suburbana, como nas zonas rurais foram sendo intensificados, os trabalhos de construção e reformas de vários pontilhões e ruas, a fim de melhorar as vias de acesso ao centro da cidade<sup>101</sup>. A Praça Coronel Pedro Osório, localizada na região central do município, teve suas calçadas alargadas pelo lado da Rua Quinze de Novembro, desde a Praça Sete de Julho até a Rua Marechal Floriano, também foram realizadas mudanças nas calçadas da Rua General Neto. Todas estas obras, segundo a Prefeitura Municipal tinham como finalidade, facilitar o trânsito dos pedestres e beneficiar as casas de comércio lá existentes<sup>102</sup>.

A Rua Anchieta, no centro da cidade, foi uma das primeiras a ser asfalta. Depois foi a Marechal Deodoro, até a D. Pedro II, um trecho de grande movimentação, devido ao trânsito de ônibus e automóveis que se dirigiam a estação rodoviária, outro grande trecho servido de asfalto, foi o da Rua Andrade Neves até a Rua Simões Lopes Neto e a Rua Marechal Deodoro, trecho este de grande movimento de veículos<sup>103</sup>.

De 1952 até 1955, durante a gestão do Prefeito Mario David Meneghetti, foi asfaltada na cidade uma superfície de 75.000 m<sup>2</sup>, além de mais de 10.000 m<sup>2</sup> de calçamento de Paralelepípedos. Inclui-se nestas obras, a Avenida Argentina, um dos principais caminhos de acesso à cidade pela zona norte. Na Avenida General Daltro Filho, uma das vias de acesso ao município, para quem vem de Jaguarão e de Bagé e que anteriormente não era pavimentado, foram concluídos 5.000 m<sup>2</sup> de macadame-asfáltico<sup>104</sup>.

A abertura das novas avenidas, largas e perfeitamente pavimentadas, desimpediriam o trânsito, permitindo instaurar um novo ritmo na vida da cidade,

---

<sup>101</sup> Diário Popular. "Panorama das realizações do governo do município". Pelotas: 27 de agosto de 1952.

<sup>102</sup> Diário Popular. "Relatório lido pelo Prefeito Municipal Mario Meneghetti, na sessão da Câmara Municipal, em 20 de dezembro de 1952". Pelotas: 01 de janeiro de 1953.

<sup>103</sup> A Alvorada. "Uma grande obra". Pelotas: 20 de fevereiro de 1954.

<sup>104</sup> A Alvorada. "Importantes obras e melhoramentos executados pelo atual prefeito de Pelotas". Pelotas: 5 de maio de 1955.



no comércio e na indústria (figura 7). Na atual fase de desenvolvimento em que se encontrava a cidade, eram necessárias que fossem eliminadas as barreiras constituídas pelo espaço e pelo tempo, para que o capital se reproduzisse, pois o ritmo frenético da vida urbana é o ritmo da produção e do mercado. Além das necessidades de infra-estrutura urbana e modernização dos hábitos e valores pré-capitalistas, o desenvolvimento econômico, busca instaurar essa nova noção de tempo, “rápido, fluído, vertiginoso”, relacionando-o a idéia de progresso<sup>105</sup>.



Fonte: Relatório da Prefeitura Municipal de Pelotas. 1947.

**Figura 7 – Pavimentação da Avenida Saldanha Marinho**

Esse novo ritmo que começou a se instaurar na cidade, com as melhorias na pavimentação, não se fez acompanhar das mudanças necessárias no que se refere a circulação de veículos. Em 27 de junho de 1953, o Diário Popular publica uma manchete fazendo inúmeras e agudas críticas, a precaríssima situação do tráfego de veículos no centro da cidade<sup>106</sup>. Segundo o jornal, o trânsito na área central de Pelotas era um verdadeiro pandemônio, principalmente nas Ruas Andrade Neves e Marechal Floriano, locais de intenso movimento. Eram registrados inúmeros acidentes, alguns com

<sup>105</sup> MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p.115.

<sup>106</sup> Diário Popular. “O inferno do tráfego: 3 guardas para cerca de 6 mil veículos em Pelotas”. Pelotas: 27 de agosto de 1953.

vítimas fatais e outros de conseqüências mais ou menos graves. Além do mais, com um serviço de fiscalização ineficiente, com apenas três guardas de trânsito para quase seis mil veículos, entre automotores e de tração animal e manual, facilitava-se a vida dos “*pintacudas*”<sup>107</sup> da cidade.

Na tentativa de solucionar tal situação o prefeito Mario Meneghetti, solicitou ao Setor de Trânsito; da Repartição Central da Polícia de Porto Alegre, uma visita à cidade, para que fosse feita uma avaliação das condições do trânsito e fossem propostas soluções. Em 19 de setembro de 1953, são anunciadas pelo mesmo periódico, as mudanças que reorganizariam e disciplinariam o tráfego na cidade. Segundo a reportagem do Diário Popular, seriam colocadas 4 sinaleiras no cruzamento das Ruas Marechal Floriano e Andrade Neves, o local onde o tráfego era mais intenso. Estudava-se a instalação de mais uma no poste central do cruzamento da Rua Marechal Floriano com a Rua Quinze de Novembro. As sinaleiras seriam luminosas e seu funcionamento viria dar ordem a movimentação de veículos e pedestres<sup>108</sup>.

Outra medida posta em prática pelas autoridades de trânsito era o estabelecimento de mão-única, nas ruas do perímetro central compreendido entre as ruas Marechal Deodoro, Bento Gonçalves, Gonçalves chaves e Urbano Garcia. Ficou proibido o estacionamento de veículos de qualquer espécie, nas duas quadras centrais da Rua Quinze de Novembro – entre as Ruas Marechal Floriano e General Neto, onde somente era permitida, a parada rápida para carga ou descarga. Nas demais ruas centrais onde vigorasse a mão única, os carros deveriam estacionar em sentido oblíquo e de frente, no lado esquerdo e paralelamente a calçada, no lado direito<sup>109</sup>. Quanto ao número de guardas de trânsito; deveria chegar de Porto Alegre um grupo de 15 a 20 agentes que permaneceriam na cidade durante algumas semanas, para orientar os pedestres e os condutores de veículos, sobre a nova sistematização do tráfego.

Como se pode perceber, todas estas mudanças que são introduzidas e que visam disciplinar o trânsito dos condutores de veículos e dos pedestres

---

<sup>107</sup> Idem, ibidem. Os pintacudas eram os maus motoristas da cidade, que viviam correndo com seus automóveis, nas recém pavimentadas avenidas do centro.

<sup>108</sup> Diário Popular. “Marcham os trabalhos de reorganização do tráfego”. Pelotas: 19 de setembro de 1953.

<sup>109</sup> Idem, ibidem.

interferem no fluxo e nos deslocamentos dos usuários da cidade. Elas têm como premissa maior, dirigir e normatizar o cotidiano e os hábitos dos habitantes da urbe, visando enquadrá-los em uma nova concepção de cidade e de espaço.

A ampliação nas obras de iluminação pública, era outra necessidade urgente que se impunha na cidade. O serviço de distribuição de energia elétrica em Pelotas começou em 1912, quando a Intendência municipal firmou contrato com a empresa de capital inglês *Light & Power*. Em 28 de junho de 1914, inauguraram-se os serviços de iluminação pública e distribuição de energia elétrica. O Serviço transviário, que também constava no contrato, entrou em funcionamento em 20 de junho de 1915, e contava com 5 bondes, que trafegavam entre a Praça da República, a estrada de ferro e o porto. A usina geradora que se situava na Rua Marechal Floriano, ao iniciar seus trabalhos contava com “2 motores horizontais, fabricados por ‘Davy, Paxman & Lenz’, de capacidade de 500 cavalos de força cada um. Um motor de 350 Kw, condensador tipo ‘Brush’, quadro de distribuição e duas caldeiras ‘ Babcock & Wilcox’, (...) especialmente adaptadas para o consumo de carvão nacional”<sup>110</sup>.

Em 1922, a usina da Light, operava com 4 motores que totalizavam cerca de 2.200 HPs, alcançando uma potência de 1.600 Kw. Segundo um levantamento encomendado pelo executivo municipal, esta capacidade, atendia na época, as demandas de luz e força da indústria pelotense. Em 1927, a usina foi novamente ampliada, passando a operar com 5 motores, movidos a óleo Diesel e a vapor, alcançando uma potência de cerca de 2.200 Kw. Neste mesmo ano, a usina produziu 2.086.193 Kwh anuais, dos quais 1.565.433 Kwh foram consumidos pela iluminação pública e Particular, sendo reservada a esta última, a maior parcela, enquanto que a indústria consumiu 520. 760 Kwh<sup>111</sup>.

No final da década de 20, setores da imprensa pelotense observavam que a Light “vinha levando uma existência doentia”. Para o jornal Correio Mercantil, a má qualidade dos serviços, sempre denunciada pelo público, era resultado de “cláusulas draconianas” do contrato; as quais, a municipalidade se negava rever e por que as tarifas de iluminação pública eram muito baixas.

---

<sup>110</sup> AXT, Gunter. A indústria de energia elétrica em Pelotas. **História em revista**. Pelotas: 1996, Vol. 2, p.157.

<sup>111</sup> Idem, ibidem.

Durante a década de 1930, foram registradas algumas melhoras nos serviços prestados ao público, com a instalação de mais um motor na usina; o que aumentou a capacidade de fornecimento de luz e força, em cerca de 600 Kw.

Em 1940, Pelotas contava com de 259 estabelecimentos industriais, e a usina elétrica da Light & Power fornecia a essas firmas 3.423.000 kWh anuais, já em 1951, existiam 467 indústrias na cidade e o fornecimento de energia elétrica fornecido pela Light & Power era de 2.739.800 kWh anuais, tornando insuficiente o fornecimento de energia à indústria local, naquele ano<sup>112</sup>.

Para piorar a situação, em 22 de maio de 1951, problemas em um dos motores a Diesel da usina elétrica da Light & Power, deixaram a cidade sem luz por vários dias<sup>113</sup>. Este incidente teve uma grande repercussão, principalmente entre os grandes industriais e comerciantes, ao ponto de a Associação Comercial de Pelotas, a principal entidade representativa dos interesses destes dois grupos na cidade, criar uma comissão para narrar ao governador Ernesto Dornelles, o estado de *“angustiante carência de energia elétrica a que a cidade chegou”*<sup>114</sup>, não dispondo mais deste elemento, para atender as necessidades de crescimento das zonas urbanas e particularmente das indústrias. Resultando *“daí racionamentos prejudiciais, economicamente falando; afora o desconforto da população que não pode prescindir de luz em seus lares”*<sup>115</sup>.

Visando solucionar este problema, o governador do estado em conjunto com o poder público local, determinou a construção de uma usina de emergência na cidade, para reforçar o abastecimento de luz e força, bem como a aquisição de um conjunto gerador com capacidade de 1.000 kWh. A medida tomada pelo governo do estado, teve o efeito de amenizar a situação, pois as interrupções no fornecimento de energia elétrica, ainda continuavam em 1952.

Em setembro de 1952, são anunciadas a ampliação da rede elétrica e melhorias de iluminação nas ruas Almirante Barroso; da Rua General Neto a Avenida Bento Gonçalves e nas vilas do Areal, do Fragata, Santa Teresinha e

---

<sup>112</sup> Diário Popular. “Relatório lido pelo Prefeito Municipal Mario Meneghetti, na sessão da Câmara Municipal, em 20 de dezembro de 1952”. Pelotas: 01 de janeiro de 1953.

<sup>113</sup> Diário Popular. Pelotas: 23 de maio de 1951.

<sup>114</sup> Diário Popular. “Conferenciou com o governador do estado, uma comissão da Associação Comercial de Pelotas”. Pelotas: 1 de maio de 1951.

<sup>115</sup> ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PELOTAS. **Relatório da Diretoria (1950-1951)**. Pelotas: Mundial, 1952, p. 13.

Várzea<sup>116</sup>. Segundo o relatório lido pelo prefeito Mario Meneghetti na câmara municipal; no ano de 1952 houve um aumento das redes de iluminação pública da cidade. Na vila Santa Teresinha, foram colocadas 102 lâmpadas, de 100 watts cada uma. Na vila Hilda foram instaladas 16 luminárias, na Avenida Pinheiro Machado, foi executada a extensão de uma linha secundária monofásica e a instalação de 5 lâmpadas de 100watts<sup>117</sup>. Em 1954, segundo nota publicada no jornal A Alvorada, estavam completamente sanados os serviços de iluminação pública na Vila Santa Teresinha, Vila Lapa e vila Hilda. O que segundo o mesmo jornal, *“trouxe grandes melhorias para os habitantes das mesmas”*<sup>118</sup>.

A ampliação das redes e as melhorias na iluminação pública eram vistos por todos como um grande indicativo da modernização do espaço urbano da cidade, pois elas eram capazes de modificar os hábitos, criar novas oportunidades de circulação e de consumo. Além do mais, a nova iluminação traria vantagens inegáveis ao comércio e a indústria, que poderiam estender seus horários de funcionamento. Em sincronia com este processo de modernização do espaço urbano, vários outros setores da cidade também se modernizaram, automatizando seus serviços. Em 6 de setembro de 1952, o “Posto da Lomba”, localizado no centro da cidade, automatizava seus serviços; colocando uma máquina de lavar automóveis com ‘shampoo’, tornando-se o mais moderno e eficaz da zona sul do estado<sup>119</sup>.

Um fenômeno semelhante a este, verificou-se no Cine-Teatro Capitólio. Em 1952, havia em Pelotas 17 estabelecimentos de cine-teatros, totalizando um público anual de 1.095.615 espectadores e um total de 3.744 espetáculos anuais<sup>120</sup>. Estes dados nos revelam que o cinema era uma das atividades culturais mais importantes da cidade na época. O Cine-capitólio era o principal cine-teatro da cidade, pois possuía contratos com as maiores e melhores marcas do cinema mundial: A Metro – Goldwyn – Mayer, RKO Radio filmes, Columbia Pictures, 20 th. Century Fox, União Cinematográfica Brasileira (UCB) e Difilmes x Pelmex, sendo que a UCB e Difilmes, distribuíam os melhores

---

<sup>116</sup> Diário Popular. Pelotas: 12 de setembro de 1952.

<sup>117</sup> Diário Popular. Pelotas: 01 de janeiro de 1953.

<sup>118</sup> A Alvorada. “Uma Grande obra”. Pelotas, 20 de Fevereiro de 1954.

<sup>119</sup> Diário Popular. Pelotas: 06 de setembro de 1953.

<sup>120</sup> Diário Popular. “Pelotas através dos dados estatísticos: os algarismos revelam índices animadores de labor e de progresso” Pelotas: 27 de agosto de 1953.

filmes brasileiros da Atlântida, Vera Cruz e Sacra Filmes Ltda. No dia 7 de dezembro de 1952, foram instalados no Cine-Capitólio, “*um projetor automático Bauer B12, de tecnologia alemã, uma super tela de cristal; alta novidade da técnica moderna e modernos equipamentos sonoros*”<sup>121</sup>. A inauguração dos novos aparelhos ocorreu dia no dia 13 de dezembro, com a exibição do filme americano “*A Vênus Moderna*”, e causou grande agitação na cidade, pois a população fazia enormes filas enfrente ao Cine-teatro para ver em funcionamento os novos e modernos equipamentos<sup>122</sup>.

Outro exemplo de automatização neste período deu-se no setor de telefonia, mais especificamente na Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência (CTMR). Devido a sua maior relevância para a realização deste trabalho, analisaremos este caso em separado.

---

<sup>121</sup> Diário Popular. “Notável acontecimento cinematográfico para Pelotas: inauguração de importantes aparelhos, os mais modernos do mundo, atualmente, no elegante Capitólio, o Cine-teatro da elite pelotense”. Pelotas: 07 de dezembro de 1952.

<sup>122</sup> Diário Popular: Pelotas. 14 de dezembro de 1952.

## CAPITULO 2 - A modernização do serviço telefônico da CTMR

Antes da fundação da CTMR, em 1919, o serviço de telefonia na cidade de Pelotas era realizado pela Companhia Telefônica Rio Grandense<sup>123</sup>, empresa de capital estrangeiro que também efetuava o mesmo serviço na cidade de Rio Grande. Descontentes com os serviços prestados por esta empresa de telefonia e com a constante elevação das tarifas, os principais sócios da associação comercial de Pelotas resolveram, após varias reuniões, fundar sua própria companhia telefônica, formada a partir de capital pelotense.

O descontentamento vinha desde agosto de 1917, quando ocorreram várias reuniões com o proprietário da Companhia Telefônica Rio Grandense<sup>124</sup>, a qual, em dezembro de 1918, enviou para seus assinantes uma circular com uma nova tabela de preços, causando grande descontentamento entre os comerciantes da cidade; imediatamente, a associação comercial convocou uma reunião com o objetivo de tentar solucionar tais problemas.

Em reunião na Associação Comercial de Pelotas, o coronel Alberto Rosa, diretor do Banco Pelotense, afirmou que a única solução para melhorar os serviços telefônicos da cidade era a fundação de uma companhia telefônica que fosse com capital local: a Associação Comercial de Pelotas, por meio de seus sócios, passaria a ser a principal incorporadora da nova companhia telefônica<sup>125</sup>. Assim surgiu a Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, cujos principais objetivos seriam melhorar os serviços e resistir ao capital estrangeiro<sup>126</sup>.

O processo de implantação da CTMR seguiu a legislação das sociedades anônimas e aconteceu rapidamente. Em menos de um mês a Associação Comercial de Pelotas declarou ter depositado no Banco do Brasil a importância de Quarenta Contos de réis, correspondente a dez por cento do capital declarado<sup>127</sup>.

---

<sup>123</sup> Cujo proprietário era o coronel uruguaio Juan Ganzo Fernandez.

<sup>124</sup> Diário Popular. Pelotas: 02 de agosto de 1917.

<sup>125</sup> Ficou a cargo do Sr. Bruno de Mendonça Lima, advogado da Associação Comercial e um dos fundadores da Faculdade de Direito de Pelotas (1912), a redação dos estatutos da nova entidade e de todos os documentos necessários para a fundação da sociedade anônima.

<sup>126</sup> CTMR. Estatuto da fundação, 1919.

<sup>127</sup> O capital social foi de quatrocentos contos de réis, representado por duas mil ações de duzentos mil réis, todas nominativas. Os estatutos não permitiam dividendos superiores a 6% ao ano, e os lucros seriam aplicados na expansão e no melhoramento da rede telefônica.

Conforme Ueda, os principais acionistas da CTMR, eram empresários para os quais a nova companhia telefônica traria grandes benefícios para seus negócios. Precisavam, portanto, de um serviço eficiente, para reduzir as distâncias e ter maior lucratividade nos seus empreendimentos<sup>128</sup>.

Fundada em 20 de março de 1919; a CTMR pretendia explorar a indústria telefônica na cidade de Pelotas, no Rio grande do Sul e onde mais lhe conviesse<sup>129</sup>. Seu objetivo após a fundação era organizar um serviço aperfeiçoado e barato<sup>130</sup>, iniciou-se assim, uma nova fase de expansão da rede telefônica que acompanhou o crescimento do município, e os interesses dos acionistas da companhia<sup>131</sup>.

Para implantação da central telefônica e expansão da rede, os diretores da CTMR contrataram ainda, em 1919, a companhia americana *Western Company*<sup>132</sup>. Os estudos técnicos para a implantação do projeto foram realizados no escritório da companhia em Buenos Aires, e os aparelhos, do tipo semi-automático, funcionavam perfeitamente. Em menos de dois anos, já estavam em funcionamento os novos telefones e as centrais telefônicas, do tipo Bateria Central (B. C.). O número inicial de linhas era de 1.600, e foi ampliado posteriormente, em mais 600 linhas (figura 8).

As primeiras linhas instaladas visavam atender somente o centro da cidade e os locais onde se localizavam as principais indústrias. Em 1922, foram construídos os centros telefônicos rurais do Capão do Leão, Hidráulica, Fragata, Areal, Três Vendas e Monte Bonito. Neste mesmo ano, teve início a construção da linha de longa distância que ligaria Pelotas ao município de São Lourenço do Sul. Em 1924, esta obra foi finalizada e a rede telefônica da CTMR, teve um acréscimo de mais 1.100 linhas. Em 1926, foi construído o Centro telefônico rural da Cascata. Os novos centros telefônicos rurais faziam a articulação entre o mundo rural e o urbano, pois através deles, diminuía-se as

---

<sup>128</sup> UEDA, Vanda. **Inovação tecnológica e espaço urbano: A implantação da CTMR em Pelotas/ RS**. Florianópolis: UFSC. Dissertação de mestrado, 1999, p. 66-69.

<sup>129</sup> A intenção dos diretores era expandir seus serviços para as cidades onde o Banco Pelotense possuísse agência, pretendendo abrir as novas agências pelo interior do estado e ter ligação direta com o Rio de Janeiro, então capital do país, naquele momento propício à expansão de capital do Banco.

<sup>130</sup> CTMR, Estatuto da fundação, 1919, Capítulo I.

<sup>131</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>132</sup> Subsidiária da ITT – *International Telephone and Telegraph*.



distâncias e a comunicação entre estes dois mundos tornava-se quase que instantânea<sup>133</sup>.



Fonte: Museu das telecomunicações / UFPel.

**Figura 8 – Antiga sede da CTMR na Rua General Neto, 304 (S/d)**

Na década de 1930, a CTMR contava com 2.830 aparelhos instalados em Pelotas e no município de São Lourenço do Sul, e também com 7.810 quilômetros de linhas urbanas, 1.810 quilômetros de linhas rurais e 480 quilômetros de linhas intermunicipais<sup>134</sup>. Com o sucesso da expansão da rede telefônica na cidade de Pelotas e no município de São Lourenço do Sul, os diretores resolveram expandir seus serviços de telefonia também para a vizinha cidade de Rio Grande, mas não conseguiram seu intento, por que a companhia americana ITT (CRT) havia incorporado a empresa prestadora dos serviços

<sup>133</sup> LOPES, André Luís Borges. **CTMR: História e memória (1950-1980)**. Monografia de Conclusão do Curso de História da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2004, p. 33.

<sup>134</sup> UEDA, Vanda. Delas líneas a las redes: La implantación del teléfono en la ciudad de Pelotas (1882-1930). **História em revista**. Pelotas: V.07, p.43-63, Dezembro de 2001.

naquela cidade, instalando ali telefones automáticos e construindo posteriormente toda sua rede telefônica. (figura 9).



Fonte: Museu das telecomunicações / UFPel (S/d).

**Figura 9 – Linhas aéreas urbanas da CTMR**

Enquanto a ITT conseguiu incorporar toda a rede Telefônica em Rio Grande, em Pelotas ela apenas conseguia fornecer equipamentos para a CTMR. Na disputa pela telefonia em Pelotas, a ITT bloqueou o acesso dos telefones da CTMR ao tráfego interurbano. Dessa forma, conforme Ueda, em Pelotas os serviços telefônicos eram prestados por duas empresas, pois quem necessitasse de comunicação com as cidades de Rio Grande e Porto Alegre, utilizava os telefones da Companhia Telefônica Rio Grandense (Ganzo/ITT), e quem necessitasse dos serviços de chamadas locais, utilizava os serviços telefônicos da CTMR (figura 10). Deste modo, muitas empresas comerciais e industriais, possuíam dois telefones, um de cada companhia<sup>135</sup>.

<sup>135</sup> UEDA, V. Op.cit., 1999, p. 74.

**R. M. S. P.**  
**Mala Real Inglesa**

Proximas saídas de luxuosos e rapidos paquetes ingleses do Rio de Janeiro, para :  
Bahia, Pernambuco, Madeira, Lisboa, Vigo, Cherburgo e Southampton

<b>Arlanza</b>	11 de Abril	<b>Demerara</b>	28 Abril
<b>Avon</b>	22 Abril	<b>Darro</b>	12 Maio
<b>Almanzora</b>	2 de Maio	<b>Deseado</b>	26 Maio

SERIE "A" | SERIE "D"

directamente para Lisboa, Leixões e Vigo, seguindo viagem depois a Liverpool

Abatimento para passagens de ida e volta e para familias  
Preços de passagens de 3a. classe  
De Santos ou Rio de Janeiro a Portugal  
**Vapores "A" 380\$000**

Emittem-se passagens de Pelotas para passageiros de 3º classe para qualquer PAIZ EUROPEU e tambem para a Syria e Turquia Asiatica, estando incluido no preço todas as despesas de transportes, hotel e manutenção.

Emittem-se passagens de chamada doa mesmos paizes até Pelotas em iguaes condições.

Para preços de passagens e mais informações com os agentes :  
**CRANSTON WOODHEAD & Cia.**  
Rua Marechal Floriano n. 62 — PELOTAS  
Telephones M. e R 580 e Ganzo 55

n. 7551 | 4as. Gas. domg.

Fonte: Acervo do Museu das telecomunicações/ UFPel

Figura 10 – Anúncio publicitário com as duas companhias telefônicas (1939)

No final da década de 1940 a CTMR estava operando com sua capacidade de linhas quase no limite máximo e eram necessários novos investimentos, para que a companhia amplia-se sua capacidade de atuação e efetua-se as reformas necessárias para solucionar este problema. Em 1949 é apresentado a diretoria da CTMR, por um dos diretores da Ericsson do Brasil, *“um projeto de transformação do atual serviço manual em automático, do sistema mais moderno e de eficácia comprovada, bem como para o conseqüente aumento da rede, e ainda uma fórmula para seu financiamento”*<sup>136</sup>.

Segundo a direção da CTMR, com crescimento vertiginoso da indústria, do comércio e da cidade, registrados na década de 50, fazia-se necessária a mudança do atual e obsoleto sistema telefônico manual, para o sistema automático, *“usado nas mais modernas cidades e com excelentes*

<sup>136</sup> CTMR. Livro de Atas da Diretoria, ata 05, 16 de março de 1949.

*resultados*<sup>137</sup>. Em 5 de abril de 1950, são apresentadas aos diretores da CTMR, duas propostas para a instalação da nova central telefônica automática: uma da empresa Standard Elétric S. A., oferecendo material de procedência belga e alemã, e a outra da Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A., oferecendo equipamentos fabricados na Suécia<sup>138</sup>.

Em maio de 1950 o Diretor Presidente da CTMR, Manoel Rodrigues Gomes, viajou em nome da companhia às cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Juiz de Fora, para visitar as instalações telefônicas destas cidades. Algumas já em funcionamento a anos e outras de recente montagem. Conversou com dirigentes, técnicos e funcionários destes diversos centros, tanto os equipados com material da Standard Eletric, como da Ericsson, examinando material, o funcionamento e o processo de instalação de ambos os sistemas<sup>139</sup>.

Na assembléia geral da Diretoria, em 29 de maio de 1950, após a exposição dos informes obtidos pelo diretor Manoel Rodrigues Gomes, optou-se pela proposta da Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S.A., para o fornecimento dos equipamentos para a montagem da nova central telefônica automática. Segundo os diretores, esta proposta apresentava-se como a mais vantajosa e conveniente para a companhia<sup>140</sup>.

O valor total da nova central foi de Cr\$ 6.445.958.80. Os recursos financeiros para custear a instalação da nova central, foram obtidos em parte, através de um aumento de capital da própria companhia e de um financiamento dado pela própria Ericsson; pelo prazo de quatro anos, sendo que a primeira prestação deveria ser paga 30 dias após o término da construção e as demais venceriam semestralmente<sup>141</sup>. Após a assinatura do contrato, começou-se a realizar as primeiras obras de adaptação do prédio da companhia para receber a nova central.

No início de 1951, começaram também, as negociações entre a Companhia Telefônica Nacional (CTN) e a CTMR, para o estabelecimento do tráfego mútuo entre as duas companhias. Em 6 de janeiro de 1951, através da

---

<sup>137</sup> CTMR. Livro de Atas da Assembléia Geral dos Acionistas, ata 48, 23 de fevereiro de 1950.

<sup>138</sup> Idem, ibidem; ata 06, 05 de abril de 1950.

<sup>139</sup> Idem, ibidem, ata 07, 29 de maio de 1950.

<sup>140</sup> Idem, ibidem.

<sup>141</sup> COMISSÃO ESTADUAL DE COMUNICAÇÕES. Tombamento Físico-contábel da CTMR. Porto Alegre: 1957, p.18.

Lei 229, a Câmara Municipal autorizou, e o prefeito Joaquim Duval sancionou; o termo de compromisso, que autorizava a CTMR a cobrar um adicional de até 20% sobre as tarifas da CTN, toda a vez que em tráfego mútuo, fizesse ligações intermunicipais<sup>142</sup>. Em vista deste fato, as negociações entre as duas empresas foram marcadas por avanços e recuos, e por várias vezes as conversações foram interrompidas. Além do mais, a CTN, para estabelecer a interconexão mútua de seus serviços telefônicos com a CTMR, exigia que esta, lhe efetua-se a venda de seus centros telefônicos localizados nos municípios de São Lourenço de Sul e Boqueirão.

A resistência por parte da CTMR, se dava em virtude dos baixos preços oferecidos pela CTN pelos seus dois centros. A CTMR, avaliava estes dois Centros telefônicos em Cr\$ 400.000,00 e a CTN, oferecia o valor de Cr\$ 200.000,00. O impasse se seguiu por vários meses, ao longo do ano, até que a Associação Comercial de Pelotas, por solicitação dos diretores da CTMR, interveio nas negociações<sup>143</sup>.

Somente em 31 de outubro de 1951, foi assinado o contrato que estabelecia o tráfego mútuo, entre os assinantes da CTMR e os usuários da CTN<sup>144</sup>. Quanto a aquisição dos centros de São Lourenço do Sul e Boqueirão, por parte da CTN, ficou acertado entre as duas companhias, que ficaria para março do próximo ano, pelo preço de Cr\$ 300.000,00<sup>145</sup>. Porém, para a efetiva concretização e estabelecimento do sistema de tráfego mútuo, era necessária a autorização do Ministério da Viação e Obras Públicas. Ficou a cargo do Prefeito Municipal Mario David Meneghetti, em visita a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, interceder junto ao Ministro da Viação e Obras Públicas, para que se autorizasse o mais rápido possível, o tráfego mútuo entre as duas companhias<sup>146</sup>.

O estabelecimento do tráfego mútuo entre as duas empresas, foi realizado na noite do dia 19 para 20 do mês de julho de 1952, quando foi feita a ligação dos fios entre as duas companhias. Iniciou-se neste momento, o serviço de comunicações interurbanas da CTMR e no dia 21 de julho de 1952,

---

<sup>142</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Artigo 1º da lei 229, de 6 de janeiro de 1951.

<sup>143</sup> CTMR. Livro de Atas do Conselho Fiscal, ata 87, 26 de setembro de 1951.

<sup>144</sup> Diário Popular. Pelotas: 01 de novembro de 1951.

<sup>145</sup> CTMR. Livro de Atas do Conselho Fiscal, ata 89, 03 de novembro de 1951.

<sup>146</sup> Diário Popular. Pelotas: 18 de junho de 1952.

foi inaugurado oficialmente este serviço telefônico, em uma das salas da Associação Comercial<sup>147</sup>.

O ato de inauguração do serviço de tráfego mútuo da CTMR contou com a presença de várias autoridades locais e teve início, quando o vice-prefeito em exercício, Oscar da Cunha Echenique, fez uso do telefone para conferenciar com o governador do estado, o General Ernesto Dornelles. Após uma rápida conversa com o chefe do executivo gaúcho, o vice-prefeito congratulou-se pela concretização do sistema de tráfego mútuo, medida a muito tempo pleiteada por Pelotas. Oscar Echenique comunicou-se ainda, com o prefeito interino de Porto Alegre, Temperani Pereira, externando “*a satisfação das autoridades e do povo pelotense*”<sup>148</sup>.

Em seguida, o presidente da Associação Comercial de Pelotas, Aires Noronha Adures, comunicou-se com o presidente da Associação Comercial de Porto Alegre, Albino Wolkner, manifestando “*a satisfação das classes conservadoras locais, pela inauguração do tráfego mútuo. Ressaltou ainda os benefícios que este serviço traria não só para o comércio, como para todo o povo de Pelotas*”<sup>149</sup>.

O relato da inauguração do serviço de tráfego mútuo da CTMR, publicado no Diário Popular, nos dá interessantes pistas para desvendar o significado deste evento, para os diversos segmentos envolvidos diretamente na sua concretização. Para o Poder Público de Pelotas; representado pelo vice-prefeito, e para as entidades comerciais e industriais da cidade, personificadas na pessoa do Sr. Aires Noronha Adures; presidente da Associação Comercial de Pelotas, a interconexão mútua, possibilitaria uma comunicação rápida e eficiente com os demais pontos do estado e até do país, encurtando as distâncias e conseqüentemente traria maior lucratividade nos seus empreendimentos. Isto fica claro, quando se analisa a quem foram dirigidos, os primeiros telefonemas e suas justificativas. É interessante se verificar, que existia na época uma relação de conjunta entre os interesses da CTMR, da Administração Municipal e os da Associação Comercial de Pelotas.

---

<sup>147</sup> CTMR. Livro de Atas do Conselho Fiscal; ata 93, 25 de julho de 1952.

<sup>148</sup> Diário Popular. “Concretizada uma velha aspiração do povo pelotense: inaugurado o tráfego mútuo entre a Cia. Telefônica Nacional e a Melhoramento e Resistência”. Pelotas: 22 de julho de 1952.

<sup>149</sup> Idem, ibidem.

Pois, entre os principais diretores e conselheiros da CTMR neste período, estavam também os principais sócios ou colaboradores da Associação Comercial de Pelotas e também algumas personalidades da Administração Pública.

No final do ano de 1951, começam a chegar da Suécia ao porto de Pelotas, os primeiros embarques com o material para instalação da nova central automática da CTMR<sup>150</sup>. Em março de 1952, já se encontravam em pleno desenvolvimento, os serviços de montagem dos novos aparelhos automáticos. Segundo nota do Diário Popular, somente dentro de 10 a 12 meses entrariam em funcionamento os telefones automáticos da CTMR. A demora na montagem, segundo o relato do jornal, devia-se ao grande vulto e a complexidade do trabalho, o qual exigia tempo, embora a companhia conta-se com o número suficiente de técnicos e profissionais para a execução do referido serviço<sup>151</sup>.

Em 20 de abril de 1953, é publicada no Diário Popular, e nos principais jornais da cidade, uma nota em que a CTMR, comunicava a seus assinantes que o serviço telefônico automático começaria a funcionar em caráter de adaptação, a partir do dia 2 de maio, às 22 horas. Nesta mesma nota, a companhia faz uma série de recomendações a seus assinantes, de como deveriam proceder, na utilização no novo serviço telefônico<sup>152</sup>.

Conforme as instruções gerais da CTMR, constantes na nota:

1. todos os números de telefones foram mudados, portanto antes de cada chamada, os assinantes deveriam consultar o novo guia para o serviço automático.

2. Após retirar o telefone do gancho, o assinante deveria esperar o sinal de discar, que é um ruído contínuo. Somente após ter ouvido este ruído, é que se poderia começar a discar.

3. Para discar, os assinantes deveriam colocar o dedo no 1º. Algarismo do número a chamar, e girar o disco até que seu dedo encostasse no gancho de parada. Após esse movimento, deveriam soltar o disco, para que este voltasse por si mesmo ao lugar. Para os demais algarismos dos números

---

<sup>150</sup> Diário Popular. Pelotas: 14 de outubro de 1951.

<sup>151</sup> Diário Popular. Pelotas: 20 de março de 1952.

<sup>152</sup> Idem, Ibidem, 20 de abril de 1953.

desejados, os usuários deveriam efetuar a mesma operação. Lembrando-se que para os serviços automáticos, todos os números eram de 4 algarismos, funcionando agora os números de 1000 a 5999.

4. Se cometessem um erro ao discar, deveriam colocar o fone no gancho e após alguns segundos, tirá-lo novamente, esperar o ruído de discar e em seguida discar outra vez o número desejado.

5. Após discar, o assinante deveria aguardar o sinal indicativo de que foi feita a ligação, ouvindo-se um ruído, que é o sinal de chamada na campainha do telefone discado.

6. Se o aparelho chamado estivesse ocupado, se ouviria um sinal interrompido e compassado. O assinante, deveria então desligar o aparelho e tentar novamente, alguns minutos depois.

7. O ruído de 3 sinais curtos e um longo indicaria:

1º. – que a operação de discar não foi bem feita;

2º. – A operação de discar foi incompleta;

3º. – O número discado não existe;

4º. – O número discado continua ainda provisoriamente no sistema manual<sup>153</sup>. Portanto, se fosse discado um número com menos de 4 algarismos ou que não seja entre 1000 e 5999, o assinante ouviria este ruído;

5º. – Para falar com assinantes do sistema manual e dos centros telefônicos rurais, os usuários do sistema automático, deveriam discar 02 e pedir para a telefonista rural o número desejado, indicando o centro quando necessário<sup>154</sup>.

6º. – Para reclamações de telefones com defeito, deveria-se discar 04.

O texto da nota ainda advertia os assinantes, sobre o que nunca deveriam fazer, para ter um bom serviço:

1º. – Discar sem ter esperado o sinal;

2º. – Adiantar ou retardar a volta do disco;

---

<sup>153</sup> Idem, ibidem. Segundo o jornal, a relação com os telefones do sistema manual, constava em uma folha solta, de cor amarela, distribuída juntamente com o Guia telefônico.

<sup>154</sup> Na década de 50, a CTMR possuía os seguintes centros telefônicos rurais: Capão de Leão, Fragata, Hidráulica, Monte Bonito, Retiro, Santo Amor e Três-Vendas.

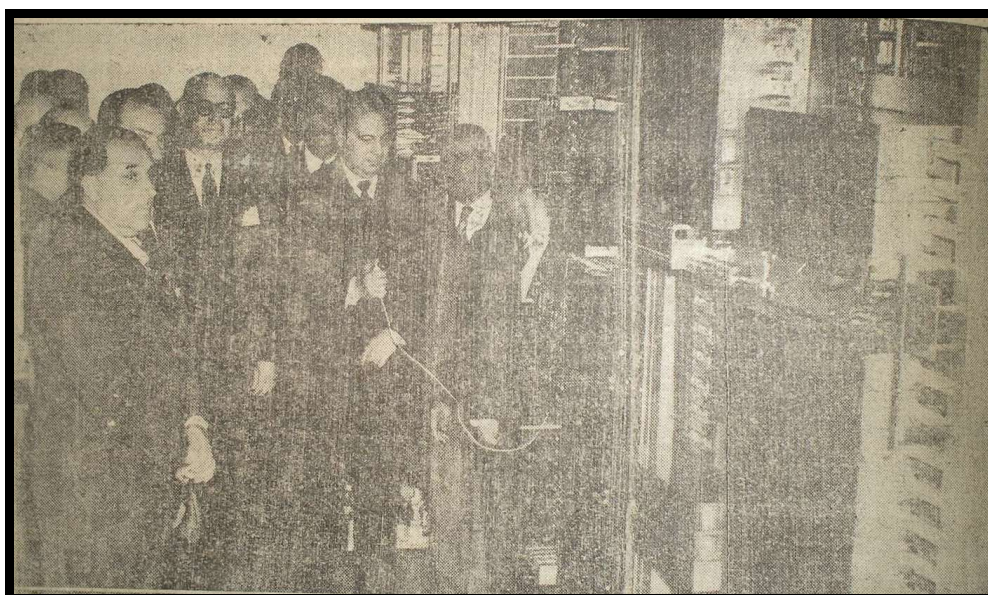


3º. – Bater no gancho enquanto estiver discando, pois no primeiro toque do gancho, estaria desfeita automaticamente qualquer ligação.

4º. – deixar o fone fora do gancho ou mal colocado, no mesmo.

A nota publicada pela CTMR e dirigida a os seus assinantes do novo sistema, possuía um conjunto de informações de caráter técnico e operacional, que visava claramente instruir e familiarizar os usuários do antigo sistema manual, com as exigências da nova e moderna tecnologia automática. Era uma tentativa de inseri-los, de certa forma, em mais essa modernidade urbana, que chegava a cidade.

Após 2 meses de funcionamento em caráter de adaptação, no dia 03 de julho de 1953, é inaugurado oficialmente o serviço de telefone automático da Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência<sup>155</sup>. O novo centro telefônico automático da CTMR era de fabricação sueca, do tipo AGF (4 algarismos) e possuía 5.000 linhas que poderiam ser ampliadas ilimitadamente; constituindo-se na época, um dos mais perfeitos e maiores do Brasil<sup>156</sup>. Na mesma data foi inaugurada no andar superior do prédio da companhia, a sala do serviço telefônico interurbano José Duval Jr. (figura 11)



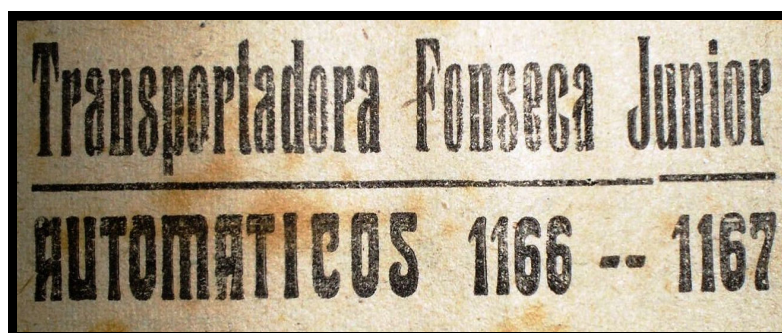
Fonte: Diário Popular, 04 de junho de 1953.

**Figura 11 – Inauguração da Central Automática da CTMR**

<sup>155</sup> Diário Popular. "Inaugurado oficialmente, ontem, o serviço de telefones automáticos da Cia. Melhoramento e Resistência". Pelotas: 04 de Junho de 1953.

<sup>156</sup> Idem, ibidem.

A concretização do sistema telefônico automático representou na época de sua construção, um dos marcos simbólicos do ingresso de Pelotas, no rol das grandes cidades brasileiras. Com um serviço telefônico moderno, eficiente e integrado a todas as regiões do estado e do país, a cidade acertava o passo com a História e se inseria, por cima, em um projeto de modernização maior, de dimensões nacionais, já em curso no país. Revela também, o desejo da elite dirigente pelotense de se integrar e usufruir, de todas as possibilidades que este projeto poderia trazer (figuras 12 e 13).



Fonte: Diário Popular, 12 de junho de 1953.

Figura 12 – Anúncio publicitário

Anúncio publicitário complexo com uma ilustração central de uma máquina agrícola. O nome "DANDRÉA" aparece verticalmente em ambos os lados da ilustração. O texto principal descreve "ENGENHOS para ARROZ" com capacidade de 1 a 100 sacos limpos por hora. Abaixo, menciona "SECADORES PARA ARROZ" com capacidade de 175 a 1000 sacos por dia, "PRONTA ENTREGA", "FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO" e "DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS NA ZONA SUL". No rodapé, há o nome "Cia. Importadora Mercantil", o endereço "RUA 7 DE SETEMBRO, 264" e o telefone "3925". Um logotipo "GIMER" com uma seta curva está no canto inferior direito.

Fonte: Diário Popular, 07 de junho de 1953.

Figura 13 – Anúncio publicitário.

## Os atores da modernização

No mundo urbano capitalista, as melhorias no equipamento da cidade e as redes técnicas, são produzidas em função e de acordo com os interesses de uma série de agentes inovadores, e são estes agentes também, que realizam as operações concretas na cidade e que definem os espaços que receberão ou não, as novas melhorias<sup>157</sup>.

Os processos de instalação do sistema de tráfego mútuo e de automatização do serviço telefônico da CTMR nos colocam a par, dos vários interesses e agentes, que estiveram envolvidos na concretização destes eventos. Em vários momentos se verificou ora a atuação de agentes do poder público, ora da iniciativa privada, quando não de ambos. Existia entre o Poder Público Municipal, a Associação Comercial de Pelotas e a CTMR, uma clara confluência de interesses.

Cruzando-se a documentação proveniente de cada uma dessas áreas, encontramos diversos nomes em comuns, pois vários dos diretores, conselheiros e acionistas da CTMR, também estavam entre os principais sócios, diretores e colaboradores da Associação Comercial de Pelotas<sup>158</sup> e alguns nomes ainda, estavam ligados a administração pública da cidade. Dentre estes nomes podemos destacar:

- Frederico Carlos Lang, proprietário da Fabrica de Sabão, velas e sabonetes, F.C. Lang & Cia. Ltda., fundada em 1864 e localizada na Rua Gonçalves Chaves, 1158. Era Conselheiro Fiscal da CTMR e 2º. Vice-presidente da Associação Comercial de Pelotas.

- Ary Xavier, proprietário da empresa Xavier irmão & S. A. fundada em 1875, e que atuava no setor de importação e exportação, com escritório comercial que se localizava na Rua Sete de Abril. Era Conselheiro Fiscal da CTMR e diretor da Associação Comercial de Pelotas.

---

<sup>157</sup> Ueda, Vanda. **Innovación tecnológica y cambio social: Agentes y estrategias en las redes de telecomunicaciones en Rio Grande do Sul, Brasil (1852-1930)**. Barcelona: Universidade de Barcelona. Tese de Doutorado, 2002, p. 358.

<sup>158</sup> Fundada em 1873, a Associação Comercial de Pelotas, possuía um quadro social constituído pelos principais comerciantes, industriais, agricultores e produtores rurais de Pelotas. Além de entidade representativa dos interesses destes grupos, a Associação Comercial de Pelotas, era considerada órgão técnico consultivo do Poder Público Municipal.

- Carlos Gotuzzo Giacoboni, representante comercial da Companhia de Seguros Aliança da Bahia & Cia., seu escritório comercial se localizava na Rua XV de novembro, 726. Era político Local, conselheiro fiscal da CTMR e diretor da Associação Comercial.

- Manoel Gomes da Silva Jr., conselheiro fiscal da CTMR, 1º. Vice-presidente da Associação Comercial, dono da Gomes Silva & Cia. e político local.

- José Pinto Magalhães, representante comercial, diretor da Associação Comercial e era membro do Conselho fiscal da CTMR.

- João G. Abrantes, industrial, Conselheiro Fiscal da CTMR e diretor da Associação Comercial de Pelotas.

- Bruno de Mendonça Lima, professor da faculdade de Direito de Pelotas, político local, Consultor Jurídico da Associação Comercial e da CTMR.

- Carlos Sica, comerciante, vereador local pelo PL (Partido Libertador), suplente de diretor da CTMR e sócio colaborador da Associação Comercial.

- Ibsen Ferraz Vianna, era membro do Conselho Fiscal da CTMR, comerciante local e diretor da Associação Comercial.

- Theodoro Mulher, proprietário da Cerâmica Muller, Diretor da Associação Comercial e sócio colaborador da CTMR.

- Aires Noronha Adures, presidente da Associação Comercial de Pelotas, proprietário da Adures S. A. Indústria & comércio e 1º. Suplente do Conselho Fiscal da CTMR.

- Jacob Brod Filho, vereador local pelo PSD (Partido Social Democrático), proprietário da fábrica de Conservas Brod, localizada no bairro das Três - Vendas, diretor da CTMR e Conselheiro da Associação Comercial de Pelotas.

- Manoel Pereira de Almeida, proprietário da fábrica de Conservas Almeida, localizada na Avenida Daltro Filho, diretor da Associação Comercial de Pelotas e conselheiro fiscal da CTMR.

A tabela abaixo permite melhor visualizar essa relação entre empresários, industriais e políticos locais e o gerenciamento da Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência.

**Tabela II**  
**Os principais sócios da CTMR, da Associação Comercial e suas atividades econômicas (1950-1955).**

<b>Nomes</b>	<b>CTMR</b>	<b>Associação Comercial</b>	<b>Político</b>	<b>Comerciante</b>	<b>Industrial</b>	<b>Prof. liberal</b>
Frederico C. Lang	X	X		X	X	
Ary Xavier	X	X		X		
Carlos G. Giacoboni	X	X	X	X		
Manoel G. S. Jr.	X	X	X			
José P. Magalhães	X	X		X		
João G. Abrantes	X	X			X	
Bruno de M. Lima	X	X	X			X
Carlos Sica	X	X	X	X		
Ibsen F. Vianna	X	X		X		
Theodoro Muller	X	X		X	X	
Aires N. Adures	X	X		X	X	
Jacob Brod Filho	X	X	X		X	
Manoel P. Almeida	X	X			X	

Fonte: Elaboração própria, a partir das Atas da Diretoria da CTMR e relatórios da Associação Comercial de Pelotas (1950-1955).

Conforme os dados constantes na tabela II, percebe-se claramente que entre os principais quadros da CTMR, encontram-se também os principais dirigentes da Associação Comercial de Pelotas. Para os comerciantes e industriais da cidade, as inovações tecnológicas iriam facilitar e ampliar suas possibilidades de atuação, trazendo-lhes inúmeras vantagens e benefícios. Pois, com a ampliação das redes e a modernização do sistema telefônico, poderiam expandir seus empreendimentos e se integrar aos centros de maior poder econômico, social e de decisão política.

Com a industrialização, o aumento do comércio e a urbanização crescente, a elite dirigente pelotense, precisava criar mecanismos que facilitassem a integração entre os pontos de produção de mercadorias e os de consumo, necessitava também de canais de comunicação, mais rápidos e eficientes, que possibilitassem seu acesso ao mercado regional e nacional. O papel exercido por estes agentes fica claro, quando se verifica como se distribuíram as novas redes no espaço urbano e a quem elas beneficiavam.

No início da década de 1950, a redes telefônicas da CTMR eram distribuídas entre a zona central da cidade, os centros telefônico dos bairros

Fragata e Três-vendas, as centrais telefônicas rurais do Capão do Leão, Monte Bonito, Cascata, Hidráulica, Santo Amor e Retiro<sup>159</sup>.

A localização e a distribuição das redes telefônicas na área central da cidade, visava atender principalmente os comerciantes, industriais, profissionais liberais, bancos e as famílias abastadas, que residiam no perímetro central. No bairro Fragata as linhas telefônicas atendiam principalmente aos comerciantes locais e aos depósitos coloniais, situados na Avenida General Daltro Filho e Pinheiro Machado, e algumas famílias com maiores posses. O bairro Três Vendas fazia a conexão entre a área central da cidade e a zona rural do Município. Neste bairro, o telefone era usado principalmente para o comércio, nos inúmeros depósitos e armazéns de produtos coloniais situados na Estrada do Retiro, na Avenida Argentina e na Estrada da Barbuda. Vejamos na tabela abaixo, o número de assinantes e os tipos de uso do telefone nas centrais telefônicas do bairro Fragata e das Três - Vendas (tabela III).

**Tabela III: Tipos de uso do telefone nos bairros Fragata e Três - Vendas**

<b>Uso</b>	<b>Fragata</b>	<b>Três Vendas</b>
Comercial	17	31
Residencial	12	15
Industrial	4	4
Administração Pública	2	6
Outros	3	2
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>58</b>

Fonte: CTMR. Guia Telefônico nº. 13. Pelotas: Echenique & Cia., 1947, p. 141-146.

Na zona rural da cidade existiam os centros telefônicos rurais, que faziam a comunicação entre o mundo urbano e o meio rural (figura 14). Nestes espaços, o telefone era usado principalmente pelos grandes produtores rurais, pelos comerciantes e donos de depósitos de produtos coloniais.

No centro telefônico rural de Capão do Leão; um pequeno núcleo urbano situado as margens da estrada de ferro (Bagé – Rio Grande), havia uma estação ferroviária, por onde os proprietários rurais escoavam sua produção. Nesse pequeno núcleo estava localizada ainda a Pedreira Municipal, de onde eram tirados os paralelepípedos para o calçamento das ruas da cidade. As

<sup>159</sup> CTMR. Guia Telefônico nº. 13. Pelotas: Echenique & Cia., 1947.

linhas telefônicas deste centro atendiam principalmente as chácaras e estâncias dos principais produtores rurais da cidade (tabela IV).

**Tabela IV: Uso do telefone no Capão do Leão**

Comercial	6
Residencial	25
Industrial	1
Administração Pública	3
Outros	2
Total	37

Fonte: CTMR. Guia Telefônico nº. 13. Pelotas: Echenique & Cia., 1947, p. 140.

No centro telefônico de Monte Bonito haviam nove linhas telefônicas. Sendo que destas, cinco atendiam depósitos e armazéns coloniais, duas eram linhas residenciais, uma linha telefônica era da Administração Pública do município (Sub-prefeitura de Santa Eulália) e uma era do “Batalhão Ferroviário” da estrada de ferro Pelotas – Santa Maria<sup>160</sup>. O centro telefônico da Cascata possuía seis linhas telefônicas: duas comerciais que serviam a depósitos coloniais, três residenciais, uma para a chácara de Silvio da Cunha Echenique<sup>161</sup>, outra para a chácara de José Alsina Lemos<sup>162</sup> e a última para a chácara de Frederico Carlos Lang. A sexta linha, pertencia a Administração Pública e era usada pela Estação Experimental de Pelotas (Agrícola).

O centro telefônico da Hidráulica atendia principalmente os depósitos coloniais e armazéns existentes nesta localidade, algumas famílias e a represa do Arroio Moreira, que fornecia o abastecimento de água para a cidade. Este centro possuía dezessete telefones: sendo que nove eram de uso comercial, seis de uso residencial, um número pertencia a Prefeitura, e era para o uso dos funcionários da Represa Moreira e um número pertencia a Igreja Episcopal Brasileira. O Centro Telefônico do Santo Amor, possui doze linhas telefônicas e todas eram destinadas a depósitos comerciais de produtos agrícolas<sup>163</sup>.

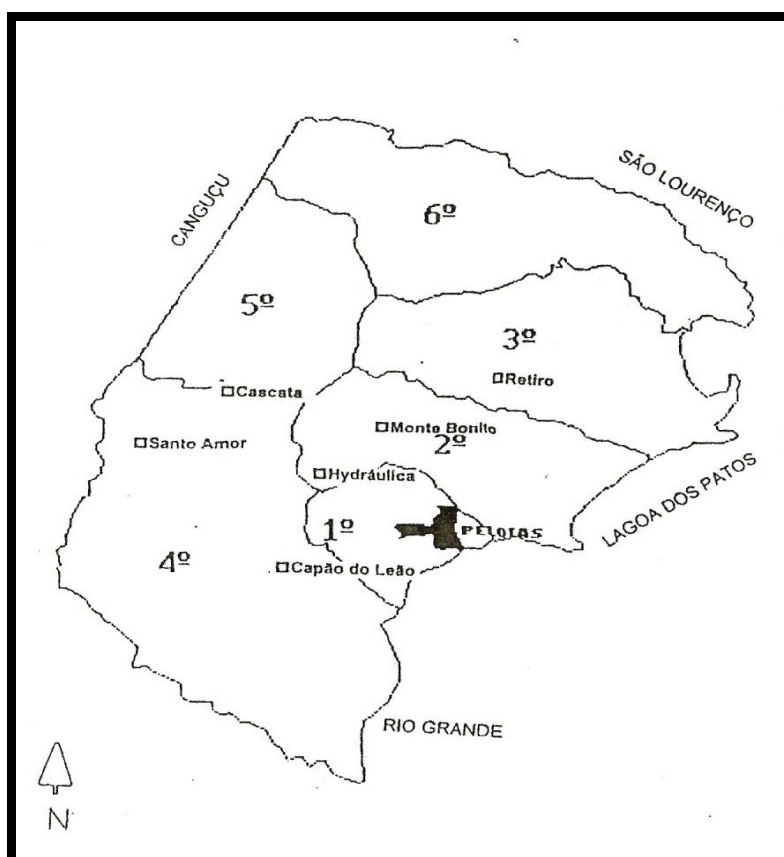
O Centro Telefônico do Retiro era um dos maiores centros telefônicos rurais. Possuía vinte nove números telefônicos, sendo que destes, vinte dois eram de uso comercial (depósitos coloniais), quatro eram de uso residencial, três eram utilizados pela Prefeitura Municipal.

<sup>160</sup> CTMR. Guia Telefônico nº. 13. Pelotas: Echenique & Cia., 1947, p. 142.

<sup>161</sup> Médico e pai do vice-prefeito Oscar da Cunha Echenique (1952-1956).

<sup>162</sup> Juiz de Direito.

<sup>163</sup> CTMR. Guia Telefônico nº. 13. Pelotas: Echenique & Cia., 1947, p. 143.



Fonte: CTMR. Guia Telefônico nº. 13. Pelotas: Echenique & Cia., 1947.

**Figura 14 - Localização das centrais rurais da CTMR**

A análise destes dados nos informa claramente, que a expansão das redes telefônicas em Pelotas, visava atender aos interesses imediatos e futuros dos principais acionistas da CTMR e da associação Comercial de Pelotas. Revela-nos também, como se constituiu o processo de urbanização da cidade e a que interesses, ele buscou responder.

Este direcionamento do processo de modernização urbana acabou gerando diferentes leituras sobre o mesmo fenômeno urbano. Se para as elites e as camadas médias urbanas, havia a Pelotas moderna, bela e asséptica. Para outros grupos, havia uma Pelotas que era carente dos serviços de infraestrutura básica, como esgoto, limpeza pública e saneamento. É esta segunda Pelotas, que veremos no capítulo a seguir.



### **CAPITULO 3 - Os diferentes discursos sobre a modernização urbana em Pelotas**

Uma cidade é objeto de muitos discursos, que revelam saberes específicos ou modalidades sensíveis de leitura do fenômeno urbano: o discurso dos médicos, dos políticos, dos urbanistas, dos historiadores, dos literários, dos poetas, dos policiais, dos juristas, todos a empregarem metáforas para qualificar a cidade. Uma cidade também é objeto de produção de múltiplas imagens – fotográficas, pictóricas, cinematográficas – a cruzarem ou oporem sentidos ao urbano. Deste modo, a cidade apresenta-se sob múltiplas aparências, como um mosaico, uma heterogeneidade de molduras e quadros justapostos; é como ensina Ítalo Calvino, “uma cidade contém dentro de si, inúmeras outras”<sup>164</sup>.

O processo de modernização urbana em Pelotas possui múltiplos enfoques, com diferentes e por vezes até, contraditórios discursos. Se por um lado; havia o discurso da modernização urbana como um elemento redentor e que traria o progresso para a cidade; uma visão posicionada, ligada aos interesses de classe e a uma imagem de cidade moderna, que a elite dirigente pelotense queria projetar sobre si mesma e sobre a cidade que ela deseja construir. Por outro lado, esta modernização era limitada a determinados espaços e grupos; não atendendo as aspirações e os anseios da maioria da população pobre, que vivia nos arrabaldes e vilas próximas ao centro da cidade.

Nos anos finais da década de 40 e início dos anos 50, os principais noticiários locais anunciavam que *“ninguém podia deixar de observar o constante movimento em marcha para frente da cidade de Pelotas, e que em todas as faces da Princesa do Sul, via-se um intenso desenvolvimento, onde aqui e ali, iam surgindo novos e modernos edifícios, em diversos e elegantes estilos, numa demonstração cabal do crescimento da cidade”*<sup>165</sup>. De fato, a cidade crescia e se modernizava. A construção de altos edifícios comerciais nas principais ruas do centro; revelava a dimensão do desenvolvimento

---

<sup>164</sup> CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

<sup>165</sup> Diário Popular. “Instantâneos Locais”. Pelotas: 27 de agosto de 1952.

econômico e urbano da cidade. Segundo o jornal Diário Popular, Pelotas progredia de forma rápida e vertiginosa;

*“O centro da cidade ia se modificando com o surgimento dos primeiros arranha-céus; o comércio situava-se entre os dos grandes centros, com importantes e amplos empórios, nos quais o movimento diário era deveras animador e mesmo ritmo encontrava-se também, as indústrias locais, cujas fumegantes chaminés, eram atestados de labor e de progresso”<sup>166</sup>.*

No entanto, o crescimento urbano e a modernização da cidade eram realizados de forma criteriosa e seletiva, pois obedeciam a determinados interesses, não atingindo e beneficiando a todos os grupos sociais. Esta “modernização seletiva”, na prática segregava e excluía a maioria da população da cidade; que não era atendida pela infra-estrutura e serviços urbanos, e que sofria nos arrabaldes e na periferia, sem que suas reivindicações fossem ouvidas pelas autoridades locais.

Segundo nos informa Moura, existiam neste período duas cidades: a primeira englobava o sitio onde Pelotas começou (o primeiro loteamento) e suas extensões, que eram limitadas na sua origem por condicionantes geográficos como o arroio Santa Bárbara à esquerda e o arroio Pepino à direita. A segunda cidade, mais nova, constituiu-se como uma alternativa mais econômica a moradia e situava-se nos subúrbios que incluía as áreas alagadiças, antes e depois de sua recuperação<sup>167</sup>. Esta segunda Pelotas estendia-se em direção a leste (bairro Areal), oeste (bairro Fragata) e ao norte (bairro Três-Vendas). Seus moradores eram os grupos de média e baixa renda, e se localizava nas antigas vilas e nos novos loteamentos construídos pelo poder público ou pela iniciativa privada. De forma resumida, as principais características desta nova cidade, eram os loteamentos com novos traçados e a quase inexistência de espaços de lazer e de infra-estrutura urbana<sup>168</sup>.

Em Pelotas, um dos principais veículos de denúncia do estado em que se encontravam os bairros e as vilas da periferia da cidade, era o semanário A

---

<sup>166</sup> Idem, ibidem.

<sup>167</sup> MOURA, Rosa M. Garcia Rolim de. **Modernidade pelotense, a cidade e a arquitetura possível: 1940 – 1960**. Porto Alegre: PUCRS, Dissertação de Mestrado, 1998, p. 76.

<sup>168</sup> Idem, ibidem.

Alvorada<sup>169</sup>. Através da coluna *Coisas da Cidade*, publicada no semanário, a população das vilas circundantes da área central da cidade, manifestava suas inquietudes e reivindicações. Se em geral a cidade era considerada como tendo “*muito movimento, muito progresso e novas edificações por todos os quadrantes, atestando que sua população aumentava vertiginosamente*”<sup>170</sup>. As diferenças entre o progresso do centro da cidade, no qual “alterosos edifícios, erguiam-se em direção ao céu, desafiando a argúcia dos homens”, e as de vida, da população pobre que morava nas ruas que não faziam parte do coração da cidade, eram por todos claramente visíveis<sup>171</sup>.

Com o início do processo de verticalização várias habitações populares (vilas, cortiços, pátios e corredores), que se localizavam junto ao centro da cidade e que eram consideradas anti-higiênicas pelas autoridades locais, foram algumas demolidas e outras fechadas como medida saneadora<sup>172</sup>. O processo teve início com a eliminação das zonas de prostituição, principalmente na Rua Dr. Cassiano, no famoso “Beco dos Sete Pecados”, onde “*mais de uma quadra era habitada por mulheres de vida fácil, que na noite, transformavam aquela rua num verdadeiro lupanar*”<sup>173</sup>. O mesmo aconteceu com as ruas Voluntários da Pátria e Três de Fevereiro (Major Cícero). Segundo a imprensa local, “*estes antros eram habitados por messalinas e freqüentados por gente da mais ínfima classe; onde o que mais se assistia eram espetáculos de embriagues, desordens e palavreado do mais baixo calão*”<sup>174</sup>.

Para construir uma imagem de cidade moderna e estimular a verticalização, era preciso que demolissem as antigas construções, eliminando-se assim todos os vestígios do passado colonial. Com o intuito de acelerar o processo de modernização urbana, a Prefeitura Municipal através do Imposto Predial Urbano (Lei nº. 41), começou a sobretaxar as casas que “*tivessem beirada de telhado ou outro qualquer sistema de esgotos derramando sobre*

---

<sup>169</sup> O periódico A Alvorada foi fundado em 5 de maio de 1907, por Juvenal Penny e era o principal veículo de comunicação da comunidade afro-brasileira em Pelotas. Em sua “segunda fase”, iniciada após 1945, tinha como editores os senhores Rubens Lima, Carlos Torres e Armando Vargas. SANTOS, José Antônio. **Raiou a Alvorada: intelectuais negros e a imprensa em Pelotas (1907-1957)**. Pelotas: Ed. UFPel, 2003.

<sup>170</sup> A Alvorada. Pelotas: 05 de fevereiro de 1955.

<sup>171</sup> Idem, ibidem.

<sup>172</sup> A Alvorada. Pelotas: 23 de fevereiro de 1957.

<sup>173</sup> Idem, ibidem.

<sup>174</sup> Idem, ibidem.

*passaios*”, bem como também, os cortiços que estivessem localizados no perímetro central<sup>175</sup>. Além dos cortiços a prefeitura procurou também excluir da mesma área a possibilidade de construção de casas de madeira, que “*só poderiam ser construídas fora da zona servida pelos serviços de esgoto, recuadas quatro metros do limite frontal e três metros de cada uma das divisas laterais*”<sup>176</sup>.

Todas estas operações que a princípio tinham um caráter moralizante e sanitarista, também se configuravam como uma estratégia de saneamento social, pois expulsavam do centro da cidade aqueles indivíduos considerados indesejáveis, degenerados, pobres e potencialmente perigosos. Abrindo caminho para um processo de maior elitização do centro da cidade. Desta forma;

*“as pequenas vilas como a Pimpão, Sabão, Periquito, Para o Jogo, etc. que abrigavam grande número de pessoas pobres foram destruídas e substituídas por casas de aluguel caríssimo; prosseguindo sua marcha de remodelação, Pelotas foi alijando de seu centro os menos favorecidos pela fortuna, enchotando-os para as vilas distantes, sem conforto, sem transporte coletivo, sem luz e sem calçamento*”<sup>177</sup>.

Segundo o Diário Popular de 29 de janeiro de 1948, a “*água, o esgoto e o lixo, eram os principais problemas que afetavam a saúde pública da população de Pelotas*”<sup>178</sup>. Conforme o periódico, apesar das medidas adotadas pelas autoridades de saúde da cidade, a água consumida pela população continuava prejudicada em sua potabilidade. Além do mais, nas zonas periféricas de Pelotas o problema se agravava, pois havia apenas uma bica para cada vila e a água fornecida não chegava em quantidade suficiente. Segundo A Alvorada de 5 de julho de 1947, por causa do deficitário fornecimento de água, os moradores da vila Barros iam buscar o líquido na vila Silva ou na Canela. Sendo a mais visada a vila Silva por estar mais próxima

---

<sup>175</sup> Prefeitura Municipal de Pelotas. **Leis e decretos: exercício de 1948**. Pelotas: Globo, 1949, p. 55-56. O perímetro central da cidade era definido ao norte, pela Avenida Bento Gonçalves; ao sul, pela Rua 3 de maio; ao leste, pela Rua Gonçalves Chaves; e ao oeste, pela Rua Barão de Santa Tecla.

<sup>176</sup> Prefeitura Municipal de Pelotas. **Código de construções**. Pelotas: Globo, 1930, capítulo X, artigo 184. A zona servida pela rede de esgotos é também a zona central da cidade.

<sup>177</sup> A Alvorada. Pelotas: 16 de fevereiro de 1957.

<sup>178</sup> Diário Popular. Pelotas: 29 de janeiro de 1948.

das demais. Conforme o periódico, este fato penalizava duplamente os moradores da referida vila, pois além de *“não terem a água necessária ou se atem, eram obrigados a passar horas a fio a espera de que seus vizinhos enchessem seus barris”*<sup>179</sup>.

O sistema de canais de esgoto da cidade era outro problema de caráter urgente. Das 7.166 casas que estavam conectadas as redes de esgotos, *“647 tinham fossas e 2.605 eram esgotadas por cubos, restando-se ainda 884 que usavam o processo rudimentar de buracos nos quintais”*<sup>180</sup>. A existência do serviço de fossas móveis, era um foco de grande tensão, pois segundo o Diário Popular, este serviço trazia inúmeros problemas sanitários e era considerado *“uma vergonha para uma cidade moderna como Pelotas”*<sup>181</sup>. Seguidamente a imprensa denunciava as precárias condições do serviço de esgoto da cidade:

*“Exgotos – nem é bom tocar nisso! Fossas, as famosas fossas condenadas em Porto Alegre e aqui impugnadas pela Associação dos Proprietários, ai estão para modelos de higiene. São depósitos de imundícies, propagadoras de micróbios, pois que grande parte delas escoam para as sarjetas, absolutamente sem nenhuma rede e sem limpeza”*<sup>182</sup>.

O serviço limpeza pública era um dos grandes problemas enfrentados pela população da cidade. Segundo o semanário A Alvorada havia ruas, como a D. Pedro II e o largo da estação ferroviária, em que *“as sarjetas estavam atulhadas de cisco e de terra”*, dando um triste aspecto aos olhos de quem visita-se a cidade, principalmente pela via férrea. Em outras ruas, além da falta de limpeza, havia o abundante capinzal, que constituía um *“foco constante de mosquitos e outros insetos”*<sup>183</sup>.

Além de dar um mau aspecto a cidade, a falta de um serviço de limpeza urbana eficiente, trazia consigo outros problemas. Com as constantes chuvas que caíam na cidade durante o inverno, os dejetos que eram depositados nas

---

<sup>179</sup> A Alvorada. Pelotas: 5 de julho de 1947

<sup>180</sup> ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO. **Saneamento de Pelotas (novos estudos): relatório de projetos**. Rio de Janeiro: setembro de 1947, p. 84.

<sup>181</sup> Diário Popular. Op. Cit.

<sup>182</sup> A Alvorada, Op. Cit.

<sup>183</sup> A Alvorada. “A falta de limpeza”. Pelotas: 05 de fevereiro de 1955.

ruas e que deixavam de ser recolhidos pelo serviço de limpeza urbana da Prefeitura Municipal, eram arrastados para o interior dos boeiros e ralos, Entupindo-os, fazendo com que varias ruas ficassem alagadas<sup>184</sup>.

A Avenida Brasil, uma zona urbana e bastante populosa, localizada em uma das principais vias de acesso à cidade, era um dos locais onde a população mais sofria com a falta de limpeza e calçamento. No inverno, além de sofrerem com o lodo, as ruas ficavam completamente alagadas nos dias de chuva, prejudicando não só os pedestres, mas também o trânsito de veículos. Segundo A Alvorada, com a falta de canais de escoamento e devido ao enorme volume de água acumulado no leito da avenida, inúmeros moradores tinham suas casas alagadas durante o inverno<sup>185</sup>. Além de ter as sarjetas completamente entulhadas, a Avenida Brasil era circundada por um grande “carrapincha”<sup>186</sup>, cuja altura atingia a uma pessoa. Conforme A Alvorada as valetas sujas e com águas paradas, eram focos de mosquitos e de outros insetos, causadores das mais variadas moléstias. Além do mais, o “extenso e exuberante” matagal ameaçava a segurança dos transeuntes, pois se tornara um excelente esconderijo para mal-feitores e malandros da noite<sup>187</sup>. Estes fatos causavam grande apreensão aos moradores, e nos revelam o grau de descaso da administração local com a população da avenida.

Mas não era só a Avenida Brasil que se encontrava nessas condições de abandono. Conforme A Alvorada de 02 de abril de 1955, na quadra da Rua Marechal Deodoro, entre Três de Maio e Gomes Carneiro, além do péssimo estado em que se encontrava a rua, cheia de buracos, havia no local o inconveniente de um “denso matagal de carrapicho”. O jornal informava ainda, que bastava uma rápida visita pelos arrabaldes da cidade e verificar-se ia o estado de abandono em que se encontravam os ditos lugares. Ao finalizar a reportagem o semanário exigia do Poder Público Local, maior empenho no serviço de limpeza da cidade *“pois não se justificava o estado de desleixo a que se chegou. Onde o que mais se assistia, eram ruas transformadas em matos e sarjetas atulhadas de cisco por toda parte”*<sup>188</sup>.

---

<sup>184</sup> Idem, ibidem.

<sup>185</sup> A Alvorada. “A Avenida Brasil e seu calçamento”. Pelotas: 29 de janeiro de 1955.

<sup>186</sup> Vegetação formada por pequenos arbustos e ervas daninhas.

<sup>187</sup> A Alvorada. “A Avenida Brasil transformada em mato” Pelotas: 19 de março de 1955.

<sup>188</sup> A Alvorada. “A limpeza da cidade”. Pelotas: 02 de abril de 1955.

As condições de localização e construção, das moradias nas periferias da cidade de Pelotas nos são um claro indicativo das dificuldades por que passavam a maioria da população das vilas. Localizadas em terrenos baixos, sem nivelamento e construídas a maioria sobre terrenos pantanosos, todas as vilas operárias sofriam com a falta de sarjetas adequadas e de um sistema de saneamento básico, o que as transformava em verdadeiros centros de enfermidades<sup>189</sup>. Segundo A Alvorada, o principal causador de moléstias nas vilas operárias era a umidade, pois haviam *“inúmeras casas que durante a estação invernosa, vertiam água das paredes”*<sup>190</sup>. Estas Casas, segundo o semanário, de forma alguma poderiam oferecer conforto e saúde aos seus habitantes, que se *“de um lado economizam no aluguel, do outro, gastavam com o médico e a farmácia”*<sup>191</sup>.

Em muitas destas vilas não haviam valetas para o escoamento das águas, portanto, estas se acumulam no centro das ruas. Havendo casas, cujos moradores durante as chuvas de inverno, *“quando não tinham suas propriedades invadidas, eram obrigados a sair com água por meia canela”*<sup>192</sup>. Tudo isto acontecia, segundo A Alvorada, por que estes lugares *“Eram habitados na sua maioria por gente pobre, gente do trabalho, que não possui meios confortáveis para se locomoverem em direção ao serviço, portanto obrigada a patinar no lodo e se conservar com os pés úmidos durante o dia, para não perder o seu ordenado”*<sup>193</sup>. Ainda conforme o semanário, competia aos poderes públicos nos dias de chuva, uma visita a estas vilas, para se certificarem da verdade, *“por que os vivem no centro da cidade com todo conforto e bom auto a porta, desconhecem a situação dolorosa dos que são obrigados a viverem como porcos no meio da lama”*<sup>194</sup>.

Esta reportagem, assim como a maioria das outras da coluna Coisas da Cidade, tem um agudo e claro tom de denúncia das condições de vida da população pobre das vilas de Pelotas, demonstrando também um certo descontentamento com relação as atitudes de Poder Público local, que fechava os olhos para os problemas da população pobre que residia nas zonas

---

<sup>189</sup> A Alvorada. “O problema das vilas” Pelotas: 14 de junho de 1952.

<sup>190</sup> A Alvorada. “Água, barro e umidade” Pelotas: 26 de junho de 1954.

<sup>191</sup> A Alvorada. Op. Cit.; 14 de junho de 1952.

<sup>192</sup> A Alvorada. “A pobreza sofre!” Pelotas: 21 de maio de 1955.

<sup>193</sup> A Alvorada. “Água, barro e umidade” Pelotas: 26 de junho de 1954.

<sup>194</sup> Idem, ibidem.

periféricas da cidade. Se o Poder Público era omissivo, a população em parte, contribuía para que se mantivesse o péssimo estado de saneamento da cidade. A Alvorada de 3 de abril de 1954, denunciava que havia em Pelotas inúmeras calçadas cujos proprietários não mandavam realizar os necessários reparos, e por este motivo durante o inverno *“esses passeios tornavam-se verdadeiros precipícios para os transeuntes, pois, cobertos pelas águas da chuva esses buracos ficavam invisíveis”*<sup>195</sup>. O semanário completava ainda que, enquanto a prefeitura dispendia somas avultadas na remodelação das ruas, asfaltando as principais artérias da cidade, e recalçando outras, *“os senhores proprietários de casas cruzam os braços e deixam as calçadas ao abandono”*.<sup>196</sup>

Entre as diversas zonas periféricas da cidade, as mais freqüentes nas páginas da imprensa era a Vila Silva, a Vila Castilhos, a Vila Santa Teresinha e o bairro da Várzea, todos localizados próximo ao arroio Santa Bárbara e o arroio Pepino. Das vilas que margeavam a viação férrea (Canela, Silva e Barros), a Vila Silva é a que se encontrava em piores condições de salubridade. Tal situação devia-se a grande umidade existente no local e aos terrenos baixos e alagadiços onde a vila se situava, com algumas casas sem escoamento desde os fundos à frente, e que quando chovia, eram transformados em verdadeiros lagos e pântanos, convertendo-se a vila, em um ambiente propício para o desenvolvimento da tuberculose<sup>197</sup>. Segundo A Alvorada, as péssimas condições de salubridade da Vila Silva eram devidas, a negligência das administrações municipais passadas, que não obrigaram os vendedores de lotes de terrenos, a deixarem abertas as valetas para o escoamento das águas pluviais<sup>198</sup>.

A vila Castilhos era uma das áreas mais miseráveis da periferia de Pelotas, *“um local esquecido pelas autoridades e pelo próprio Deus, pois o local se constituía em um verdadeiro inferno durante a estação invernos”*<sup>199</sup>. Situada as margens do arroio Santa Bárbara e fazendo parte de uma grande “baixada” para onde convergiam todas as águas nos dias de chuva, a vila era

---

<sup>195</sup> A Alvorada. “Calçadas e calçamento” Pelotas: 03 de abril de 1954.

<sup>196</sup> Idem, ibidem.

<sup>197</sup> A Alvorada. “Vila Silva”. Pelotas: 05 de março de 1955.

<sup>198</sup> Idem, ibidem.

<sup>199</sup> A Alvorada. “A vila Castilhos – agonia dos moradores!”. Pelotas: 18 de outubro de 1952.



constantemente inundada, o que aumentava enormemente estado de miserabilidade de seus habitantes. Como a maioria das casas era edificada sobre um “banhado”, a umidade transformava a vila em um constante foco de enfermidades<sup>200</sup>. Segundo A Alvorada, com as freqüentes inundações, praticamente todos os anos, e em algumas várias vezes durante o ano; “as famílias residentes neste recanto da cidade eram obrigadas a se retirarem de seus domicílios, carregando apressadamente, roupas, agasalhos e utensílios de uso doméstico, para instalarem-se precariamente, em locais destinados pelas autoridades do município”<sup>201</sup>. Em geral, as famílias que tinham suas casas atingidas pelas cheias do arroio Santa Bárbara, eram recolhidas pelo Departamento de Assistência Social da prefeitura, e levadas para os pavilhões da Sociedade Agrícola Pelotense, e lá ficavam instaladas até que baixa-se o nível das águas.

A Vila Santa Teresinha, era outra zona da cidade onde as condições de vida da população pobre se mostravam igualmente problemáticas. A Santa Teresinha era uma das mais importantes e populosas vilas que circundavam a Princesa do Sul. Possuía uma praça, uma igreja, um posto de polícia e um posto médico. No entanto, seus problemas eram inúmeros. Desde a falta de água até a falta de luz elétrica, “a iluminação pública nas ruas era inexistente e se havia algumas casas com luz interior, era por que os próprios proprietários haviam comprado postes, fios e fizeram sua instalação particular”<sup>202</sup>. Outro local que sofria com a falta de iluminação, era a Vila Hilda, no bairro Fragata. Nesta localidade, a rede elétrica ia até a metade da vila, ficando grande parte da população às escuras. Havia inúmeras ruas sem calçamento e sem calçadas. Segundo A Alvorada,

*“Humano seria que a municipalidade voltasse seus olhares para esses problemas de magna importância, pois são dois problemas imprescindíveis: luz e água. Satisfeitos esses problemas, as vilas*

---

<sup>200</sup> Idem, ibidem.

<sup>201</sup> Diário Popular. “Castilhos – uma vila condenada ao sofrimento”. Pelotas: 17 de julho de 1954.

<sup>202</sup> A Alvorada. “A vila Santa Teresinha - a falta de iluminação”. Pelotas: 06 de dezembro de 1952.

*tornar-se-ão mais agradáveis, proporcionando aos seus moradores uma vida compatível com a vida moderna*<sup>203</sup>.

A situação do bairro da Várzea, que na época passava por um emergente processo de ocupação e construção de casas, não era muito diferente dos demais pontos da periferia da cidade. Segundo A Alvorada, quem penetrasse no bairro da Várzea, seguindo pela Rua Barão de Butuy, “observaria que esta pobre rua, conservava ainda, os traços, quase medievais de sua abertura, nos primórdios da cidade”<sup>204</sup>. A Rua Barão de Butuy, começava no centro de Pelotas, junto a Praça Coronel Pedro Osório, e era “a principal artéria que ligava o centro da cidade ao que o povo pelotense comumente denominava de Vila Municipal”<sup>205</sup>. Suas condições de tráfego eram precárias, pois a rua continuava sem calçamento por um longo trecho, e quando chovia a lama era um flagelo para os seus habitantes. O pontilhão sobre o canaleta do arroio Pepino, entre a vila e a Rua Barão de Butuy era estreito, e não dava passagem a dois veículos em sentido contrário. Além do mais, durante muito tempo “os olhares oficiais não tinham sido amorosos com essa vila incipiente e de grande futuro”<sup>206</sup>, pois haviam no bairro inúmeras ruas que não estavam calçadas e que nos dias de chuva causavam a aglomeração de água e lama, o que trazia grande desconforto aos moradores<sup>207</sup>.

Situado em uma região de terrenos baixos e localizado as margens do arroio Pepino, o bairro da Várzea sofria com as constantes inundações, ocasionadas pelo aumento do nível do canal do arroio e pela falta de canais de escoamento das águas pluviais, que todos os anos, durante o inverno transformavam uma extensa área da Várzea num verdadeiro mar<sup>208</sup>. Segundo o Diário Popular, sempre que as chuvas na cidade se prolongavam por dois ou três dias, com certa intensidade, o nível do canal São Gonçalo subia, tornando-se mais alto que o do arroio Pepino, e impedia o livre escoamento das águas. Segundo o jornal, a razão do transbordamento do arroio, era por todos

---

<sup>203</sup> A Alvorada. “Luz nas vilas”. Pelotas: 18 de abril de 1953.

<sup>204</sup> A Alvorada. “Loteamento da Várzea”. Pelotas: 30 de março de 1957.

<sup>205</sup> Idem, ibidem.

<sup>206</sup> Idem, ibidem.

<sup>207</sup> A Alvorada. Pelotas: 05 de maio de 1957.

<sup>208</sup> Diário Popular. “Transbordaram, novamente, os canais do arroio Santa Bárbara e Pepino”. Pelotas: 23 de agosto de 1953.

conhecida, pois havia sido inúmeras vezes explicada através do noticiário da imprensa, mas o problema nunca era solucionado pelas autoridades competentes<sup>209</sup>.

Em 1954, no mês de julho, as chuvas que vinham caindo com pequenas intermitências na cidade, agravaram-se e inúmeras zonas baixas da cidade, foram invadidas pelas águas que transbordaram do leito dos principais arroios de Pelotas. A zona mais atingida era aquela em que se situava a vila Castilhos, próxima do arroio Santa Bárbara. Outra região bastante atingida pelas cheias foi a do Retiro (bairro Areal), a vila Silva, a zona do Porto Municipal, enquanto que o bairro da Várzea e bairro Fragata, sofreram menos em relação aos demais setores atingidos. Estimava-se que o número de pessoas atingidas pela inundação tenha sido cerca de 300<sup>210</sup>.

A questão das enchentes era algo crônico na cidade. Pois elas, em maior ou menor intensidade, se repetiam todos os anos, geralmente no inverno. Foi assim em 1951, 1952, 1953, 1954, 1955 até a grande enchente do trágico carnaval de 1956, quando *“Pelotas foi assolada pela mais violenta inundação que sua história registrou”*<sup>211</sup>. A enchente de 1956 teve um efeito catastrófico sobre a cidade, pois durante um período de poucas horas uma grande parte do município, principalmente as zonas residenciais, foram invadidas pelas águas do arroio Santa Bárbara e do Pepino. A vila Castilhos por se localizar próximo as margens do Santa Bárbara foi novamente, a área mais atingida, mas não foi a única, pois, toda a zona oeste da cidade foi inundada, produzindo grandes perdas materiais e econômicas (figuras 15 e 16). A Rua Marechal Floriano, desde a ponte sobre arroio Santa Bárbara até a Avenida Saldanha Marinho, e uma larga extensão das vilas Canela, Silva, Barros, do bairro Simões Lopes, da Estação Ferroviária e das ruas centrais próximas ao Santa Bárbara, Foram tomadas pelas águas. Foram inundados ainda, o prédio da Light & Power (figura 17), o Entrepasto do Leite, a Escola Técnica e alguns estabelecimentos comerciais e industriais.

---

<sup>209</sup> Idem, ibidem.

<sup>210</sup> Diário Popular. “Inundada a parte baixa da cidade: 300 flagelados!”. Pelotas: 13 de julho de 1954.

<sup>211</sup> Diário Popular. Pelotas: 13 de fevereiro de 1956.



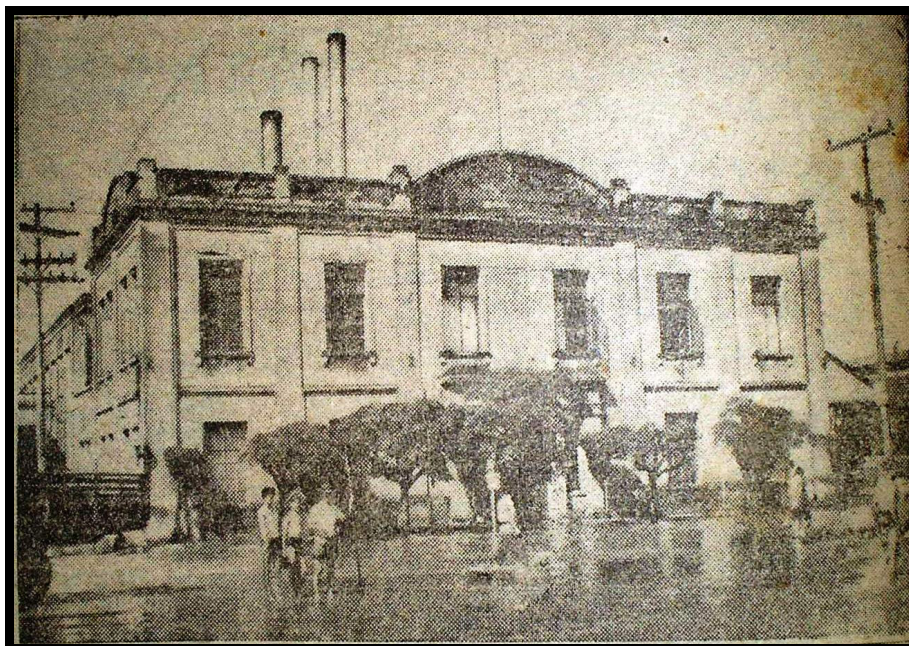
Fonte: Diário Popular, 21 de fevereiro de 1956.

**Figura 15 – Enchente na vila Castilhos (1956)**



Fonte: Diário Popular, 21 de fevereiro de 1956.

**Figura 16 – Enchente na vila Castilhos (1956)**



Fonte: Diário Popular, 21 de fevereiro de 1956

**Figura 17 – Inundação do prédio da Light & Power (1956)**

Segundo o Diário popular de 17 de fevereiro de 1956, foram atingidos pela cheia do arroio Santa Bárbara, os seguintes estabelecimentos: Manufatura de Fumos do Sul Ltda.; Hugo Kaastrup; Café Santo Antônio; Fábrica Souza Cruz; Fábrica de Bebidas Fronteira; Adures S.A. Indústria e comércio (Curtume); Cooperativa de Laticínios Pelotense; Vinocourt & Cia. Ltda.; Escola Técnica Profissional; Engenho Santa Bárbara; Ramão Magalhães; Carlos Bernardo Neutzling; Matos & Cascais; Usina de Pasteurização do Leite; José Peirano; Carlos Olendzky & irmão; Jorge Hosnil & Cia. Ltda.; Rosalvo Bandeira (Fábrica de Vinhos ideal); Xavier Irmão S.A.; Irmãos Michelin & Cia; Roxo e Cia.; Transportadora Coelho; Ribeiro e Cia.; Cooperativa dos Funcionários Públicos Municipais; Pedrotti & Cia.; S. A. White Martins; Odorico Menegotto; Tomberg & Filho Ltda.; João W. Sinnotti; F. A. Nunes Hirsch; Wilson Sons Co.; Yurgel & Cia.; Engenho São Luiz; Arroeira Chasqueiro; Yubert & Cia.; Fetter & Cia.; Cooperativa dos Funcionários da Viação Férrea; Curtume Livramento S.A. e Cunha Amaral e Cia<sup>212</sup>.

Os principais responsáveis pelas inundações segundo os jornais da cidade, eram os arroios que circundavam o município, principalmente o Santa Bárbara e Pepino. Além do mais, o atraso e a falta de continuidade das obras

---

<sup>212</sup> Diário Popular. Pelotas: 17 de fevereiro de 1956.

de saneamento e de canalização dos referidos arroios, algo que estava previsto desde o Plano de Saneamento elaborado pelo Escritório Saturnino de Brito em 1947 e que deveria ser executado pela municipalidade local, agravavam a situação e o problema se arrastou por vários anos. Além do mais, depois da instalação nas margens do Santa Bárbara de várias indústrias, principalmente de papel e curtume, cujos despejos eram canalizados para aquele arroio, se tornaram *“verdadeiramente pestífero e insuportável, o fétido exalado das águas do dito arroio”*<sup>213</sup>. Segundo o semanário A Alvorada de 17 de maio de 1947, já havia se tornado celebre e conhecido, até mesmo fora das fronteiras de pelotas, o “perfume embriagador” do pobre Santa Bárbara. Tanto que quem passa se por perto do arroio, *“era forçado a tapar o nariz, tal era o fétido do arroio que desliza pelo centro da nossa aristocrática Princesa do Sul”*<sup>214</sup>.

Com o cair da tarde, os moradores das margens do arroio Santa Bárbara, eram obrigados a conservar suas casas fechadas, *“tal era o mau cheiro exalado daquelas águas, espalhando-se na direção do vento, por toda a cidade”*, e que, por conseguinte, *“toda Pelotas respirava esse perfume, que só poderia resultar em grande epidemia”*<sup>215</sup>. No verão, estação em que as chuvas na cidade são escassas, as águas poluídas do Santa Bárbara conservavam-se estagnadas, transformando-se o arroio em um verdadeiro celeiro de mosquitos e outros insetos<sup>216</sup>. Estes “seresteiros da noite” e suas nefastas manifestações, segundo A Alvorada, eram verdadeiros tormentos para as populações pobres, que habitavam nos arredores do arroio.

Em 1955, A Alvorada publica a seção “Cartas ao Santa Bárbara”, na qual os editores do jornal fazem duras críticas a situação sanitária em que se encontrava o arroio. Conforme o semanário, devido a inúmeras “imundícies” que eram despejadas em seu leito, o arroio havia se tornado *“uma verdadeira cloaca de matérias pútridas e um laboratório de ingredientes malcheirosos”*<sup>217</sup>, que exalavam um insuportável e fétido “perfume” para a cidade no verão. Nesta mesma seção, o jornal fazia ainda críticas ao governo municipal, que estava

---

<sup>213</sup> A Alvorada. “O Santa Bárbara e seu insuportável perfume”. Pelotas: 21 de março de 1953.

<sup>214</sup> A Alvorada. “O Santa Bárbara”. Pelotas: 17 de maio de 1947.

<sup>215</sup> A Alvorada. Pelotas: 21 de março de 1953.

<sup>216</sup> A Alvorada. “Os mosquitos e suas conseqüências”. Pelotas: 12 de fevereiro de 1955.

<sup>217</sup> A Alvorada. “Cartas ao Santa Bárbara I”. Pelotas: 26 de março de 1955.

com as obras de limpeza do canal atrasadas e demorava na construção dos canais de drenagem. De certa forma, o periódico tinha razão em suas críticas, já que somente em maio de 1957, depois da grande enchente de fevereiro de 1956, a Prefeitura Municipal requeria ajuda do Governo Central, para realizar as obras necessárias ao saneamento definitivo do arroio Santa Bárbara<sup>218</sup>.

Em Pelotas, a questão da habitação era um dos principais focos de inquietação do proletariado urbano da cidade. Com crescimento populacional e a densificação urbana, a demanda por terrenos edificáveis aumentou no centro da cidade e como se isto não bastasse, os altos aluguéis faziam com que a população pobre fosse empurrada para os subúrbios e para as vilas. Conforme A Alvorada, com o crescimento da cidade,

*“Como se fosse uma ordem os grandes edificios surgiram, demolindo as pequenas moradias para, em seu lugar levantar-se os arranha-céus, nessa marcha a população pobre, que antes habitava dentro do perímetro urbano, foi obrigada a procurar refúgio nos arrabaldes, nas longínquas vilas, ainda mal servidas de transporte, de água e luz, lutando com o barro e outros fenômenos próprios da situação”<sup>219</sup>.*

O jornal completava ainda que frente a esta dolorosa situação “a pobreza ia sendo afastada para as margens da zona urbana, enquanto os mais afortunados gozavam de todas as comodidades, do centro da cidade”<sup>220</sup>. Além de serem alijados do centro da cidade, de sofrerem as duras condições da vida na periferia e dos altos aluguéis, a população pobre ainda sofria com os desmandos dos proprietários de imóveis. Um exemplo é o caso de proprietários que solicitavam os imóveis para reformas, com a intenção de aumentar o preço dos aluguéis em até quatro vezes, “casas que estavam alugadas por Cr\$ 180 passaram a Cr\$ 700. Uma alta de 250 %, o que é uma majoração exorbitante, transtornando o orçamento daquele que trabalha e que seu ordenado não sofre alteração”. Estes fatos, segundo A Alvorada,

*“Não acontecem no centro urbano, onde existem todas as comodidades – luz abundante, esgotos, calcamento e transporte –*

---

<sup>218</sup> Diário Popular. Pelotas: 01 de maio de 1957.

<sup>219</sup> A Alvorada. “O problema da habitação”. Pelotas: 27 de setembro de 1952.

<sup>220</sup> A Alvorada. Op. Cit.;

*mas sim, em arrabaldes, onde tudo falta e onde se patina no barro e se anda no meio do carrapicho e respira a podridão de valetas atulhadas de imundícies, e ainda uma nuvem de mosquitos para completar a agonia dos que vivem afastados do centro aristocrático*<sup>221</sup>.

Estes relatos nos informam que neste período existia na cidade um problema habitacional claro, que se convertia numa questão social a ser resolvida pelos poderes públicos e que fazia parte do rol de denúncias dos jornais populares. No que tange ao problema da habitação, a municipalidade local procurava encontrar meios de atenuar o problema. Suas intervenções eram realizadas de forma direta, através da promoção de loteamentos em áreas públicas; ou indireta, através da aprovação de loteamentos da iniciativa privada<sup>222</sup>. Desta forma criou-se no período, uma ampla gama de dispositivos legais que versavam sobre este tema. Em 5 de abril de 1948, é promulgada pelo Prefeito Joaquim Duval (1947-1951) a Lei nº. 9, que autorizava a concessão gratuita de plantas para as pequenas construções. Conforme o artigo 1º. desta mesma lei, *“a Prefeitura Municipal fornecerá gratuitamente plantas para a construção de casa de pequeno valor, para moradia própria de operários em zonas de residências proletárias a critério da prefeitura, e prestará também gratuitamente, orientação técnica aos interessados*<sup>223</sup>.

Para receber os benefícios desta lei, era necessário que o trabalhador fosse proprietário do terreno ou possuísse autorização para construir nele. Além do mais, estavam excluídos deste benefício aqueles trabalhadores que já possuíam casa própria<sup>224</sup>. Estes “favores legais”, promovidos pela Prefeitura Municipal, eram concedidos a título precário e teriam validade *“enquanto perdura-se a escassez de residências proletárias na cidade*<sup>225</sup>.

Em 7 de maio de 1948 é aprovado através da Lei nº. 18, o ante-projeto de saneamento de Pelotas<sup>226</sup>. Esta mesma lei autorizava o Prefeito Municipal a

---

<sup>221</sup> A Alvorada. “Abuso e falta de consideração”. Pelotas: 05 de maio de 1955.

<sup>222</sup> MOURA, Rosa M. Garcia Rolim de. 1998, Op. Cit; p. 57.

<sup>223</sup> Prefeitura Municipal de Pelotas. Leis e decretos: exercício de 1948. Pelotas: Globo, 1949, p. 11-12.

<sup>224</sup> Idem, ibidem; artigo 3º.

<sup>225</sup> Idem, ibidem; inciso único do artigo 1º.

<sup>226</sup> Prefeitura Municipal de Pelotas. Leis e decretos: exercício de 1948. Pelotas: Globo, 1949, p. 18-19.



desapropriar duas áreas na cidade: Uma era situada na Rua Pinto Martins, com a Rua José Brusque, no bairro da Luz, para a construção de um depósito de água; e a segunda era uma ampla área de terrenos situados na zona central da cidade, compreendidos entre a Rua Barroso, Princesa Isabel, o arroio Pepino e o prolongamento da Avenida Bento Gonçalves, para o qual estavam previstas obras de recuperação (aviamento, terraplanagem e elevação do terreno) e posterior ocupação com moradias populares<sup>227</sup>.

Outra medida tomada pelo Poder Público, para resolver a questão habitacional na cidade foi isentar do pagamento de Imposto Predial Urbano, pelo prazo de cinco anos, as edificações de alvenaria que se destinassem ao uso próprio ou de aluguel que fossem construídas dentro do prazo de um ano<sup>228</sup>. Caso o valor líquido do aluguel do prédio não fosse superior a 700 Cruzeiros (Cr\$) mensais, o prazo de isenção dilatar-se-ia para dez anos<sup>229</sup>. Conforme o artigo 2º. da Lei nº. 87, ficavam excluídas dos favores desta lei, as habitações que se destinassem a uso próprio cujo custo real, excluído o terreno, ultrapassassem o valor de Cr\$150.000,00<sup>230</sup>. Já conforme o artigo 3º, os edifícios de apartamentos, também compreendidos nos favores desta lei, *“ficavam excluídos de limitação básica do custo da construção”*<sup>231</sup>. No que tange a Lei nº. 87, fica evidente que o objetivo da prefeitura Municipal ao tomar estas medidas, era aumentar o número de vagas de aluguéis residenciais e o mesmo tempo acelerar a verticalização do perímetro urbano. Devemos ter em mente que a partir deste período, a construção de edifícios da cidade sofre um verdadeiro boom.

Posteriormente, em 7 de dezembro de 1951, a Lei nº. 298 instituiu na cidade um novo Código de Posturas. A redação do referido código, inspirou-se nos códigos de posturas de Bagé, de Uruguaiana, Rio Grande, Porto Alegre e Belo Horizonte. Conforme o parecer da Comissão de Redação Final, sua intenção era dotar o município de um código, *“que abrangendo os mais*

---

<sup>227</sup> Idem, ibidem; artigo 2º.

<sup>228</sup> Lei nº. 87 de 17 de dezembro de 1948. Artigo 1º. Prefeitura Municipal de Pelotas. Leis e decretos: exercício de 1948. Pelotas: Globo, 1949, p. 172-173.

<sup>229</sup> Idem, ibidem; inciso único do artigo 1º.

<sup>230</sup> Idem, ibidem; artigo 2º.

<sup>231</sup> Idem, ibidem; artigo 3º.

*variados aspectos da vida municipal, os discipline, fixando-lhes as normas gerais*<sup>232</sup>.

Esta nova lei instituiu um novo perímetro urbano para a cidade, dividindo-a em duas áreas: a zona urbana e a zona suburbana. Os limites da zona urbana eram do Canal de São Gonçalo ao arroio Pepino, a Avenida Domingos de Almeida, o Corredor das Tropas, a Tablada, a Estrada da Barbuda, a ferrovia Pelotas-Monte Bonito, o arroio Santa Bárbara, a Estrada da Guabiroba, a Avenida General Daltro Filho, o Arroio Moreira, a ferrovia Pelotas-Bagé, a Rua Frederico Bastos e novamente a ferrovia Pelotas-Bagé até o Canal de São Gonçalo. A zona suburbana, compreendia uma ampla área em torno da zona urbana, situada entre o arroio Pelotas e o arroio Moreira no Fragata<sup>233</sup>.

Com o novo código de Posturas, buscava-se ordenar, padronizar e regulamentar as novas edificações, dando um aspecto mais “civilizado” à cidade. Procurava-se também enquadrar os espaços ainda não ocupados na área central da urbe, as novas exigências do processo de urbanização. No capítulo V do código de posturas, tratava-se da questão dos terrenos não edificados. Conforme o artigo 80, os proprietários dos terrenos não edificados na zona urbana eram obrigados a mantê-los capinados, limpos e drenados. Os que não o fizessem, seriam intimados pela Prefeitura Municipal por edital ou “*memorandum*”, a fazê-lo dentro de Prazo determinado. Findo o Prazo e não atendida a intimação, a Prefeitura realizaria o serviço, cobrando do proprietário a despesa respectiva e mais uma multa de Cr\$ 100, 00; elevada ao dobro no caso de reincidência<sup>234</sup>.

O artigo 81 dizia respeito a existência dos terrenos pantanosos dentro dos limites urbanos, segundo ele os proprietários de terrenos pantanosos que se localizassem dentro do perímetro urbano, onde se acumulassem as águas, eram obrigados a esgotá-los ou aterrâ-los, dentro de um prazo marcado pela Prefeitura Municipal. Aqueles que não realizassem tais obras sofreriam multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 1.000,00. Fazendo-se o esgoto ou o aterro à custa do

---

<sup>232</sup> Município de Pelotas. Código de Posturas (Lei nº. 298, de 07 de dezembro de 1951). Pelotas: Echenique & Cia., 1952, p. 8.

<sup>233</sup> Idem, ibidem, p. 10-11.

<sup>234</sup> Idem, ibidem; artigo 80, p. 27.

infrator<sup>235</sup>. O artigo 82 do Código de Posturas Municipais determinava que os proprietários de terrenos não edificados que dão frente para via pública estavam obrigados a murá-los e a calçar os passeios fronteiros; sempre que houvesse meio fio, quem não cumprisse esta determinação legal estava sujeito a uma multa de Cr\$ 500,00; por semestre. Todas estas medidas tomadas pelo poder público local, no sentido de disciplinar estes espaços ainda não ocupados na zona urbana da cidade, visavam claramente acelerar o processo de novas construções.

Estas medidas tiveram continuidade durante a gestão do prefeito Mario Meneghetti (1952-1956). Em 11 de julho de 1953, através da Lei 425, a Prefeitura Municipal estava autorizada a vender do edifício onde funcionava o “Grande Hotel”<sup>236</sup>, cujo valor seria *“utilizado em sua totalidade para a construção de casas populares”*<sup>237</sup>. A Lei 456, do mesmo ano, criava a “Taxa da Casa Popular”, que correspondia a 10% do valor do Imposto Predial e do Alvará de Licença para construção de casas ou edifícios com área construída acima de 200 m<sup>2</sup> e se destinava a *“incrementar a construção de casas para a venda a proletários, mediante pagamento em prestações módicas”*<sup>238</sup>. Em verdade, com esta lei ensaiava-se uma tentativa de distribuição de renda, via tributação diferenciada. Ainda no mesmo ano, através da Lei 462, foram doados pelo município a Associação dos Servidores Hidroviários do Rio grande do Sul, 96 lotes de terrenos na zona do bairro da Várzea. Estes lotes se destinavam exclusivamente a construção de casas residenciais, que constituiriam a chamada “Vila Hidroviária de Pelotas”<sup>239</sup>.

Em 04 de dezembro de 1953, foi criado pela Lei 473 o Departamento Municipal Autônomo da Habitação Popular. Este órgão tinha como finalidade executar, com receitas próprias, “as obras de construção de casas populares”, bem como a venda das mesmas<sup>240</sup>. Faziam parte deste novo departamento ainda, uma olaria e a pedreira municipal, que tinham como finalidade baratear o

---

<sup>235</sup> Idem, ibidem; artigo 81, p. 28.

<sup>236</sup> A construção do Prédio do Grande Hotel teve início em 1925 e por motivo de dificuldades financeiras, o prédio foi adquirido pela Prefeitura Municipal em 1928.

<sup>237</sup> Prefeitura Municipal de Pelotas. Leis e decretos: exercício de 1953. Pelotas: Globo, 1954, p. 37-38.

<sup>238</sup> Idem. Ibidem, p. 76.

<sup>239</sup> Idem. Ibidem, p. 84-85.

<sup>240</sup> Prefeitura Municipal de Pelotas. Leis e decretos: exercício de 1953. Pelotas: Globo, 1954, p. 96-97.

preço do material de construção. Neste período foram construídas e entregues 63 casas populares, as casas eram *"na maioria de madeira, com parede dupla, e banheiro e cozinha de alvenaria e outras inteiramente de material, dotadas de água e esgoto, de baixo custo, incluídos os terrenos"*<sup>241</sup>, o prazo para o pagamento das casas era de dez anos, em prestações mensais, com ou sem entrada inicial.

O custo de vida e carestia dos produtos de consumo básico das camadas populares era outro grande problema que afligia a população pobre da cidade e gerava grandes preocupações e descontentamentos. Segundo o periódico a Alvorada,

"Falar sobre a carestia da vida oriunda da alta dos gêneros de primeira necessidade é bater numa tecla fanhosa e desafinada (...) a situação era grave. O comércio local esta livre, cada um vende e age como bem entende, não existindo tabelamento que seja por ele respeitado – razão esta que torna a vida [da população pobre] um verdadeiro e intrincado problema, difícil de resolver, mesmo pelo mais emérito matemático"<sup>242</sup>.

A Prefeitura Municipal lançava mão de várias estratégias para amenizar as duras condições de vida das classes populares da cidade. Uma delas foi a criação do Departamento do Abastecimento Municipal<sup>243</sup>. Através dele, os trabalhadores poderiam adquirir gêneros de primeira necessidade como o leite, o arroz, o açúcar, o feijão, o café, o charque e a farinha de trigo, por um preço inferior, aos praticados usualmente pelos comerciantes locais. A compra dos produtos era feita pela prefeitura nos centros produtores, vendendo-se os artigos diretamente aos consumidores, nos armazéns municipais<sup>244</sup>. O Departamento do Abastecimento Municipal contava com seis armazéns e doze açougues populares, que estavam espalhados pelos principais bairros operários da cidade, e se configurava em uma clara tentativa do Poder Público

---

<sup>241</sup> A Alvorada. "Importantes obras e melhoramentos executados pelo atual prefeito de Pelotas". Pelotas: 05 de maio de 1955.

<sup>242</sup> A Alvorada. "Sobreviver ou morrer". Pelotas: 29 de setembro de 1956.

<sup>243</sup> Prefeitura Municipal de Pelotas. Leis e decretos: exercício de 1952. Pelotas: Globo, 1953, Lei nº. 342, p. 30.

<sup>244</sup> Diário Popular. Pelotas: 27 de agosto de 1952.

Municipal de forçar o barateamento dos principais itens de consumo da classe trabalhadora.

A situação do transporte coletivo em Pelotas, também é outro claro indicativo das condições de vida de sua população. A partir da instalação dos bondes elétricos na cidade, em 1915, Pelotas começou a contar com um moderno e eficiente serviço de transporte coletivo. Mas com a série de crises e problemas financeiros que enfrentou a Light & Power durante os anos que se seguiram, inúmeros carros foram retirados e diversas linhas tiveram seu funcionamento extinto ou reduzido (figura 18). Em 1953, A Alvorada publica uma reportagem, na qual os editores do jornal fazem inúmeras críticas a situação precária, dos serviços de transporte coletivo em Pelotas. Segundo o semanário, *“ninguém ignorava que Pelotas, desde a muito vinha sofrendo um retrocesso no seu serviço de transporte coletivo”*<sup>245</sup> Com a retenção do serviço de bondes elétricos, ocorridos durante o início da década de 50, a cidade contava com apenas uma linha, a do Fragata, e segundo A Alvorada, isto causava um grande prejuízo a população<sup>246</sup>.

Visando solucionar o problema do transporte coletivo na cidade, a Administração Local firmou contrato com a empresa de ônibus Sociedade de Transportes Urbanos e Rurais (STUR), para que ela substituiu-se os bondes elétricos. A frota da STUR compunha-se de 28 ônibus, que faziam as linhas do Areal, do Capão do Leão, do Fragata, do Porto, do Retiro, da Santa Teresinha, das Três - vendas, do Cemitério e o Circular<sup>247</sup>. Mesmo com a instalação do serviço de ônibus da STUR, o problema do transporte coletivo na cidade persistia. Em algumas áreas, como a parte sul da cidade, que compreendia a estação ferroviária e as vilas e bairros daquela zona, havia a falta de um meio de condução para o centro da cidade, o que segundo a Alvorada, causava grande transtorno e desconforto aos moradores daquela área<sup>248</sup>.

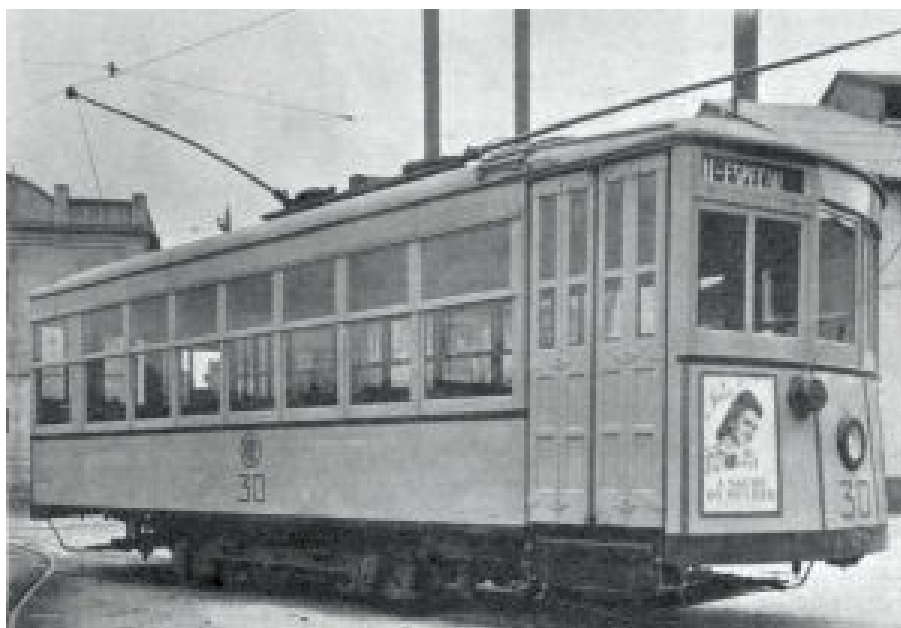
---

<sup>245</sup> A Alvorada. “Questão de transporte”. Pelotas: 04 de julho de 1953.

<sup>246</sup> Idem, ibidem.

<sup>247</sup> Diário Popular. Pelotas: 27 de agosto de 1952.

<sup>248</sup> A Alvorada. “A falta de transportes”. Pelotas: 21 de agosto de 1954.



Fonte: Projeto Pelotas Memória/ postais/ 2002

**Figura 18 – Bonde elétrico Safety-Cars (1955)**

Segundo A Alvorada de 27 de novembro de 1954, a instalação em caráter oficial da empresa STUR pareceu a principio corresponder as necessidades da população; *“uma ilusão que logo se dissipou, pois os ônibus, apesar de poucos, tiveram o mesmo fim dos bondes – acumulados nas oficinas de reparação, diminuindo a frota e prejudicando o povo”*<sup>249</sup>. Diante das constantes reclamações, com relação ao serviços prestados pela STUR, a Prefeitura Municipal na tentativa de solucionar a falta do serviço de transporte coletivo, *“rescindiu o contrato com a dita empresa, e autorizou empresas particulares a explorarem o serviço de transporte coletivo nas diversas linhas em que se divide a cidade”*<sup>250</sup>. O ato não surtiu o efeito desejado pela municipalidade, pois a falta de transporte permaneceu e a população que vivia nas vilas e nos arrabaldes da cidade, continuava sofrendo com as conseqüências do péssimo meio de locomoção. Segundo A Alvorada, um dos principais motivos do descontentamento da população, era a inexistência de um horário certo, para a saída dos ônibus, o que sem dúvida *“prejudicava os que trabalham e obedecem a rigor o horário de entrada nos seus empregos, uma falta que deve ser corrigida a bem do interesse do povo”*<sup>251</sup>.

<sup>249</sup> A Alvorada. “O problema do transporte coletivo”. Pelotas: 27 de novembro de 1954.

<sup>250</sup> Idem, ibidem.

<sup>251</sup> Idem, ibidem.

O problema se arrastaria ainda por vários anos sem que se encontrasse uma solução adequada. Segundo o semanário A Alvorada de 19 de janeiro de 1957, apesar dos grandes esforços da prefeitura municipal,

*“Ainda não foi encontrada a maneira de resolver o transporte coletivo na 2ª maior cidade do estado. Pelo contrário; cada ano que passa aumentam as deficiências do serviço de transporte público. Pelotas está a mercê de companhias e empresas particulares de ônibus que não correspondem ao conforto devido ao público, nem as necessidades da urbs que cresce”<sup>252</sup>.*

### **Os diferentes olhares sobre a modernização da CTMR**

Não era somente o discurso de modernização da cidade que possuía contraditórios e conflitantes enfoques, o próprio discurso de modernização da CTMR também os possuía. Se a justificativa da modernização, encontrada na documentação oficial da companhia, era no sentido de dotar a cidade de um serviço telefônico moderno, eficiente e integrado a todas as regiões do estado e do país; a análise da documentação produzida pela imprensa local, nos revela outros olhares sobre este mesmo processo. Conforme o Diário Popular de 30 de julho de 1949, já era tempo de dotar a cidade de um moderno serviço de telefones automáticos, uma vez que *“Os velhos telefones andam funcionando mal, e o pobre mortal perde, quase sempre, preciosos minutos para obter uma ligação. A atual situação, além de prejudicial, chega ser ridícula para uma cidade como Pelotas, a segunda do estado”<sup>253</sup>.*

Em algumas localidades, como no distrito do Monte Bonito, havia déficit no fornecimento de linhas. O que causava, segundo o Diário Popular, *“sérios embaraços e sensíveis prejuízos, já que esta se tratava de uma importante zona da cidade, onde se encontravam localizados vários estabelecimentos agrícolas, industriais, comerciais e repartições públicas”<sup>254</sup>.* Segundo o periódico, para solucionar este caso a Câmara Municipal de Pelotas havia

---

<sup>252</sup> A Alvorada. “Transporte coletivo: o problema da cidade”. Pelotas: 19 de janeiro de 1957.

<sup>253</sup> Diário Popular. Pelotas: 30 de julho de 1949.

<sup>254</sup> Diário Popular. Pelotas: 18 de junho de 1952.

enviado ao Executivo Municipal um ofício, solicitando que fossem tomadas as necessárias providências junto à direção da CTMR, no sentido de “*serem aumentadas pelo menos para três ou quatro, o número de linhas telefônicas entre a central de Pelotas e o centro telefônico do Monte Bonito. E que sejam, com urgência mandado realizar os necessários reparos nas suas linhas e nas instalações deste mesmo centro telefônico*”<sup>255</sup>.

A situação da rede telefônica da companhia era precária. Conforme o Relatório de Tombamento Físico-Contábil de 1957, as linhas urbanas eram executadas, quase em sua totalidade, com postes de ferro, entretanto, esta rede encontrava-se em “*precário estado de conservação: cruzetas deslocadas, isoladores quebrados, postes carcomidos pela ferrugem e etc*”<sup>256</sup>. As linhas rurais eram realizadas, em geral, com postes de madeira de lei, sendo que em alguns trechos haviam sido empregados postes de concreto. Estas redes também se encontravam em péssimas condições de conservação. A direção da CTMR alegava que a falta de um serviço de conservação adequado nas referidas linhas, era decorrente da falta de recursos para a manutenção. E os trabalhos de reparo e ampliação das linhas, eram feitos de forma esporádica e conforme eram exigidos pelo serviço<sup>257</sup>.

Outro fato que merece destaque é a questão dos trotes telefônicos. Se por um lado, a automatização do serviço de telefonia trouxe inúmeros benefícios para população, com um serviço telefônico rápido e eficiente; por outro lado, tornaram-se mais freqüentes os “maliciosos trotes telefônicos”. Segundo dados da imprensa local no ano de 1954, um ano após a instalação do serviço telefônico automático, foram registradas junto a Delegacia de Polícia da cidade mais de 100 queixas de caráter grave. A manchete publicada no Diário popular de 22 de julho de 1954, denunciava que “*com a instalação dos telefones automáticos, começou a verificar-se, com freqüência na cidade, a abusiva prática dos trotes. Alguns inofensivos, inocentes e outros porém,*

---

<sup>255</sup> Idem, ibidem.

<sup>256</sup> COMISSÃO ESTADUAL DE COMUNICAÇÕES. Tombamento Físico-contábil da CTMR. Porto Alegre: 1957, p. 22.

<sup>257</sup> Idem, lbidem.



*eivados de malícia, para culminar nos que assumem caráter de gravidade, por constituírem verdadeiros atentados a moral*<sup>258</sup>.

Devido ao grande número de queixas que estavam se avolumando, a polícia local empenhou-se em uma campanha saneadora contra os trotes telefônicos. Como a grande maioria trotes tinha origem nos cafés, bares, armazéns e outros estabelecimentos de idêntico fim, e que em certos casos, envolviam assinantes idôneos, que na boa fé, emprestavam seus aparelhos a “pessoas inescrupulosas”, as autoridades policiais sugeriam que a título de colaboração e mesmo para evitar possíveis incômodos, que os assinantes:

*“Ao emprestarem seus aparelhos devem previamente indagar da pessoa que pediu o telefone, para onde vai falar, e sempre que possível fazer a ligação, entregando o fone, depois do aparelho chamado ser atendido. Nos casos de residências particulares, verificava-se que os trotes partiam geralmente de empregados domésticos, cabendo então as pessoas da casa precaverem-se, a fim de evitar situações desagradáveis*<sup>259</sup>.

A CTMR por sua vez, alertava a seus assinantes que podia identificar com absoluta segurança o aparelho que fosse utilizado para tais fins, bastando apenas que para isso, o usuário que fosse “troteado”, deixasse o fone de seu aparelho fora do gancho e procurasse o telefone mais próximo, discando para o número 1314 da companhia. A partir deste momento o número do aparelho de onde partiu a chamada, era comunicado a delegacia de polícia ficando então o caso ao alcance das autoridades policiais. Para que o fato fosse levado adiante, era necessário que a pessoa ofendida registra-se queixa na repartição policial. Somente deste modo a polícia poderia intimar o responsável pelo aparelho acusado a prestar os devidos esclarecimentos. Segundo informa o relato do Sr. Manoel Rodrigues Gomes, um dos diretores da CTMR, publicado no Diário Popular: *“frequentemente o fone 1314 da companhia era chamado para identificar trotes e muitas dessas pessoas, desinteressam-se de levar o*

---

<sup>258</sup> Diário Popular: “Assumem caráter grave os trotes telefônicos em Pelotas”. Pelotas: 22 de julho de 1954.

<sup>259</sup> Idem, ibidem.

*caso adiante quando o funcionário esclarecia a parte interessada que a informação pedida seria encaminhada diretamente a delegacia de polícia*<sup>260</sup>.

Segundo a imprensa, a polícia local agia de forma enérgica contra aquele que usassem o telefone para fins abusivos. Não só aplicando as penalidades legais, como também prometia dar publicidade do número do aparelho de onde partiu o chamado e publicando, quando apurada a culpa, o nome de quem usou o telefone para a prática de atos reprováveis<sup>261</sup>.

---

<sup>260</sup> Idem, ibidem.

<sup>261</sup> Idem, ibidem.

## **CAPITULO 4 - O perfil dos sócios da CTMR e os custos do investimento capitalista**

Em uma sociedade capitalista a construção e a expansão das redes técnicas obedecem a determinadas premissas e todo empreendimento efetuado destina-se a um público específico e a um determinado perfil de associados. A CTMR constituiu-se como uma sociedade de caráter anônima, formada por 780 acionistas, cujo capital era obtido através da emissão de Debêntures<sup>262</sup>. No início da década de 50 a companhia possuía um total de 3.300 linhas, cujas redes técnicas eram distribuíam entre as zonas urbana, suburbana e rural da cidade de Pelotas. Segundo já vimos nos capítulos anteriores, neste período a empresa esta impossibilitada de aceitar novos pedidos de ligação, pois a capacidade de sua rede física estava praticamente esgotada.

Os estudos para a melhoria e ampliação dos serviços telefônicos da CTMR tiveram início no ano de 1949. Neste ano a direção da companhia enviou ao poder executivo local um documento, onde relatava de forma detalhada as condições de suas redes telefônicas e apresentava um projeto de solução do problema. Esta solução, em virtude da grande quantidade de investimento de capital necessário para a realização dos novos empreendimentos, passava pela revisão das tarifas atuais, que teriam de ser aumentadas para fazer frente aos encargos decorrentes da modernização do serviço telefônico<sup>263</sup>.

Após tomar conhecimento do projeto de modernização do serviço telefônico, o Prefeito Joaquim Duval contatou a Associação Comercial de Pelotas e as demais associações de classe da cidade, com o intuito de obter deles um parecer sobre a revisão das atuais tarifas telefônicas<sup>264</sup>. A intenção de Duval era obter os pontos de vistas das entidades representativas do Comércio e do setor de serviços da cidade, para logo em seguida decidir se deveria encaminhar a proposta de revisão das tarifas ao Legislativo local.

---

<sup>262</sup> COMISSÃO ESTADUAL DE COMUNICAÇÕES. Tombamento Físico-contábel da CTMR. Porto Alegre: 1957, p.18.

<sup>263</sup> Diário Popular. Pelotas: 12 de julho de 1949.

<sup>264</sup> Idem, Ibidem.

Em 27 de outubro de 1949 é promulgada a lei nº. 134 que autorizava o Prefeito Municipal a aprovar a revisão de tarifas da Companhia Melhoramento e Resistência. A revisão das então atuais tarifas mensais, estava condicionada a automatização do serviço telefônico e o prazo para o fim das obras era de três anos<sup>265</sup>. A revisão de tarifas solicitada pela CTMR incluía dois momentos: um aumento começaria a vigorar quando fosse a aprovada da lei de revisão das tarifas e duraria até a data da automatização do serviço, e o outro aumento seria dado a partir da inauguração do serviço telefônico automático. Na lei estava previsto ainda, que para as instalações de telefone e mudanças seria cobrado o somente o custo efetivo. Já para as linhas suburbanas e rurais seria cobrada uma taxa de conservação no valor de CR\$ 5,00 por quilômetro<sup>266</sup>. Vejamos na tabela abaixo como ficaram as novas tarifas:

**Tabela V - Tarifas mensais propostas pela CTMR para a automatização do serviço telefônico em Pelotas (1949)**

<b>Classificação dos assinantes</b>	<b>Tarifa atual (1949)</b>	<b>Tarifa Pré-automatização</b>	<b>Tarifa pós-automatização</b>
Residenciais	Cr\$ 36,30	Cr\$ 50,00	Cr\$ 70,00
Profissões Liberais	Cr\$ 52,80	Cr\$ 70,00	Cr\$ 80,00
Negócios	Cr\$ 71,50	Cr\$ 80,00	Cr\$ 95,00
Grandes negócios	Cr\$ 88,00	Cr\$ 100,00	Cr\$ 120,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas. Leis e decretos: exercício de 1949. Pelotas: Globo, 1950, Lei nº. 134, p. 51 – 52.

Calculando-se o valor da soma dos dois aumentos em cruzeiros, observa-se que os assinantes residenciais e os grandes negociantes foram os que mais sofreram o impacto dos novos reajustes, pois suas tarifas foram as que mais cresceram, respectivamente: Cr\$ 33,70 e Cr\$ 32,00. Já os menores reajustes foram registrados para os assinantes que estavam entre os profissionais liberais e pequenos e médios negociantes, o aumento real de suas tarifas ficou em Cr\$ 27, 20 e Cr\$ 23,50 respectivamente. Curiosamente,

<sup>265</sup> Prefeitura Municipal de Pelotas. Leis e decretos: exercício de 1949. Pelotas: Globo, 1950, Lei nº. 134, artigo 2º, p. 51. Em 1952, em virtude do atraso nas obras de instalação dos serviços telefônicos automáticos, a lei nº. 362 prorroga até 31 de março de 1953, o prazo de vigência da lei nº. 134 do exercício de 1949.

<sup>266</sup> Idem, ibidem, p. 52.

são estes dois grupos sociais, os comerciantes e as camadas médias urbanas, que formam a maioria quadros existentes na associação Comercial de Pelotas e na direção da CTMR.

A documentação contábil da empresa, balancetes e planilhas de gastos, são instrumentos que podem nos dar bons indicativos a respeito dos custos deste investimento capitalista. Analisando-se a contabilidade da companhia observa-se que a partir de 1952, com as novas perspectivas abertas pela instalação do tráfego mútuo e automatização do serviço telefônico, a empresa rapidamente se desenvolveu, alcançando uma excepcional fase de expansão. Tomando por base a conta “Rede Telefônica”, que predominou até 1954 na contabilidade da companhia, juntando centrais, aparelhos, fios, instalações pertencentes e etc., tendo pouca repercussão as outras contas de investimento, no cômputo total, encontramos a seguinte situação:

**Tabela VI - Conta Rede Telefônica: percentagens cumulativas.**

<b>Anos</b>	<b>Percentual</b>
1941-1950	31%
1951-1956	235%

Fonte: COMISSÃO ESTADUAL DE COMUNICAÇÕES. Tombamento Físico-contábil da CTMR. Porto Alegre: 1957, p.17.

Através dos números apresentados atestam-se as afirmações anteriores. Se no período de 1941 a 1950 a companhia teve uma pequena ascensão de 31%, no anos 1951-1956 ela sofre um crescimento vertiginoso de 235%, proveniente da instalação dos serviços de tráfego mútuo e de telefones automáticos. Quanto aos lucros da empresa, constata-se que até 1946, foram muito limitados. O ano de 1942 foi o que assinalou melhores resultados, assinalando um lucro de Cr\$ 400.479, 900. Uma sensível melhora observa-se a partir de 1947, principalmente nos últimos três anos. Ao balanço anual de 1954, foi computado um acréscimo no lucro, no valor de Cr\$ 973.534,90, referente a venda de sua antiga central, com 3.300 linhas, a Companhia Telefônica

Nacional<sup>267</sup>. Para uma melhor percepção da situação econômica da companhia no período, transcrevemos os seguintes dados, extraídos de seus balanços:

**Tabela VII - Balanços anuais da CTMR (1940-1956)**

Anos	Conta Rede Telefônica	Renda	Lucros
1940	Cr\$3.456.764,000	Cr\$ 874.702,500	Cr\$ 251.387,200
1941	Cr\$3.497.443,000	Cr\$ 897.349,800	Cr\$ 359.095,000
1942	Cr\$ 3.532.923,800	Cr\$ 954.796,600	Cr\$ 400.479,900
1943	Cr\$ 3.604.056,000	Cr\$ 993.626,200	Cr\$ 393.571,500
1944	Cr\$ 3.706.403,400	Cr\$ 1.045.937,000	Cr\$ 329.950,400
1945	Cr\$ 3.761.765,60	Cr\$ 1.176.070,10	Cr\$ 346.218,60
1946	Cr\$ 3.899.476,40	Cr\$ 1.306.051,90	Cr\$ 330.636,00
1947	Cr\$ 4.027.506,90	Cr\$ 1.753.294,80	Cr\$ 594.427,00
1948	Cr\$ 4.175.132,40	Cr\$ 2.028.853,70	Cr\$ 688.836,80
1949	Cr\$ 4.328.022,10	Cr\$ 2.221.618,40	Cr\$ 665.200,10
1950	Cr\$ 4.524.820,20	Cr\$ 3.517.606,30	Cr\$ 1.085.833,70
1951	Cr\$ 4.601.171,80	Cr\$ 3.566.779,60	Cr\$ 1.202.276,70
1952	Cr\$ 4.451.919,80	Cr\$ 3.648.860,60	Cr\$ 682.892,70
1953	Cr\$ 4.439.259,80	Cr\$ 4.657.206,40	Cr\$ 897.376,70
1954	Cr\$ 13.624.100,20	Cr\$ 5.315.272,20	Cr\$ 2.483.279,30
1955	Cr\$ 14.471.900,90	Cr\$ 7.344.639,40	Cr\$ 1.941.589,50
1956	Cr\$ 15.261.829,10	Cr\$ 9.334.453,80	Cr\$ 2.694.939,20

Fonte: COMISSÃO ESTADUAL DE COMUNICAÇÕES. Tombamento Físico-contábel da CTMR. Porto Alegre: 1957, p.19.

Conforme os dados da tabela VII, observa-se que a partir da instalação do sistema de tráfego mútuo (1952) e da automatização do serviço telefônico (1953), a CTMR obteve um significativo aumento de seu capital e os lucros da companhia quase que triplicaram dentro do curto prazo de um ano, possibilitando assim uma grande expansão da empresa. Já no ano seguinte, em 1954, o conselho fiscal da CTMR sugere a diretoria da companhia que seja realizado um estudo sobre a ampliação da nova central automática, tendo em

<sup>267</sup> COMISSÃO ESTADUAL DE COMUNICAÇÕES. Tombamento Físico-contábel da CTMR. Porto Alegre: 1957, p. 17.

vista “o crescente desenvolvimento do comércio local e o aumento constante de edificações residenciais”<sup>268</sup>. Este projeto de ampliação da central automática previa a aquisição e extensão de mais duas mil linhas e era orçado em 14 milhões de cruzeiros<sup>269</sup>. Ainda no mesmo ano, a companhia adquiriu um terreno na Rua Barão de Santa Tecla, entre as ruas General Telles e D. Pedro II, para o qual estavam destinadas as obras de construção do pavilhão de almoxarifado e do depósito de veículos<sup>270</sup>.

Em 1955, para poder custear a aquisição de novos aparelhos telefônicos e de diversas mesas de P. A. B. X., a companhia solicita a Prefeitura Municipal uma nova revisão de tarifas e propõe a seus sócios uma elevação de capital. Com este novo aumento, o capital da empresa que era de Cr\$ 7.300.000,00 passou para Cr\$ 10.000.000,00<sup>271</sup>. Segundo a direção da CTMR, os novos equipamentos eram destinados a atender a crescente demanda dos hotéis e dos edifícios coletivos da cidade<sup>272</sup>. Durante o ano de 1956, tendo em vista o grande desenvolvimento da zona noroeste da cidade, são estendidos para a aquela região 1.200 pares de cabos telefônicos<sup>273</sup>.

No início do ano de 1957, começam as negociações entre a CTMR e a direção da empresa sueca Ericsson S/A para efetuar uma ampliação de 2000 linhas na nova central automática. O valor total da importação dos novos equipamentos telefônicos era de Cr\$ 14.000,000 e seriam gastos mais Cr\$ 500,000 com a montagem das linhas<sup>274</sup>. Para a realização deste empreendimento, foi realizado um novo aumento de capital e um financiamento em nove parcelas semestrais junto a direção da Ericsson. Segundo a diretoria da CTMR, o motivo para a extensão de mais 2000 linhas, era por que a companhia possuía “1.700 novos pedidos de ligações de telefones, e estava impossibilitada de atendê-los”<sup>275</sup>.

Estes fatos nos revelam de forma clara, o quão lucrativo era o investimento neste setor. Justificando assim o interesse da elite local e das

---

<sup>268</sup> CTMR. Livro de Atas do Conselho Fiscal, ata 101, 17 de fevereiro de 1954.

<sup>269</sup> Idem, ibidem; ata 104, 09 de novembro de 1954.

<sup>270</sup> Idem, ibidem; ata 102, 22 de abril de 1954. No local, atualmente se situa a Associação dos Ex - Funcionários da CTMR.

<sup>271</sup> CTMR. Livro de Atas das assembléias gerais, ata 57, 28 de julho de 1955.

<sup>272</sup> Idem, ibidem.

<sup>273</sup> CTMR. Livro de Atas da Diretoria, ata 7, 28 de julho de 1956.

<sup>274</sup> CTMR. Relatório do Conselho Fiscal, 5 de junho de 1957.

<sup>275</sup> CTMR. Correspondências enviadas, 25 de janeiro de 1957.

camadas médias da cidade em investir neste tipo de empreendimento. Estes dados nos proporcionam também, uma idéia aproximada da dimensão da procura pelo serviço telefônico na cidade. Onde na maioria das vezes a oferta dos serviços era quase sempre superada pela demanda pelos mesmos.

### **Percepções individuais do processo de modernização do serviço telefônico da CTMR**

As constantes mudanças no campo da historiografia moderna tornaram possível aos historiadores a opção pela chamada “História vista de baixo”, esta nova forma de “fazer-se a História” estava preocupada com as práticas e as concepções de mundo dos “homens comuns”, das chamadas “classes populares”, permitindo assim a recriação do passado a partir de pessoas simples<sup>276</sup>. Este novo posicionamento possibilitou que se resgatasse a ação dos indivíduos enquanto sujeitos da sua própria História. Com esta mudança de enfoque, os historiadores puderam ampliar seus estoques metodológicos e a oralidade foi novamente incorporada ao métier historiográfico<sup>277</sup>.

A História Oral, enquanto metodologia de pesquisa, pode ser caracterizada como uma forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida, mantendo um compromisso com o contexto social mais amplo. A razão de ser desta história é exatamente a presença do passado no presente imediato das pessoas, por isso costuma-se dizer que a História Oral é sempre uma história do tempo presente, uma história viva<sup>278</sup>. No entanto, conforme nos lembra Bosi, “*Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com as imagens e idéias de hoje, as experiências do passado*”<sup>279</sup>.

Considerando-se a evocação do passado como substrato da memória, pode-se deduzir que em sua relação com a História, a memória constitui-se

---

<sup>276</sup> BURKE, Peter. **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 12.

<sup>277</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Teoria da história e reabilitação da oralidade: In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **A aventura (auto) biográfica: Teoria e empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 37-74.

<sup>278</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1998, p.17-18.

<sup>279</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 55.



como uma Forma de preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Mas esta “preservação” e “retenção” do tempo, é sempre mediada pela percepção no presente. Esta questão não é nova, ao longo do século XX vários pesquisadores se dedicaram ao estudo das relações entre a percepção e a memória.

O filósofo francês Henri Bergson (1859-1941), na tentativa de superar a dicotomia entre real e ideal, materialismo e idealismo, presentes em grande parte da tradição ocidental, sugere que toda percepção esta impregnada de lembranças. Aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos, misturamos milhares de detalhes de nossa experiência passada. Na maioria das vezes, tais lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais não retemos mais que algumas indicações, simples signos destinados a nos trazer à memória antigas imagens. Desse modo, o passado é incorporado continuamente pelo presente; para Bergson, a vida consiste num enrolar-se contínuo, visto que o passado cresce sem cessar a cada presente que ele incorpora em seu caminho, encerrando a imagem incessantemente crescente do passado e testemunhando a carga sempre mais pesada que arrastamos atrás de nós à medida que envelhecemos<sup>280</sup>.

Em *Matéria e memória*, Bergson aprofunda seu conceito de memória, na tentativa de provar a realidade do espírito e da matéria<sup>281</sup>. Segundo este autor, a memória tem tanto uma dimensão material – visto que ela só é possível através da percepção – e outra espiritual, que vai além da materialidade herdada da percepção. Não há percepção sem memória, pois ela esta impregnada de lembranças, de milhares de detalhes de nossa experiência passada<sup>282</sup>, desse modo, por mais breve que seja uma percepção, ela sempre ocupa uma certa duração, exigindo do sujeito um esforço de memória. É válido destacar que pela percepção se dá a materialidade da memória, haja vista que a percepção está tanto nos centros sensoriais, quanto nos centros motores do corpo, imagem-referência das outras imagens. Conforme Bergson, as imagens passadas completam a todo instante a experiência presente. Se há uma

---

<sup>280</sup> BERGSON, Henri. Introdução à Metafísica. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 21-22.

<sup>281</sup> BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 1.

<sup>282</sup> BERGSON, Henri. Op. Cit., p. 22-23.

intuição quase instantânea, ela é ínfima em comparação com os acréscimos da memória na percepção<sup>283</sup>.

Gaston Bachelard (1884-1962), por sua vez, continuou as premissas bergsonianas, na medida em que este pensador vê a concepção de tempo, como algo intrínseco ao sujeito, ou seja, como uma tendência que situa o tempo na alma – ou se preferir-mos – na consciência de cada indivíduo. Em *Dialética da duração*, este autor concebe uma nova interpretação a duração bergsoniana. Como ele mesmo diz, sua interpretação é fundar um “bergsonismo descontínuo”, através da “Ritmanálise”<sup>284</sup>.

Para Bachelard, a única realidade temporal é a do instante, de um tempo fundamentalmente descontínuo. Os fenômenos temporais não duram todos do mesmo modo e a concepção de tempo único corresponde a uma visão que não aprende a diversidade temporal dos fenômenos<sup>285</sup>, segundo ele, ha lacunas na duração e a vida complexa baseia-se numa pluralidade de durações que não tem o mesmo ritmo, nem a mesma solidez de encadeamento, nem o mesmo poder de continuidade<sup>286</sup>.

Com relação às lembranças que temos do passado, Bachelard afirma, seguindo Bergson, que nosso passado inteiro vela atrás de nosso presente. Nesse sentido, a diferença entre Bergson e Bachelard é que, no primeiro, a memória provém da duração contínua, ao passo que, no segundo, surge de uma duração carregada de intervalos e obedecendo a diferentes ritmos de duração.

A contribuição destes dois pensadores acrescenta-se as reflexões do sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945). Este autor nos alerta que as lembranças são imagens, que são construídas pelos materiais que estão, agora, a nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual; conforme Halbwachs, “*se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar: O maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos, ou outros homens, no-las provocam*”<sup>287</sup>, pois a memória do indivíduo, depende de seu relacionamento

---

<sup>283</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>284</sup> BACHELARD, Gaston. **Dialética da duração**. São Paulo: Ática, 1988, p.16.

<sup>285</sup> BACHELARD, Gaston. Op. Cit., p. 16-17.

<sup>286</sup> BACHELARD, Gaston. Op. Cit., p. 7.

<sup>287</sup> HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 1990, p. 27.

com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; em fim com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo<sup>288</sup>. Deste modo, Halbwachs nos mostra que a memória é um fenômeno coletivo, formado a partir de determinados quadros e/ou molduras sociais que são compartilhados pelos indivíduos no presente. Sendo assim, a memória é constantemente reconstruída e reavaliada.

As reflexões destes três pensadores são de uma importância impar para os historiadores da oralidade; pois eles nos chamam a atenção para a questão de que o passado, constantemente evocado pelos depoentes, é mais do que tudo, uma construção simbólica, necessária para a afirmação de seus lugares no mundo. Dessa forma, nem o passado é passível de ser apreendido em sua totalidade, posto que concebido no campo da subjetividade, nem tampouco desliza, transcorre na lembrança, numa uniformidade temporal.

Contudo, mesmo sabendo de todos os impasses e ambigüidades que são característicos do trabalho de memorização, a utilização dos relatos de vida é extremamente significativa, na medida em que eles adensam a compreensão de um período, revelando-nos uma atmosfera que é em si particular e que dificilmente poderia ser captada a partir de uma macroperspectiva da sociedade. Assim sendo, a utilização dos testemunhos orais nos permitem elucidar como a partir de uma escala micro, se manifestam os condicionantes da estrutura objetiva, aprofundando a análise e dando-lhe agora uma densidade interna, carregada pelas paixões, ilusões e sonhos daqueles que vivenciaram a época no qual se baseia o estudo em questão.

Em *A invenção do cotidiano: artes do fazer I*, Michel de Certeau coloca aos historiadores esta necessidade de assumir uma nova perspectiva diante da realidade; não de um olhar divino, totalizante ou panóptico, mas sim de uma perspectiva ao nível do solo, que de conta dos barulhos da rua, das diferentes falas dos transeuntes confundidas ao ruído dos automóveis. Uma história que não apague as diversidades e as contradições do mundo do vivido cotidiano<sup>289</sup>.

O trabalho com os relatos orais dos ex - funcionários da CTMR nos propiciam este “outro olhar” sobre o processo de modernização da companhia.

---

<sup>288</sup> HALBWACHS, Maurice. Op. Cit., p. 26-27.

<sup>289</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes do fazer I**. Petrópolis: Vozes, 1994.

Através da análise destes depoimentos poderemos conhecer e avaliar suas percepções sobre o processo de automatização dos serviços telefônicos, bem como também, eles podem nos fornecer subsídios para avaliar o exato impacto da introdução desta nova técnica. Vejamos alguns destes depoimentos:

“Em 1957, entrei como funcionário de qualquer tipo de serviço grosseiro, como trabalhar em valetas, fazer tubulação para os cabos, colocar cabos essas coisas assim, depois fui para o serviço de instalação. Lá eu consertava telefone e instalava”<sup>290</sup>.

“Quando entrei (1939) eu era guria, a principio quase fiquei louca, mas aprendi em seguida. Não que eu não gostasse do serviço (...) Mas eu achava que tinha que saber tanto quanto as outras telefonistas. Mas aprendi rápido o serviço”<sup>291</sup>.

“Entre em 1956, eu não era daqui de Pelotas, eu era de fora. Entrei cavando de picareta. Naquele tempo, eu abria as valetas para botar os cabos subterrâneos. Eu comecei por ai (...) trabalhei mais ou menos uns quatro meses e daí passei para a manutenção e instalação dos telefones. Depois de um certo tempo fui trabalhar na instalação das redes”<sup>292</sup>.

“Entre para companhia em 1953, eu tinha 28 anos. Mas desde os 11 anos eu já sabia trabalhar. Eu tinha uma professora que trabalhava no centro telefônico, então eu a ajudava. Às vezes acontecia dela tá dando aula e o telefone chamava. Ela tinha que sair da aula para atender. Então eu ajudava ela, foi assim que eu aprendi o trabalho de telefonista”<sup>293</sup>.

A leitura destes relatos nos permite refletir um pouco sobre o processo de recrutamento do pessoal que trabalhava na companhia. Durante os anos 40 e 50, o mercado de trabalho para os trabalhadores das telecomunicações estava em franca expansão devido a ampliação dos serviços telefônicos em várias cidades do país<sup>294</sup>. Entretanto, como a categoria dos profissionais da área de telefonia não estava regulamentada, havia uma grande carência de

---

<sup>290</sup> Ruy Dorow, entrevista realizada em 06 de junho de 2003.

<sup>291</sup> Virginia Alves da Cunha, entrevista realizada em 27 de julho de 2004.

<sup>292</sup> Oswaldo Azevedo da Silva, entrevista realizada em 18 de dezembro de 2003.

<sup>293</sup> Olinda Pastorini, entrevista realizada 08 de julho de 2003.

<sup>294</sup> MAGALHÃES, Gildo. Telecomunicações. In: VARGAS, Milton (Org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: EDUNESP / CEETEPS, 1994, p. 318-323.

mão de obra especializada na função. Deste modo, verifica-se que um grande número dos recursos humanos da CTMR foi recrutado entre os próprios “quadros inferiores” da companhia; que após adquirirem certa experiência de trabalho, foram alçados a postos superiores. Uma outra reflexão é a de que muitas vezes, estes profissionais ao serem contratados não possuíam uma exata dimensão de como era efetuado o trabalho, deste modo o aprendizado do ofício, era realizado mediante ao desempenho prático da função.

No entanto, seria ingênuo pensarmos que uma companhia telefônica como a Melhoramento e Resistência, trabalha-se sem nenhuma lógica no recrutamento de seu pessoal, afinal ela operava segundo objetivos que em princípio deveriam ser atingidos. Por outro lado, é inócuo imaginarmos uma sociedade sem estratificação social, onde os mecanismos de integração prescindiriam das relações de classe social, ou no caso preciso da sociedade brasileira, das relações de apadrinhamento. Nesse caso em específico, o depoimento de Maria da Graça Bento Lima, nos é revelador:

“Meus pais moravam na Hidráulica<sup>295</sup>, eles tinham um armazém e uma leitaria. Nessa época a situação começou a ficar meio difícil na minha casa, então o meu pai e a minha mãe resolveram arrumar um emprego para o meu irmão, e como a minha família conhecia o diretor da CTMR, o Manequinha, minha mãe veio solicitar um emprego pro meu irmão. Mas nesse meio tempo, ligaram para minha casa, avisando que tinha uma vaga para mim. No outro dia, eu já ingressei na CTMR”<sup>296</sup>.

Conforme se observa em outros depoimentos esta prática de recrutamento da mão de obra era muito comum; muitos dos funcionários que eram selecionados para trabalhar na companhia eram contratados via indicação de algum amigo ou parente, que já exercia um cargo na empresa<sup>297</sup>. Em alguns momentos verifica-se que gerações inteiras de uma mesma família trabalhavam na empresa. Segundo vários depoentes a estratégia era de que, *“quando um pegava na companhia, ele ia levando os outros. Era irmão, pai,*

---

<sup>295</sup> Este distrito, atualmente localiza-se na zona rural do município de Capão do Leão.

<sup>296</sup> Maria da Graça Bento Lima, entrevista realizada em 31 de março de 2006.

<sup>297</sup> Adão da Silva Centeno, entrevista realizada em 18 de junho de 2003.

*mãe, sobrinho e etc.*<sup>298</sup> Este fato fazia com que a companhia tivesse um perfil de “empresa familiar”, não só pelo fato de nela trabalharem várias famílias, mas como também pelo tipo de relacionamento entre os funcionários e as chefias. Ainda que reconheçam os conflitos, sobretudo aqueles de ordem trabalhista, a evocação presente nos relatos orais, é de um lugar onde a proteção e o companheirismo são estruturantes. Segundo o depoimento de Ruy Dorow, os funcionários da CTMR:

“Nunca ficaram desamparados pela empresa. Ela dava todo o apoio que se precisa-se. Se por um acaso um filho ou a esposa em casa, adoecesse não tinha problema, a empresa dava todo o suporte. Nós éramos bem tratados. Se eu adoecesse eu seria amparado; para o tratamento de saúde eles eram muito bons, se um funcionário tava mal no hospital os patrões iam até visitá-lo. Hoje não se vê isso em lugar nenhum”<sup>299</sup>.

O testemunho deste depoente nos leva a crer que não existiam pontos de tensão no relacionamento entre as chefias da CTMR e os seus empregados. Contudo, ao se trabalhar com a oralidade, percebe-se que esta relativização do passado, esse enaltecimento daquilo que era positivo, são elementos da própria evocação, na qual a memória é, acima de tudo, essa reinterpretação do passado<sup>300</sup>. No presente ao recordarem o tempo do trabalho, os conflitos são atenuados. Assim, ao serem perguntados sobre que vantagens tinha o sujeito ao trabalhar na CTMR, todos os depoentes são unânimes em afirmar que o salário “não era muito mais dava”; não havia um plano de saúde, mas um acordo que vigorou por algum tempo entre a companhia e o Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas<sup>301</sup>.

É esse caráter de pai-patrão, de exigente, mas justo, que aparece organizando as recordações, atenuando, portanto, comportamentos autoritários por parte da direção da companhia. Na verdade, como afirma Portelli, trabalhar

---

<sup>298</sup> Olinda Pastorini, Op. Cit;.

<sup>299</sup> Ruy Dorow, Op. Cit;.

<sup>300</sup> FERREIRA, Maria Letícia M. & LOPES, André Luís Borges. História, Memória e Tecnologia: Museu de Telecomunicações de Pelotas. **Cadernos do LEPAARQ**. Vol. I, 2005, p. 34. Os casos de ex-funcionários que acionaram judicialmente a empresa, em busca de seus direitos trabalhistas, são inúmeros.

<sup>301</sup> Ruy Dorow, Op. Cit;.

com fontes orais significa conviver com a ambivalência, com a contraditoriedade manifesta nos relatos, mover-se, tal como afirma o autor, entre a desejada assepsia dos documentos e a consciência de tratar materiais infectados (sic) no momento de sua formação<sup>302</sup>.

As memórias, matéria-prima dos relatos orais, vão nos fornecendo traços de uma outra empresa, ou melhor, de uma CTMR das vivências cotidianas, das experiências pessoais, e não raramente se observa que o sujeito desconhecia o patrão, circulava apenas no mesmo espaço, e reconhecia como autoridade aquela mais próxima de si. É o caso das telefonistas, muito acentuado naquelas que atuaram como funcionárias da empresa no meio rural, mas que raramente vinham ao centro, mas também de algumas que ao falarem de seu trabalho, dão ênfase no cotidiano, nas relações mais próximas travada no dia-a-dia, e a idéia de totalidade aparece esporadicamente, como por exemplo, nas comemorações coletivas tais como Natal, Páscoa, etc. O mundo do trabalho, ao qual se referem essas pessoas, é aquele do setor a qual se vinculavam, tal como aparece no relato de uma ex-telefonista ao dizer que a empresa para ela era a sala das telefonistas:

“Eu sempre trabalhei ali, no segundo piso (referindo-se à antiga sala das telefonistas no prédio da rua General Neto), e como eu era guria e queria dinheiro para meus aprontes de casamento, fazia quase sempre o turno da noite...Era uma turma, era aquele movimento de luzinha acendendo nas mesas, e às vezes as gurias ficavam escutando as conversas...Mas eu e outras não, a gente tinha medo, por que tinha um senhor que ficava lá embaixo e a gente sempre achava que ele controlava até se alguém estava escutando.”<sup>303</sup>

Esse desconhecimento da totalidade da empresa é bastante recorrente entre os entrevistados, sobre tudo aqueles que trabalharam antes da instalação das centrais telefônicas modernas, que automatizaram o trabalho<sup>304</sup>. Um dos fatos que nos chama a atenção, e os relatos com muita freqüência sublinham,

---

<sup>302</sup> PORTELLI, Alessandro. **Biografia di una città storia e racconto: Terni 1830-1985**. Torino: Einaudi, 1985. IN: FERREIRA, Maria Letícia M. & LOPES, André Luís Borges. História, Memória e Tecnologia: Museu de Telecomunicações de Pelotas. **Cadernos do LEPAARQ**. Vol. I, 2005, p. 34.

<sup>303</sup> Carmem Gonçalves, entrevista realizada em 30 de abril de 2004.

<sup>304</sup> FERREIRA, Maria Letícia M. & LOPES, André Luís Borges. Op. Cit, p. 35.

é o excesso de trabalho. Oswaldo Azevedo da Silva, que trabalhava no serviço de remanejamento de redes nos conta que:

“No remanejo se caminhava muito. Bota escada no poste, pega a escada daqui, bota no outro lá, solta fio para baixo, enrola fio pra não deixar encolher tudo. Essa função toda nós fazia, era só dois (...) Bah, Era muita caminhada! Chegava de noite, se não tivesse prática tava moído (...) Nos primeiros dias era brabo e a escadinha era pesada! E as vezes carregava na cintura (...) marreta, carregava uma coisa de cintá os postes. Aquilo era um peso; alicate, chave, era um peso enorme, o cara andava arriado”<sup>305</sup>

A telefonista Leopoldina Ebeling Caldeira, nos revela em seu depoimento, que o seu ritmo diário de trabalho era intenso:

“Durante o horário comercial, não dava nem para olhar as horas. Era sempre chamando (...), não tinha tempo de olhar e nem muito menos conversar com as colegas. Naquela época era central a magneto. A chapinha caia quando o assinante chamava. A chapinha caia e a sirene tocava sem parar (...)”<sup>306</sup>.

A esta sobrecarga de trabalho normalmente se associava um acúmulo de funções. Em inúmeras vezes papéis diferenciados são preenchidos simultaneamente pelo mesmo indivíduo; como no caso da telefonista Olinda Pastorini, que além de realizar seu trabalho na central Telefônica rural de Monte Bonito atuava ainda como cobrador da companhia junto aos assinantes daquela localidade<sup>307</sup>. Não que essas funções a princípio não pudessem ser realizadas conjuntamente, mas o que nos chama a atenção, e os relatos apontam veementemente é uma excessiva sobrecarga de trabalho. O que nos leva a acreditar que de alguma maneira a sobreposição das atividades estava vinculada à debilidade da empresa e a necessidade de se realizar o serviço de qualquer jeito. Conforme indica Oswaldo Azevedo da Silva, “*o serviço tinha que ser pra Ontem*”<sup>308</sup> e não é por acaso que alguns testemunhos são unânimes

---

<sup>305</sup> Oswaldo Azevedo da Silva, Op. Cit;.

<sup>306</sup> Leopoldina Ebeling Caldeira, entrevista realizada em 20 de junho de 2003.

<sup>307</sup> Olinda Pastorini, Op. Cit;.

<sup>308</sup> Oswaldo Azevedo da Silva, Op. Cit;.



em qualificar as condições de trabalho como péssimas. Ruy Dorow nos informa que:

“A gente tinha um diretor na companhia que era chato! Ele não queria saber que o assinante reclamasse se o telefone tava mal. Podia tá caindo água ou raio, que ele dizia pra nós: - Tem que arrumar o telefone do homem. Então nós tínhamos que ir, né. Molhado, às vezes passava o dia inteiro molhado, secava a roupa, molhava de novo. Mas tinha que ir, fazer o quê? E assim agente trabalhava. Dia de chuva mesmo, não davam nem uma coisa pra gente botá. Só umas capas de lona que quando molhavam endureciam. Acho que molhavam mais do que qualquer outra coisa (...) Tudo era muito precário, improvisado”<sup>309</sup>.

As palavras precariedade e improvisação são constantemente utilizadas em todos os relatos, e é como se todo o período de trabalho vivenciado pelos depoentes, pudesse ser sintetizado através delas. Num primeiro momento o sentido das palavras precariedade e improvisação pode ser vinculado a uma incipiência das especializações, o que faz com que muitos testemunhos passem a conceber o período como não profissional e até em certo sentido amadorístico<sup>310</sup>. Por outro lado, é preciso ter em mente que esta precariedade estava vinculada a dificuldades financeiras, materiais e tecnológicas. Dificuldades estas próprias de um processo de modernização periférico realizado fora dos grandes centros econômicos do país. Mas a noção de precariedade é mais abrangente, e seria interessante explorá-la melhor. Se podemos dizer que a idéia de precariedade caracterizava a época, não deixa de ser verdade que ela encerra dentro de si uma contradição. Se o uso da improvisação pode ser considerado como fruto das dificuldades materiais e econômicas, ela possui também outra dimensão, a da criatividade.

Os primeiros cabos que saíam da central telefônica, na sede da companhia, iam por via subterrânea, dentro de manilhas de cerâmica, até chegarem aos postes e daí por diante seguiam por via aérea para toda a cidade e zona rural (figura 19). As primeiras linhas telefônicas aéreas eram de cobre, sem nenhuma proteção externa. Para conduzi-las, eram usados postes com cruzetas e peças de porcelana ou vidro. O uso do cobre para a confecção

---

<sup>309</sup> Ruy Dorow, Op. Cit;.

<sup>310</sup> Virginia Alves da Cunha, Op. Cit;.

das linhas levou ao desenvolvimento de equipamentos, fabricados pelos próprios funcionários da empresa, para o fabricar de fios. Esse trabalho de infra-estrutura era feito nas oficinas mecânicas da empresa, e com orgulho alguns funcionários dizem que “quase tudo era feito ali”.

A empresa mantinha um setor de oficinas mecânicas, além de carpintaria e marcenaria, e ainda que fosse produção apenas para o consumo interno, o sentimento evocado é de auto-sustentação. “Era uma potência”, essa costuma ser a expressão utilizada para representar a empresa, ao mesmo tempo em que lamentando seu desaparecimento. A representação da empresa como um local de estímulo à criatividade e dedicação dos funcionários, também é outro elemento recorrente em suas falas.



Fonte: Museu das telecomunicações / UFPel.

**Figura 19 – Abertura de Valetas para colocação de cabos subterrâneos (S/d)**

Desde o início da implantação da telefonia em Pelotas, o clima da cidade sempre foi um dos principais obstáculos para a realização dos serviços. Por localizar-se em uma planície de clima úmido e quente, a cidade sofria com as constantes chuvas e a umidade. Para os serviços de telefonia a umidade era um grande empecilho, pois produzia uma interferência nos sinais telefônicos e

impedia em muitos casos a comunicação entre os assinantes. Os testemunhos de Flávio Cruz e de Adão Centeno nos revelam que para solucionar este e outros problemas de caráter técnico, era necessário muitas vezes fazer-se uso da improvisação e da criatividade:

“Como aqui em Pelotas é muito úmido, sempre pegava umidade nas capas transmissoras dos telefones e dava aquele ruído pavoroso! E naquela época nós não tínhamos capas novas; o jeito era usar a criatividade e improvisar. O pessoal das oficinas abria os telefones e colocava um carvãozinho dentro pra secar. Depois nos fazia os testes, e tava funcionando bem (...)”<sup>311</sup>

“As vezes quando o assinante solicitava uma linha e nós não tínhamos disponibilidade, agente estudava e via onde podia manipular a rede pra conseguir mais uma linha. E para economizar nos fios desta nova linha, agente fazia “ponte” de um poste pro outro, transportando a nova linha pro poste mais perto do novo assinante”<sup>312</sup>

Nesta fase de pioneirismo onde os serviços telefônicos estão se construindo; a iniciativa individual é fundamental, ela é parte integrante das estruturas que funcionam precariamente. Portanto, estes testemunhos nos informam que a improvisação era uma exigência da época. Eles nos mostram também, que esta criatividade demandava dos envolvidos no processo de trabalho, uma dedicação pessoal que contrastava com o acúmulo de trabalho e com as dificuldades materiais existentes.

A inauguração da central automática da CTMR (1953) trouxe significativas mudanças no universo de trabalho dos funcionários da Companhia. Antes da automatização, a comunicação entre os assinantes era feita através de centrais manuais, onde as telefonistas é que faziam as ligações entre os usuários que quisessem conversar. A pessoa chamava a telefonista, informava com quem queria falar e, através dos cabos da mesa telefônica, a telefonista ligava um telefone ao outro<sup>313</sup>. Como elas não sabiam quando a

---

<sup>311</sup> Flávio Cruz, entrevista realizada em 22 de julho de 2003.

<sup>312</sup> Adão da Silva Centeno, Op. Cit.;

<sup>313</sup> Leopoldina Ebeling Caldeira, Op. Cit.;

conversa estava encerrada, *“entravam periodicamente na linha, para ver se as pessoas ainda estavam falando e com isso, se quisessem, podiam saber da vida de todas as pessoas da cidade”*<sup>314</sup>. Deste modo, As primeiras telefonistas tinham que não só ser muito hábeis com as mãos, para passarem o tempo todo ligando e desligando cabos, mas também tinham que ser extremamente discretas (figura 20). Como a procura pelos serviços era grande, o tempo de comunicação entre os assinantes era reduzido; em média a companhia fixava a duração máxima das chamadas em cinco minutos; depois de decorrido o dito período, a companhia se reservava o direito de “cortar a ligação”, se a linha fosse solicitada por outros assinantes<sup>315</sup>.



Fonte: Museu das telecomunicações / UFPel.

**Figura 20 – Sala das telefonistas da CTMR (S/d)**

Outro fato que nos chama atenção, e os relatos quase sempre sublinham, é a “despersonalização” dos trabalhadores com a introdução desta nova técnica. Virginia Alves da Cunha, quando se refere ao serviço nas centrais manuais nos conta que *“naquela época se tinha mais contato com os*

---

<sup>314</sup> Olinda Pastorini, Op. Cit;.

<sup>315</sup> CTMR. Regulamento de instalação dos serviços telefônicos. Pelotas: Globo, 1954.

*assinantes, era uma coisa mais humana. Depois da automatização ficou uma coisa mais industrial, mais fria*<sup>316</sup>. Olinda Pastorini nos diz que:

“Conhecia meus assinantes só pela voz, embora muitos eu nunca tivesse visto. Agente tinha uma tremenda responsabilidade, por que às vezes quando acontecia algum acidente ou alguma pessoa tava passando mal, tinha que chamar a ambulância pra prestar o socorro, tudo isto nós fazia, era uma coisa mais pessoal”<sup>317</sup>

Este ritmo “industrial” e esta relação entre a impessoalidade e a nova técnica, são elementos recorrentes nas falas dos entrevistados. O uso da nova tecnologia introduziu mudanças significativas no mundo do trabalho, no convívio e no relacionamento diário entre os próprios funcionários; pois Junto com a automatização, veio também a expansão da empresa. Nos relatos, percebesse claramente a demarcação entre dois períodos: o primeiro, anterior a fase expansão da companhia, onde os relacionamentos eram baseados no companheirismo e na cordialidade, o momento das pequenas turmas de trabalho; e o segundo momento, é aquele que se dá logo após o crescimento da empresa, com a formação e o ingresso de novas turmas. Conforme o relato de Flávio Cruz;

“Na minha época era melhor. Agente tinha mais espírito de solidariedade e se ajudava. Existiam aqueles que ganhavam menos, então uns ajudavam os outros. Quando alguém ficava doente e não podia trabalhar, fazia-se uma lista de coisas, cada um dava um pouco e se ajudava aquela pessoa que tava doente, ou a família dela, sempre se fazia isto. Depois, com o crescimento da empresa, havia muita competição, muito individualismo. Uns querendo aparecer mais que os outros (...)”<sup>318</sup>

“Quando eu entrei a turma era boa. As pessoas trabalhavam e se ajudavam mais. Mas depois com o crescimento da companhia, a turma foi ficando meio gozada (...) Tinha muita gente que gostava de

---

<sup>316</sup> Virgínia Alves da Cunha, Op. Cit;.

<sup>317</sup> Olinda Pastorini, Op. Cit;.

<sup>318</sup> Flávio Cruz, Op. Cit;.

criticar os outros, muita competição. Mas de primeiro não era assim, tinha uma turma muito boa (...)<sup>319</sup>

Alguns depoentes são unânimes em afirmar que próprio relacionamento com os assinantes também se modificou. Se antes havia uma maior proximidade, um maior contato, depois do crescimento da empresa houve certo distanciamento. Ruy Dorow nos conta que:

”Às vezes nós tava trabalhando no serviço de rua. E as pessoas vinham até nós e falavam: - Olha, meu telefone ta estragado, não dá pra arrumar? Nós já anotava e já ia lá consertar, mesmo se ela não tivesse avisado pra companhia. Hoje não se vê isso, não é mais assim.”<sup>320</sup>

Este segundo momento relatado pelos entrevistados, pós início dos anos 50, coincide justamente com o período em que esta se consolidando no Brasil uma sociedade urbano-industrial com uma indústria voltada para o atendimento das grandes massas urbanas<sup>321</sup>. Com a intenção de se adequar as exigências destes novos tempos, e assim fazer frente às novas demandas, a companhia acaba ampliando suas redes e seus serviços, perdendo assim o caráter e o perfil de atendimento local.

---

<sup>319</sup> Oswaldo Azevedo da Silva, Op. Cit;.

<sup>320</sup> Ruy Dorow, Op. Cit;.

<sup>321</sup> ORTIZ, Renato. **A moderna tradição Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, p. 76-110.

## Considerações Finais

A cidade de quem passa sem entrar é uma; é outra para quem é aprisionado e não sai mais dali; uma é a cidade à qual se chega pela primeira vez, outra é aquela que se abandona para nunca mais retornar; cada uma merece um nome diferente; talvez eu já tenha falado de Irene sobre outros nomes, talvez eu só tenha falado de Irene.

Ítalo Calvino.

Ao final deste nosso breve passeio pela Pelotas dos anos 1950, notamos que a cidade vivencia neste período uma série de transformações que visam constituir uma nova configuração urbana, rompendo assim com seu passado colonial e elaborando uma nova imagem de cidade, uma Pelotas moderna. Três eram os elementos centrais que passaram a compor este ideal de cidade moderna: a higienização, o embelezamento e a racionalização do espaço urbano. Assim sendo, ser moderna e civilizada era ser salubre o suficiente para evitar o assombro das epidemias consumidoras de vidas, era possuir uma beleza que impressionasse em monumentalidade e requinte, era possuir uma malha urbana racionalmente prática para viabilizar a circulação rápida de homens e mercadorias. Deste modo, esta nova cidade que se constituía era um espaço privilegiado ao devir, onde os signos destes novos tempos eram os edifícios, as novas avenidas, os automóveis, a mecanização do trabalho e as novas tecnologias.

Nesse sentido, modificações como o plano de saneamento, a abertura de largas avenidas, os planos de embelezamento urbanístico, a verticalização do Centro, a remodelação das antigas construções e a automatização dos serviços telefônicos, são interpretados como as mudanças necessárias para atender as demandas geradas pelo processo de modernização urbana. Todas essas transformações contribuem para elaborar esta nova imagem da cidade, uma Pelotas que se desejava ordenada, asséptica e próspera.

Compreendemos também, que a produção de uma cidade é uma obra coletiva. Onde atuam ora, os interesses dos agentes públicos, ora os dos

agentes privados e em alguns momentos verificou-se uma confluência de interesses entre ambas as partes. A expansão das obras públicas e as negociações para a instalação do sistema de Tráfego Mútuo e automatização dos telefones da CTMR ilustram bem este fato. O Poder Público Municipal através da legislação, da criação de obras públicas e das concessões à iniciativa privada, procura estimular a modernização da cidade. Os agentes privados por sua vez, se situavam em ritmo de espera. A cada investida do poder público correspondia a uma tomada de posição da iniciativa privada, às vezes de consonância, às vezes de conflito.

Observamos que o processo de modernização urbana em Pelotas se deu de forma excludente, possibilitando que dentro de uma mesma cidade, fosse possível a existência de duas outras: Uma cidade formal, formada pelo núcleo central e alguns arredores, para onde foram direcionados as principais obras de higienização e embelezamento, cujo desfrute cabia as elites e as camadas médias. E uma cidade informal, localizada nos arrabaldes e vilas operárias, que sofria com a falta ou deficiência de serviços infra-estrutura básica, como água encanada, rede de esgotos, limpeza pública, iluminação elétrica e calçamento. É nesta segunda Pelotas, a cidade real, que reside a classe trabalhadora.

Vimos que o direcionamento dos melhoramentos urbanos para o centro da cidade contribuiu, de forma inequívoca, para a transformação deste na região mais valorizada e, ao mesmo tempo na mais tributada e fiscalizada da urbe. Em razão disso, a área central tornou-se cada vez mais proibitiva as camadas populares. Empurrados para os bairros periféricos, os pobres ficaram impossibilitados de usufruir plenamente dos equipamentos urbanos modernos instalados no centro.

Tentando identificar o perfil dos associados da companhia e os custos econômicos da automatização do serviço telefônico, ousamos nos aventurar no complexo e intrigante campo da História Econômica. Vimos que as possibilidades lucrativas geradas por investimentos, como o Tráfego Mútuo e a automatização, eram imensas. Possibilitando a companhia, nesse período e nos subseqüentes, uma excepcional fase de expansão e crescimento. Fatores estes, que foram fundamentais para que a CTMR consolidasse sua posição como companhia hegemônica na região. Conhecemos um pouco da grande



demanda pelos serviços telefônicos na cidade, onde na maioria das vezes a procura pelos serviços era maior do que a oferta disponibilizada pela companhia.

Podemos observar o processo de modernização dos serviços telefônicos da CTMR sobre uma outra ótica, revelando-nos agora, um ambiente particular, uma companhia das vivências cotidianas e do mundo do trabalho. Compreendemos, através dos depoimentos de alguns ex-funcionários da companhia, como a partir da memória são interpretadas, produzidas e resignificadas as lembranças sobre este período. Através dos relatos orais podemos avaliar também, que uso desta nova técnica introduziu significativas mudanças no universo de trabalho, acarretando inclusive uma despersonalização dos trabalhadores, com a perda do controle do processo produtivo.

Para concluir; o exercício de reflexão que acabamos de realizar sobre a modernização do espaço urbano em Pelotas, visa contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o fenômeno da modernização urbanística no Brasil, mais especificamente sobre o contexto do Rio Grande Sul, durante a década de 50. Nesse sentido, os estudos sobre a modernidade urbana das pequenas e médias cidades do interior do Rio Grande do Sul são de grande valor para a compreensão da evolução urbana do estado, das peculiaridades que marcam a realidade de cada localidade, das razões subjacentes de nossas paisagens citadinas e da estruturação social que determina a configuração física de nossas cidades.

## Bibliografia Geral

AXT, Gunter. A indústria de energia elétrica em Pelotas. **História em revista**. Pelotas: 1996, Vol. 2, p. 149-173.

BACHELARD, Gaston. **Dialética da duração**. São Paulo: Ática, 1988.

BAUMER, Franklin L. **O Pensamento Europeu Moderno**. Lisboa: Edições 70, 1990, Vols. I e II.

BENJAMIN, Walter. "Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo" Em: **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1989, vol.III, p. 37-55.

BERGSON, Henri. Introdução à Metafísica. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**. São Paulo: EDUSP, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. FGV / CNPq, 2002.

\_\_\_\_\_, Maria Stella. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos César de. (Org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 2000, p. 237-258.

\_\_\_\_\_, Maria Stella (Org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: EDIUFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_, Maria Stella (Org.). **Imagens da cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: Ed. Marco Zero / FAPESP, 1994.

BURKE, Peter. **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. **Dependencia y desarrollo en América Latina**. México: Siglo Veinteuno, Editores, S. A., 1971.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes do fazer I**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Teoria da história e reabilitação da oralidade: In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **A aventura (auto) biográfica: Teoria e empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

\_\_\_\_\_, Núncia Santoro de. Sobre a atualidade de Vico. Porto Alegre: **Histórica**, nº4, 2000.

COSTA, Achyles Barcelos da & PASSOS, Maria Cristina Araújo (Orgs.). **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

D`ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O segundo Governo Vargas: 1951 – 1954**. São Paulo: Editora Ática, 1992, 2ª edição.

ERRO, Carmem. **História Empresarial: pasado, presente y retos de futuro**. Barcelona: Ariel, 2003.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias de carne do sul do Brasil**. Tese de Doutorado em Geografia – FFLCH-USP, São Paulo. 2002.

FERREIRA, Maria Letícia M. & LOPES, André Luís Borges. História, memória e tecnologia: Museu de Telecomunicações de Pelotas. **Cadernos do LEPAARQ**. Vol. I, 2005, p. 27-40.

\_\_\_\_\_, Maria Letícia Mazzucchi. Teares, tamancos, apitos. **Estudos Leopoldenses – Série História**. Vol. 4, n. 1, 2000.

\_\_\_\_\_, Maria Letícia Mazzucchi. “**Quando o apito da fábrica de tecidos...**” **Memória pública e memória coletiva, fábrica Rheingantz, 1950-1970. Rio Grande, RS**. Porto Alegre: PUCRS, Tese de Doutorado, 2002.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização Urbana na Belle Époque Paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FONSECA, Pedro Dutra. Nacionalismo e economia: o Segundo governo Vargas. In: SZMRECSÁNYI, Tamas & Suzigan, Wilson (Orgs.) **História econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 2002.

FREITAS FILHO, Almir Pita. História Econômica e História de Empresa: algumas reflexões metodológicas. In: **Ensaio FEE**. Nº 1, ano 10. Porto Alegre: FEE, 1989, p. 168-177.

GAMA, Ruy. **A tecnologia e o trabalho na História**. São Paulo: Nobel / EDUSP, 1986.

GEIGER, Pedro. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/ MEC, 1963.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 1990.

HERING, Maria Luiza R. **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: O modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

JUNIOR, Caio Prado. **História e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

KERN, Maria Lúcia B. Modernidade: Significações na História. In: BRITES, Blanca, CATTANI, Icléia B., KERN, Maria Lúcia B. (Orgs.) **IV Congresso Brasileiro de História da Arte**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova História urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

LOBO, Eulália L. História Empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 217-239.

LOPES, André Luis Borges. **CTMR: História e memória (1950-1980)**. Monografia de Conclusão do Curso de História da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2004.

MACHADO, Nara Helena Naumann. **Modernidade, Arquitetura e Urbanismo: o centro de Porto Alegre (1928-1945)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 1998, 2 Vol.

MAGALHÃES, Gildo. Telecomunicações. In: VARGAS, Milton (Org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: EDUNESP / CEETEPS, 1994.

MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitschek**. São Paulo: Brasiliense, 1984, 3ª. Edição

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1998.

MELLO, João Manuel Cardoso de & NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. IN: SCHWARTZ, Lilia (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 4, 1998, p. 559-659.

MICHELON, Francisca F. **Cidade de papel: A modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: Urbanização e modernidade - A construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

\_\_\_\_\_, Charles. **Porto Alegre e suas escritas: histórias e memórias (1940-1972)**. São Paulo: Tese de Doutorado / PUCSP, 2001.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2003, 5ª edição.

MOURA, Rosa M. Garcia Rolim de. **Modernidade pelotense, a cidade e a arquitetura possível: 1940 – 1960**. Porto Alegre: PUCRS, Dissertação de Mestrado, 1998.

\_\_\_\_\_, Rosa Maria Garcia de. **Protomodernismo em Pelotas**. Pelotas: Editora Universitária / UFPel, 2005.

\_\_\_\_\_, Rosa M. Garcia Rolim de. **Habitação Popular em Pelotas (1888-1950) entre políticas públicas e investimentos privados**. Porto Alegre: PUCRS, Tese de Doutorado, 2006.

NASCIMENTO, Mara Regina do. (Org.) **Modernidade e urbanização no Brasil**. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Vol. 10, Dez. 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Tempos de JK: a construção do futuro e a preservação do passado. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). **Anos JK: margens da modernidade**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

\_\_\_\_\_, Lúcia Lippi. (Org.) **Estudos Históricos: Cultura e História Urbana**. Rio de Janeiro, Vol. 8, nº. 16, 1995.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, 4ª. edição.

\_\_\_\_\_, Sandra Jatahy. **História da indústria Sul-riograndense**. Guaíba: RIOCELL, 1985.

\_\_\_\_\_, Sandra Jatahy. **O Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: EDIUFRGS, 1994, 2ª. edição.

\_\_\_\_\_, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade**. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PORTELLI, Alessandro. **Biografia di una città storia e racconto: Terni 1830-1985**. Torino: Einaudi, 1985.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) **Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 185-202.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SANTOS, José Antônio. **Raiou a Alvorada: intelectuais negros e a imprensa em Pelotas (1907-1957)**. Pelotas: Ed. UFPel, 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 6ª. Edição.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfología urbana da cidade de Pelotas, Brasil, 1812-2000**. Barcelona: Universidade de Barcelona. Tese de Doutorado, 2002.

\_\_\_\_\_, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. **História em revista**. Pelotas.V.07, p. 65-91 Dezembro de 2001

SZMRECSÁNYI, Tamás & MARANHÃO, Ricardo (Orgs.). **História de empresas e desenvolvimento econômico**. São Paulo: EDUSP, 2002.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

TRUZZI, Oswaldo M. S. **Café e Indústria: São Carlos (1850-1950)**. São Carlos: UFSCAR, 2000, 2ª. Ed.

UEDA, Vanda. **Inovação tecnológica e espaço urbano: A implantação da CTMR em Pelotas/ RS**. Florianópolis: UFSC. Dissertação de mestrado, 1999.

\_\_\_\_\_, Vanda. **Innovación tecnológica y cambio social: Agentes y estrategias en las redes de telecomunicaciones en Rio Grande do Sul**,

**Brasil (1852-1930).** Barcelona: Universidade de Barcelona, Tese de Doutorado, 2002.

\_\_\_\_\_, Vanda. **Dígame! El trabajo de las telefonistas en las centrales telefônicas: Un estudio comparado.** Presentado en IV coloquio Internacional de Geocritica, el trabajo. Barcelona. 27-30 de mayo de 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/menu.htm>

\_\_\_\_\_, Vanda. **Modernización y difusión de la telefonía en las ciudades de Porto Alegre y Pelotas (1882-1908).** Estudos Ibéro-Americanos, PUCRS, v. XXVII, no. 1, 2001, p.159-172.

\_\_\_\_\_, Vanda. **Delas líneas a las redes: La implantacion del teléfono en la ciudad de Pelotas (1882-1930).** História em revista , Pelotas.V.07, p. 43-63, Dezembro de 2001.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **A cidade Fragmentada: o planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas.** Pelotas: Ed. UFPel, 2005.

WEBER, Max. Conceitos e Categorias da Cidade. In: VELHO, Gilberto. (Org.) **O Fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 72-82.

## Fontes Documentais Escritas:

A ALVORADA, Pelotas, (1947-1957).

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PELOTAS. **Relatório da Diretoria (1950-1951)**. Pelotas: Mundial, 1952.

COMISSÃO ESTADUAL DE COMUNICAÇÕES. Tombamento Físico-contábel da CTMR. Porto Alegre: 1957.

CTMR. Livro de Atas do Conselho Fiscal, (1947-1957).

CTMR. Livro de Atas da Diretoria, (1947-1957).

CTMR. Livro de Atas da Assembléia Geral dos Acionistas, (1947-1957).

CTMR, Estatuto da fundação, 1919.

CTMR. Guia Telefônico nº. 13. Pelotas: Echenique & Cia., 1947.

Diário Popular, Pelotas, (1947-1957).

ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO. **Saneamento de Pelotas (novos estudos): relatório de projetos**. Rio de Janeiro: setembro de 1947.

ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO. **Saneamento de Pelotas (quinta etapa-1950-1951): relatório da construção**. Pelotas: 1952.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De província de São Pedro à Estado do Rio Grande do Sul**. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE-RS, 1981.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, Vol.18.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório da Prefeitura Municipal. 1947.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Plano Diretor de Pelotas**. 1967.



## Fontes Orais

- 1 - Adão da Silva Centeno.
- 2 - Carmem Gonçalves.
- 3 - Flávio Cruz.
- 4 - Leopoldina Ebeling Caldeira.
- 5 - Maria da Graça Bento Lima.
- 6 - Olinda Pastorini.
- 7 - Oswaldo Azevedo da Silva.
- 8 - Ruy Dorow.
- 9 - Virginia Alves da Cunha.

## **Locais de Pesquisa Consultados**

- 1 - Arquivo da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – Pelotas.
- 2 - Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Pelotas – Pelotas.
- 3 - Arquivo Público do RGS – Porto Alegre.
- 4 - Biblioteca Central / PUCRS – Porto Alegre.
- 5 - Biblioteca Central / UFRGS – Porto Alegre.
- 6 - Biblioteca Central / UNISINOS – Porto Alegre.
- 7 - Biblioteca da FEE – Porto Alegre.
- 8 - Biblioteca Pública de Pelotense – Pelotas.
- 9 - Biblioteca Setorial das Ciências Humanas / UFPel – Pelotas.
- 10 - Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas – Pelotas.
- 11 - Museu das Telecomunicações / UFPel – Pelotas.